

25 DE ABRIL SEMPRE!

Pág. 3 **Editorial**



Uma das colunas de trabalhadores da Reforma Agrária...



... que se concentraram na Praça do Giraldo, em Évora

COM A REFORMA AGRÁRIA



A concentração de trabalhadores no Rossio...



... e em Setúbal

COM AS NACIONALIZAÇÕES

A jornada de luta promovida pelos sindicatos agrícolas nos dias 19 e 20, em todos os distritos do Alentejo e em Setúbal, na qual participaram mais de 35 mil trabalhadores, pôs em evidência a disposição do proletariado rural de lutar contra o desemprego, a miséria e as terras abandonadas e constituiu uma magnífica afirmação da vitalidade da Reforma Agrária. A defesa do Sector Empresarial do Estado, motor do desenvolvimento e base económica do regime democrático, movimentou, quinta-feira passada, largos milhares de trabalhadores, principalmente nas grandes zonas industriais do Centro e Sul do País. A participação excedeu todas as expectativas e foi um sinal claro de determinação que move as massas trabalhadoras na luta contra um Governo antinacional — **Páginas centrais**

novo formato • novas secções



O próximo número do «Avante!» sairá na quarta-feira, 1.º de Maio, completamente remodelado. Com novo formato e mantendo a combativa 1.ª página actual. Com novas secções organizadas em quatro cadernos autónomos. Com a informação de sempre sobre a luta dos trabalhadores e dos democratas, a vida do Partido, acrescidas de informação útil ao quotidiano dos seus leitores. Como habitualmente, o «Avante!» acompanhará o preço dos jornais diários que, a partir de Maio, passa para 40\$00, mantendo-se assim bastante abaixo do preço dos outros semanários. A partir deste 1.º de Maio de luta, nas mãos das organizações e militantes do Partido, um novo «Avante!» para a luta que continua!

A campanha do Vitória ultrapassou
60 000 contos

No conjunto do vasto noticiário sobre a actividade do Partido (págs. 6/7), destaque para duas assembleias e para duas campanhas. No último fim-de-semana decorreu em **Almada** a 4.ª Assembleia da Organização Concelhia. A 4 e 5 de Maio reuniu em Évora a 1.ª Assembleia de Organização Regional do **Alentejo**. Na OR de Lisboa a campanha para a compra e obras do Vitória soma e segue, tendo já sido ultrapassados os 60 mil contos. Reforçar e ampliar o êxito é palavra de ordem da campanha, que inclui uma exposição-venda de artes plásticas, patente ao público na Casa do Alentejo até 3 de Maio. Em **Setúbal** (ver **Suplemento**) avança a campanha de fundos para a construção do novo Centro de Trabalho da DORS.

TODOS AO 1.º DE MAIO!

SEMANA

17
Quarta-feira



Perez de Cuellar

A Comissão Concelhia de Montemor-o-Novo do PCP responsabiliza os partidos da coligação pelo agravamento da situação neste concelho. Para os participantes no II Encontro de Democratas de Setúbal, as atitudes do Poder Central entram no campo da imoralidade. Uma vez que a Câmara Municipal de Sines não comprou terrenos a um particular, a um preço maior do que o estipulado, o PS acusa-a de corrupta... A organização do PCP na Região Autónoma da Madeira lança um mensário, «Voz Democrática», para informar com regularidade sobre a actividade do Partido na Assembleia Regional. As câmaras municipais do distrito de Braga querem silêncio o protesto popular, alerta a União dos Sindicatos local. Como sinal de protesto pela continuação dos combates, o governo libanês demite-se. O Irão volta a acusar o Iraque de usar armas químicas. Os socialistas belgas declaram a sua oposição à «guerra das estrelas». Perez de Cuellar adverte o FMI para as consequências da sua política de «austeridade».

18
Quinta-feira

Jornada de luta em defesa do Sector Empresarial do Estado, com paralisações, concentrações, manifestações. A Comissão Concelhia de Braga do PCP denuncia a instrumentalização da Câmara Municipal e realma que a Festa da Alegria será uma realidade. Silva Marques, dirigente do PSD, defende o fim da actual coligação governamental. Segundo os sindicatos representativos dos trabalhadores da empresa, a administração dos CTT/TLP «sbanja dinheiro». Segundo um estudo da Organização Internacional do Trabalho, Portugal é um dos mais pobres e atrasados países da Europa. Os trabalhadores da Inspeção Geral do Trabalho têm 18 meses de retroactivos em atraso. Agente da PSP embriagado mata dois jovens em Queluz. Aumentam portagens nas auto-estradas do Norte e do Sul. Perez de Cuellar, secretário-geral da ONU, critica os planos de Reagan em relação à Nicarágua. Segundo o FMI, nova recessão ameaça os países capitalistas. Sam Nujoma denuncia as manobras do regime racista da África do Sul na Namíbia.

19
Sexta-feira



2.º Congresso

Trabalhadores do distrito de Setúbal e do Alentejo convergem para Setúbal, onde se concentram para exigir o fim desta política e a demissão do Governo, na qual se considera como a maior movimentação coordenada do sector nos últimos anos. No distrito de Évora, os trabalhadores agrícolas no desemprego iniciam uma marcha da fome que converge para as capitais concelhias. Inicia-se em Lisboa o 2.º Congresso dos Sindicatos da Função Pública. A DORL anuncia: campanha para a compra e obras do Vitéria ultrapassou já os 60 mil contos. Para Reagan, os oficiais das de má memória SS foram vítimas do nazismo. Segundo um inquérito oficial, 17 das 20 pessoas mortas pela polícia sul-africana nos arredores do Uitenhage foram abatidas pelas costas. A Internacional Socialista denuncia as «acções agressivas» dos EUA na Nicarágua.

20
Sábado



Carlos Lopes

No final do seu Congresso, os trabalhadores da Função Pública aprovam caderno reivindicativo. Em Roterdão, e apenas um mês depois de se sagrar campeão mundial de corta-mato, Carlos Lopes obtém a melhor marca mundial de sempre na maratona. Terminam as marchas da fome dos trabalhadores agrícolas desempregados do distrito de Évora. Para «defender Lisboa, recuperar a cidade», termina o Encontro de Quadros Técnicos e Autárquicos promovido pela APU. Em manifestação, activistas sindicais de Aveiro denunciam a repressão patronal. Depois de uma lancha da guarda-costeira da Nicarágua ter sido abatida por três aviões hondurenses, o governo sandinista prorroga o «estado de urgência», que se vive no país há três anos, até ao próximo dia 20 de Outubro. As Nações Unidas consideram «nula e sem valor» a criação de um governo interno na Namíbia, como o pretendia fazer o regime da África do Sul. A situação interna da África do Sul e a intransigência angolana explicam — segundo a ANGOP — o anúncio da retirada do exército sul-africano de território angolano.

21
Domingo

Cresce o movimento popular em torno das comemorações do 11.º aniversário do 25 de Abril. Segundo a FENPROF, o Ministério da Educação pretende despedir professores para reduzir despesas. Para a DORAL do PCP, «nunca houve tantas e tão fortes razões de luta». Ayrton Senna é o vencedor do grande prémio de Portugal. O ministro do Trabalho defende perante correligionários, a liberalização dos despedimentos. O Orçamento da Região Autónoma da Madeira tem um «buraco» de 13 milhões de contos. Daniel Ortega, presidente da Nicarágua, realma a disposição do seu país de negociar com os Estados Unidos, caso estes deixem de apoiar os contras. Em Saída, no sul do Líbano, as milícias fascistas massacraram a população, ao atacarem a cidade. O Quénia e a Etiópia pedem uma reunião do Conselho de Segurança da ONU para se debater a questão da Namíbia. O Pentágono defende a aceleração do projecto da «guerra das estrelas».

22
Segunda-feira

Com a extinção das comissões de conciliação e julgamento, cerca de dez mil processos vão inundar os já saturados tribunais do trabalho. Terminam as negociações técnicas entre Portugal e Espanha. Os técnicos não chegaram a qualquer conclusão. Segundo o Banco de Portugal, entre Dezembro de 83 e Dezembro de 84, o escudo depreciou-se 10,9 por cento. Ao fim de 38 dias de agonia, morre Tancredo Neves. A OLP afirma que conseguiu desembarcar dois comandos seus a sul da capital israelense. Em Moscovo, é anunciado que Gorbachev assistirá aos trabalhos da ONU em Outubro. Durante a primeira quinzena deste mês, os combatentes da Polisário abateram 87 militares marroquinos. Felipe Gonzalez, primeiro-ministro espanhol, condena a política da administração Reagan para a América Central, nomeadamente para a Nicarágua. O Pentágono procura adaptar formalmente o acordo com a União Soviética sobre mísseis antibalísticos ratificado em 1972. Os EUA querem adaptá-lo ao projecto da «guerra das estrelas». Segundo a organização, sete dezenas de países vão comemorar o trigésimo aniversário da Conferência de Bandung.

23
Terça-feira

Carvalho da Silva, dirigente da CGTP-IN, afirma que a lógica da actual política seguida pelo Governo «essenta em objectivos antidemocráticos e menos fascistas». O general Alino de Magalhães confirma a sua candidatura à Presidência da República. Ultimam-se por todo o País os preparativos das comemorações que irão assinalar a passagem do 11.º aniversário do 25 de Abril. Milhões de brasileiros acompanham nas ruas as cerimónias fúnebres de Tancredo Neves. Um dirigente da SWAPO condena tentativas dos racistas sul-africanos de imporem um «governo de transição» ao povo namibiano. O presidente da Argentina, Raúl Alfonsín alerta contra tentativas de golpe e apela à mobilização do povo para defender as «liberdades democráticas e o progresso». Centenas de manifestantes concentram-se frente à Casa Branca para protestar contra a política da administração Reagan para a América Central.

Editorial

25 DE ABRIL SEMPRE! FASCISMO NUNCA MAIS!

Há onze anos, o 25 de Abril. Portugal quebrou as algemas do fascismo. Abriam-se as portas das prisões. Uma nova perspectiva de liberdade se rasgou diante dos portugueses para a realização das suas mais queridas aspirações. Uma exaltante página da nossa História foi virada.

Só acontecimentos de singular grandeza e excepcional carga libertadora têm força capaz de remover as páginas da História e polarizar em si as esperanças mais legítimas de um povo.

O 25 de Abril foi isso mesmo para o povo português. Pela força das armas mas sem efusões de sangue, profundas transformações foram operadas na nossa vida nacional. De carácter político, de carácter económico, de carácter social.

A liquidação do estado monopolista, a extinção do latifúndio na sua dimensão mais afrontosa, a dignificação do mundo do trabalho, novas lufadas de ar fresco na cultura nacional foram transformações que acenderam imorredáveis esperanças no coração dos portugueses.

As madrugadas de Abril prenunciaram para o nosso povo a conquista de um futuro promissor e luminoso. E tudo isso que hoje Portugal de léis-lés vai festejar. Nas ruas, nas colectividades, nos lares.

Hoje é festa do Abril português da Revolução, a festa popular do triunfo da democracia em Portugal.

É hoje, no 11.º Aniversário da Revolução de Abril, o nosso povo comemora o Dia da Liberdade com um misto de alegria e de preocupações mas também de fundamentada confiança.

De alegria porque o 25 de Abril foi uma grande epopeia democrática e nacional que acabou com 48 anos de fascismo, com meio milénio de colonialismo, com uma guerra colonial de 13 anos. Devemo-lo à iniciativa patriótica dos jovens Capitães de Abril, mas a gesta gloriosa que fizeram triunfar foi amassada e levedada por dezenas de anos de sofrimento, de sacrifícios, de luta do nosso povo. Foi esse o «dubo» da Revolução portuguesa de 74.

De alegria ainda porque uma revolução que em 11 anos suporta, resiste e sobrevive a uma tão dura ofensiva como a que lhe é movida desde há 9 anos pelas forças do passado e as suas novíssimas encarnações é necessariamente uma sólida conquista enraizada no mais profundo do povo.

É a brutalidade dessa ofensiva que no momento actual gera as mais sérias preocupações dos portugueses e é a solidéz das raízes de Abril no coração das massas populares, a luta determinada com que defendem cada conquista ameaçada da Revolução, que fundamentam também no momento actual inabaláveis razões de confiança.

O motivo principal das preocupações actuais dos portugueses é porque o processo democrático iniciado com o 25 de Abril enfrenta hoje a maior ameaça de sempre desde o seu início e porque nos encontramos num momento de decisivas alterações na situação nacional de natureza ainda indefinida.

A fonte maior das preocupações actuais — neste 11.º Aniversário do Movimento vitorioso dos Capitães — consiste no facto de uma pretensa «classe política» detentora do poder executivo tentar impor a todo o transe e ao arpejo da vontade maioritária do povo português a sua política de classe.

A «classe política» é uma aberração sociológica inventada pelos inimigos de Abril. A política de classe, essa, sim, é a expressão verídica e concreta da acção das forças sociais dominantes.

A ameaça mais perigosa contra o 25 de Abril parte de maneira directa do Governo PS/PSD chefiado por dirigentes políticos que o processo de Abril quefiou a responsabilidade estatal.

O Governo capitaneado por Mário Soares, acolitado pelo seu novo «vice» Machete, empenha-se actualmente na mais raivosa ofensiva de sempre contra as conquistas fundamentais de Abril que tem por objectivo central o restabelecimento a curto prazo do poder económico e do poder político dos monopólios — aliados ao imperialismo — e dos latifundiários.

É uma capciosa ofensiva que tenta fazer passar numa verdadeira corrida contra o tempo e sob o manto de uma descabelada demagogia o projecto da contra-revolução.

Está hoje claro para um grande número de portugueses e certamente para a maioria dos socialistas que Mário Soares e a corte dos soaristas nada têm já de comum com o socialismo e com o 25 de Abril.

Nos objectivos confessos, na prática política, na própria linguagem, são os interesses do capital monopolista, dos grandes agrários e do imperialismo que norteiam de facto o trabalho antipovo e antinacional da clique governante e pessoalmente de Mário Soares.

É por exemplo, uma grosseira demagogia fazer passar a submissão institucionalizada de Portugal aos grandes monopólios da CEE sob a eufemística promessa de «modernização» a médio prazo da economia portuguesa e de uma ascensão das condições de vida do povo português a «níveis europeus» nos próximos cinco anos.

Dizer que «a adesão à CEE é um processo essencialmente político porque a democracia não estava consolidada em Portugal» é tentar esconder que a «adesão» é de facto uma operação «essencialmente política» mas contra o 25 de Abril, contra as conquistas democráticas alcançadas pelo povo português no processo iniciado pela Revolução dos Capitães em 1974, contra a independência nacional.

É pura hipocrisia de Soares e dos soaristas fingirem que recusam as exigências de uma nova revisão da Constituição pela extrema-direita e viola-la de facto todos os dias na prática política e legislativa.

É demagogia o gargateado de Torres Couto contra o pacote laboral antioperário que o ministro do Trabalho — para pupar os púdicos «engulhos» dos divisionistas da UGT — quer fazer passar com uma simples autorização legislativa dada pela maioria domesticada do Governo em que fielmente Torres Couto, como deputado e dirigente do PS, se alinha.

Futebol em Santarém para divulgar a Festa do «Avante!»

Numa iniciativa, que desde já saudamos, da Comissão Concelhia de Santarém do PCP, vai realizar-se durante o mês de Maio, na Ribeira de Santarém, um torneio de futebol de salão masculino para equipas populares com jogadores com mais de 16 anos. Trata-se de uma jornada de divulgação da Festa do «Avante!»-1985 e as informações e inscrições funcionam nos Centros de Trabalho do PCP do distrito de Santarém até 30 de Abril.

Debate sobre Informação no CT dos Olivais

O jornalista Ruben de Carvalho, chefe de Redacção do «Avante!» e membro suplente do Comité Central do PCP, participa no debate

Camaradas falecidos

Dionísio Sales Reis

Membro da organização do Partido no Bairro da Liberdade (Campolide/Lisboa), faleceu recentemente o nosso camarada Dionísio Sales Reis. Contava 86 anos.

Joaquim Alves Silva

Também da organização do B.º da Liberdade, em Lisboa, se comunicou ao «Avante!» o falecimento do militante comunista Joaquim Alves da Silva, de 58 anos.

António F. Almeida

Militante activo, participando com entusiasmo nas tarefas de distribuição de propaganda na região, faleceu recentemente em Góis, distrito de Coimbra, o nosso camarada António Fernandes de Almeida, de 77 anos. O militante comunista co-

nheceu as masmorras do Aljube e o campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde.

Sebastião Silva Sarmento

Professor aposentado, faleceu a 9 de Abril em Tomar o nosso camarada Sebastião da Silva Sarmento, de 73 anos, mestre de várias gerações.

Olívia Martins

Com 77 anos, faleceu recentemente a nossa camarada Olívia Martins, militante na organização da freguesia nos Prazeres, na cidade de Lisboa.

Alberto Ferreiro

O operário gráfico Alberto Ferreiro, de 74 anos, militante do PCP, faleceu também recentemente. Pertencia à organização do Partido na freguesia dos Prazeres, em Lisboa.

sobre Informação partidária a realizar no próximo sábado, dia 27, a partir das 15 e 30, no Centro de Trabalho dos Olivais. A iniciativa é promovida pelo organismo de direcção intermédio do sector sul e reunirá ainda os camaradas João Paulo e António Leitão, da organização dos Olivais.

Três datas em comemoração viva no CT do Barreiro

No calendário antifascista do Barreiro estão, entre outras, três datas próximas de especial significado: o 25 de Abril, o 28 de Abril (data da inauguração do 1.º Centro de Trabalho após o 25 de Abril) e o 1.º de Maio. Para além da participação nas jornadas populares, os comunistas do Barreiro decidiram levar a cabo um conjunto de iniciativas, de 25 de Abril a 1 de Maio, das quais se destacam uma feira do livro no passeio frente ao Centro de Trabalho, duas exposições (40.º aniversário da vitória sobre o nazifascismo e a conquista

Isidro José Branco

Membro do Partido desde os anos 40, faleceu o nosso camarada Isidro José Branco, de 76 anos, membro da Assembleia de Freguesia de Corte do Pinto, no concelho de Mértola. De 1976 a 1979 foi o tesoureiro da Junta de Freguesia. Tanto pelos cargos desempenhados recentemente, como pela sua militância antifascista, Isidro José Branco era uma figura conhecida naquela localidade alentejana.

Henrique Ricardo Pereira

Destacado antifascista e militante do PCP desde longa data, tendo conhecido as masmorras de Caxias nos anos 40, faleceu recentemente o nosso camarada Henrique Ricardo Pereira, de 78 anos e natural do Funchal, Região Autónoma da Madeira. O «Mestre Henrique», como era conhecido, deixou muita gente que o admirava e respeitava.

Verdi Maciel Santana

Também natural do Funchal, faleceu o militante comunista Verdi Maciel Santana, de 72 anos. No período anterior ao 25 de Abril participou no movimento antifascista e esteve ligado ao PCP.

Manuel José Vidal

Faleceu recentemente o nosso camarada Manuel José Vidal, de 52 anos, membro da comissão local do PCP dos Alfonsos, na freguesia de Canha (Montijo). Trabalhador rural de profissão, o comunista desaparecido gozava de grande prestígio entre a população.

Dimas Fonseca Rodrigues

Com 38 anos, faleceu no passado dia 18 o militante comunista Dimas Fonseca Rodrigues, operário da Central, residente no Montijo, membro da organização para o movimento associativo e da Assembleia de Freguesia daquela localidade do distrito de Setúbal, onde era bem conhecido da população.

Américo da Cruz Poeta

Operário de lanifícios reformado e membro do PCP desde 1975 faleceu recentemente na Covilhã com 81 anos o nosso camarada Américo da Cruz Poeta, destacado antifascista da região.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

É um motivo de fundas preocupações para o povo português transacções como as do Porto e Vale de Cambra e outras mais encobertas de Mário Soares com os grandes potentados portugueses da indústria e da banca privadas sobre as chamadas «reformas de estrutura» — que outra coisa não são senão a entrega, de «mão-beijada», aos seus antigos possuidores, das empresas públicas e nacionalizadas mais rentáveis a troca do apolo do grande capital à candidatura de Soares à Presidência da República.

É motivo de preocupações para os assalariados agrícolas do Alentejo e do Ribatejo e para todos os amigos da Reforma Agrária e aparecimento de novo — como nos tempos de Salazar e Caetano — das metralhadoras, dos blindados, dos cães-polícias, agora em verdadeiras operações terroristas de esbulhamento das UCPs/Cooperativas, num autêntico crime social e contra a economia portuguesa.

São motivo de preocupações os sinistros projectos legislativos calendarizados pelos dois partidos da coligação deste Governo roído de contradições e marcado pela corrupção.

A nova lei das rendas, os pacotes antilabrador, antiautárquico, eleitoral, as leis da bufaria e da chamada «segurança interna» e outras, são verdadeiros atentados contra os ideais e as transformações democráticas do 25 de Abril.

Mas neste 11.º Aniversário da gesta heroica dos Capitães há fundamentados motivos de confiança.

Do seio da classe operária, dos meios mais variados do mundo do trabalho, dos sectores mais variados do agro português (assalariados, pequenos e médios rendeiros e proprietários agrícolas), do comércio, da indústria, dos serviços, cresce uma torrente de luta e unidade que assume cada vez mais uma poderosa expressão política.

Na juventude, nas mulheres, nos reformados, na intelectualidade portuguesa cava-se mais fundo o fosso entre as suas aspirações mais sentidas e a política do Governo.

Nos meios democráticos mais esclarecidos e amplos multiplicam-se as acções unitárias e convergentes, cresce a convicção da necessidade de iniciativas políticas e institucionais imediatas que ponham cõbro ao processo de destruição de Abril.

Tarefas decisivas colocam ao movimento operário, popular e democrático neste 11.º ano da Revolução de Abril irrecusáveis exigências de unidade e luta, de uma rápida tomada de consciência de que o processo democrático inaugurado em 1974 tem forças suficientes para travar a ofensiva da contra-revolução, para restabelecer a verdade e o curso dos ideais e das conquistas de Abril.

Essa convicção impregnará certamente as grandiosas manifestações populares de hoje do Dia da Liberdade em todo o País.

Hoje as comemorações da gesta heroica dos Capitães e na próxima semana as do 1.º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores, afirmarão a verdade do querer dos portugueses.

25 de Abril, sempre! Fascismo nunca mais!

do espaço cósmico), um ciclo de filmes, diaporamas e vídeos e ainda colóquios, tudo sobre os temas das exposições.

Festa da Amizade em Almada: de 31 de Maio a 2 de Junho

A 26, 27 e 28 próximos arrancam as jornadas de trabalho voluntário para a edificação de mais uma edição da Festa da Amizade, no Laranjeiro. Este ano terá lugar nos dias 31 de Maio, 1 e 2 de Junho. Entre outros motivos podemos desde já destacar: Monte Alentejano, Café Concerto, Exposição Política — cultural, «Cidade» da Juventude e dos Pioneiros, Exposição Ornitológica/Columbófila, Exposição de artes plásticas, Torneios de Xadrez, Damas, Futebol, Andebol e outras modalidades, debates/Colóquios, Adega do Fado, a par de muitos artistas nacionais de reconhecida qualidade artística. A «P.A.» (Porta-Aberta) estará à venda ainda durante o mês de Abril e será realizado um sorteio da mesma com valiosos prémios. O cartaz para a edição 85 da Festa da Amizade está a concurso.

O Militante

N.º 119 — Abril/85

A Conferência demonstrou a existência de uma política alternativa. Existe e é urgente uma alternativa política.

Conferência Nacional do PCP — A via de desenvolvimento para vencer a crise

Proclamação da Conferência Nacional

O PCP na luta contra o fascismo e a guerra

Acompanhar melhor a Organização — Melhorar o pagamento das quotizações e a distribuição dos órgãos do partido

Experiências de uma célula quanto ao recolhimento das quotas e iniciativas de fundos

Reunião de Quadros da Organização Regional do Porto (5 de Abril de 1985)

Encontro Regional de Quadros do PCP. Funchal, 23 de Março de 1985. Conclusões

1.ª Assembleia da Organização Distrital de Castelo Branco

Encontro Nacional das células da Quimigal

Perguntas e Respostas — Sobre o espaço político não ocupado

Sobre a lei dos aumentos dos deputados

Não te esqueças... camarada!

Documentos — Demissão do Governo. Fim da política de «sasstro». Alternativa democrática. (Declaração de CC aprovada na reunião plenária de 16-17/III/85)

Sobre as tarefas dos comunistas no movimento sindical unitário (Resolução do CC aprovada na reunião de 16-17/III/85)

A VENDA

edições **Avante!**
COLEÇÃO «RESISTÊNCIA»

Vassil Bikov
Ascensão

A experiência dramática de dois guerrilheiros que combatem na resistência das tropas alemãs. São presos e torturados. Um irai para salvar a vida, outro assume a responsabilidade da sua luta e morte heroicamente.

Deste livro foi feito um filme que em Portugal obteve o apoio unânime da crítica.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Sotelo Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Sotelo Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º - 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto Tel. 69 38 69/69 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 76 84 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 77 88 96/77 87 50

Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Fevereiro: 40 227

Nacional

25 de Abril comemora-se em todo o País

Passam hoje 11 anos sobre a Revolução dos cravos. Então, o povo saiu à rua pela democracia, pela liberdade e por uma vida melhor. Depois veio Maio, a Reforma Agrária, as Nacionalizações e a Constituição da República Portuguesa. Hoje, passados que são 11 anos, o povo volta a sair à rua para exigir que se cumpra Abril, em luta pela defesa das conquistas com ele alcançadas. Esta tarde, em Lisboa, Porto, Coimbra e outros locais, vai-se tornar numa grandiosa jornada de luta de todos os democratas. Nestas três cidades as manifestações constituirão as mais importantes iniciativas das Comemorações Populares do 25 de Abril. No entanto, por todo o País, o dia de hoje é preenchido por numerosas iniciativas e actividades em defesa de Abril.

Com concentração às 14 e 30 no Marquês de Pombal, a manifestação de Lisboa dirige-se, a partir das 15 horas, para o Rossio, onde haverá um comício. Esta iniciativa, recorda-se, é promovida por uma comissão composta por dezenas de democratas que apelam para que «realizemos a confiança na democracia, proclamemos a determinação de defender a liberdade, a Independência Nacional, o progresso e a justiça social, a fraternidade e a paz».

Para «defender e continuar Abril», o povo do Porto ocupa hoje, durante todo o dia, a baixa da cidade. Ponto alto das comemorações será o desfile que se inicia logo a seguir ao cortejo de carros alegóricos



que tem como tema a Constituição.

Ainda da parte da tarde, haverá uma grande festa popular, com ranchos, bandas, fanfaras, cantores e grupos musicais. A manhã, como sempre, vai ser dedicada à criança, ao

desporto e à cultura. Para as crianças haverá teatro, canções e palhaços. A Corrida da Liberdade será o ponto alto do programa desportivo, com partida da ex-Pide e chegada à praça Humberto Delgado.

As 11 horas, os democratas portugueses vão prestar homenagem à resistência antifascista, junto à ex-Pide. Finalmente, a partir das 10 e 30, na praça D. João I, estará patente ao público uma exposição de artes plásticas.

Em Coimbra, a partir das 14 e 30, vai haver um desfile popular. Esta manifestação começa no largo da Manutenção e termina no Parque da Cidade onde haverá um espectáculo com Paulo de Carvalho e diversos ranchos, bandas e grupos musicais. Ainda nesta cidade, e logo de manhã, é tempo para o desporto, com a Marcha da Liberdade, corrida aberta a todos e que percorrerá as ruas da baixa da cidade.

Mas, como dissemos, as comemorações Populares do 25 de Abril não se cingem a Lisboa, Porto e Coimbra. De Norte a Sul, da mais pequena povoação rural ao maior centro industrial, o 25 de Abril vai ser comemorado.

Assim, entre muitos outros



locais, há iniciativas em Chaves, Aveiro, Faro, Setúbal, Penafiel, Póvoa do Varzim, Santarém, Grândola, Viseu, Seixal, Évora, Moita, Vila Real de Santo António, Vila do Bispo, Sevilha, Montijo, Avis, Odemira, Santiago do Cacém, Vila Franca de Xira, Vila do Conde, Vila

Nova de Gaia, Matosinhos, Cascais, Parede, Idanha-a-Nova, Falagueira, Esmoriz, Amarante, Felgueiras, Gondomar, São Brás de Alportel, Olhão, Albufeira, Loulé, Mafra, Rio Tinto, S. Cosmo, S. Pedro da Cova, Lousada, Lustosa, Águas Santas, Ajustrel, Marco,

Santa Comba Dão, Toutosa, Lavra, Paços de Ferreira, Paredes, Santo Tirso, Amora, Figueira, Paivas, Cruz de Pau, Fátima, Arrentela, Corroios, Paio Pires, Alhos Vedros, Baixa da Banheira, Ovar, Cortiços, Coxa, Assaves, Bragança e Caldas da Rainha.



Assembleia da República

Cada iniciativa do Governo uma machadada na liberdade

Eles continuam a tentar destruir tudo o que, até agora, mercê da Revolução de 25 de Abril, proporcionava uma vida democrática. Eles, são o PS, o PSD e o CDS, nuns casos com o apoio da ASDI, noutros com o apoio da UEDS. E a ofensiva verifica-se tanto na prática governativa, como na legislativa.

Desta feita, a Assembleia da República, com os votos daqueles três partidos, mais a ASDI, aprovou, na generalidade, uma Proposta de Lei reguladora do exercício da tutela sobre as autarquias locais, que concede ao Governo poderes discricionários sobre a vida dos municípios.

Isto é, a partir de agora — caso a Proposta de Lei não seja alterada na especialidade — o Governo tem poderes para dar instruções e ordens aos órgãos autárquicos, promover discricionariamente inspecções, facilitar o julgamento de órgãos ou eleitos, determinar administrativamente a dissolução ou perda do mandato e impedir certos eleitos de se recandidatarem. Também o MDP/CDE se opôs a esta facada nas liberdades e garantias dos cidadãos.

Na discussão que se travou, o PS assumiu a defesa integral da Proposta de Lei enquanto que o PSD, ainda que concordasse genericamente com a lei, considerou a importância de lhe introduzir alterações no

da Constituição, o PCP, pela voz do seu deputado João Amaral, considerou que a nova lei permitiria ao Governo seleccionar os seus inimigos políticos para, administrativamente, os abater, impedindo-os de se recandidatarem. Também o MDP/CDE se opôs a esta facada nas liberdades e garantias dos cidadãos.

Na discussão que se travou, o PS assumiu a defesa integral da Proposta de Lei enquanto que o PSD, ainda que concordasse genericamente com a lei, considerou a importância de lhe introduzir alterações no

debate na especialidade que se vai realizar, até à aprovação final global.

Que direitos para os autores?

Está já agendada para o dia 9 de Maio a ratificação do Código do Direito de Autor (Decreto-Lei n.º 63/85), ratificação essa que foi pedida com carácter de urgência pelo PCP e que mereceu o apoio de todos os partidos com assento na Câmara, com excepção do PSD.

Projecto inovador e eficaz, foi de tal maneira desvirtuado pelo Ministério da Justiça onde na ocasião o dr. Rui Machete pontificava, que passou a ser digno de um decreto-lei do tempo do fascismo mais retrógrado (isto partindo do princípio que poderia existir um fascismo progressista).

Mas, também outra coisa não podia suceder pois o então

Ministro da Justiça, Rui Machete, encarregou da elaboração do texto o professor da Faculdade de Direito, Oliveira Ascensão, que mais não fez do que copiar uma lei por ele apresentada, em 1973, à Câmara Corporativa e que, por estranho que pareça, a recusara.

Só para termos uma pequena ideia, transcrevemos parte do artigo 72, segundo o qual «os direitos reconhecidos ao autor não tolhem aos poderes constituídos a facultade de permitir, restringir ou proibir, nos termos legais, a circulação, a representação ou a exposição de qualquer obra quando o interesse público o exigir». Se querem melhor, só com o Salazar.

Arquivos da Pide

Entretanto, começou a ser discutida na AR a Proposta de Lei que extingue o serviço de coordenação e extinção da

Pide e Legião, a qual determina que os respectivos arquivos sejam integrados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

É precisamente este destino que levantou reservas e interrogações por parte dos deputados, outro tanto se verificando na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias que sobre o assunto elaborou um relatório.

De acordo com o parecer da referida Comissão devia-se definir com mais rigor «o destino a dar aos diversos tipos de documentos», tendo a discussão na especialidade, quanto a este ponto, salientado a necessidade de definir cuidadosamente o regime de integração jurídica, de inventariação e de consulta pública.

De acordo com a proposta governamental, os arquivos estarão vedados a qualquer consulta pública até 1994. O debate sobre o assunto vai prosseguir, sem que no entanto tenha ficado agendado.

Proclamam democratas de Setúbal Democracia tem de ser defendida

«Porque a democracia tem de ser defendida e nenhum democrata pode ficar indiferente, sempre em solidariedade activa para com os trabalhadores com salários em atraso, desempregados, despedidos ou ameaçados de despedimento, entendemos ser oportuno juntar a nossa exigência de uma alternativa política e de uma política alternativa». Esta uma das conclusões do II Encontro dos Democratas do Distrito de Setúbal que recentemente se realizou na cidade sadina.

Para os participantes no encontro, «a poucos dias das Comemorações Populares do 25 de Abril — assim como do 40.º aniversário da derrota do nazifascismo e do fim da segunda

Guerra Mundial — ganha especial significado a confiança que demonstrámos no futuro da nossa Pátria, uma sociedade mais livre, justa e feliz, enriquecida na sua identidade e independência nacionais, na paz e no bem-estar do povo, livre do holocausto nuclear, conforme os preceitos da Constituição da República Portuguesa».

Segundo os democratas, «estão a nú ambições que contrariam frontalmente o desenvolvimento do País e a independência nacional, o bem-estar das populações, o uso das liberdades e a certeza da paz». Por isso, e dando como exemplo, a actuação do governador Civil do Distrito de Setúbal, «que assumiu o cúmulo de

apontar um dedo delator a quem este ano assumem as Comemorações populares do 25 de Abril, os participantes neste II Encontro da Democracia do Distrito de Setúbal decidiram aderir «com entusiasmo às múltiplas iniciativas que, neste âmbito, as instituições, organizações e associações populares levarão a cabo».

Ao sublinhar a importância que este ano assumem as Comemorações populares do 25 de Abril, os participantes neste II Encontro da Democracia do Distrito de Setúbal decidiram aderir «com entusiasmo às múltiplas iniciativas que, neste âmbito, as instituições, organizações e associações populares levarão a cabo».

MDM analisa situação e anuncia iniciativas

• Distinção de Honra MDM para Rosa Mota

A Direcção Nacional do Movimento Democrático das Mulheres reuniu-se recentemente para analisar a situação que se vive no País e para aprovar o plano de actividades para os próximos meses.

Ao analisar a situação, o MDM salienta que esta se caracteriza por uma feminização da pobreza, pelo recrudescimento de uma mentalidade conservadora e extremamente sexista em relação ao estatuto social da mulher, e pelos atentados à Paz.

Concordando que existem muitos homens que vivem em condições extremamente difíceis e que há muitas mulheres que vivem bem, o MDM salienta que as mulheres são as mais atingidas pelo desemprego, pelos contratos a prazo e pela instabilidade no emprego.

Nesta sua reunião, o MDM sublinhou o clima de violência contra a mulher, seja na sociedade, no trabalho ou na família e insurgiu-se contra as acções de boicote às leis sobre o aborto, educação sexual e planeamento familiar. Neste contexto, foi anunciado em conferência de imprensa que, na

sede do MDM, funciona, todas as quartas-feiras, uma consulta de planeamento familiar para jovens.

No que se refere às ameaças contra a paz, a Direcção Nacional do MDM salientou o carácter belicista da política governamental e afirmou que o slogan «nós que damos a vida defendemos a Paz» ganha cada vez mais força. O MDM insurgiu-se também contra a próxima visita de Reagan ao nosso País.

Plano de actividades

Na conferência de imprensa, o MDM anunciou a realização do Comboio da Amizade e da Paz que, no próximo dia 16 de Julho, vindo de todo o País convergirá em Coimbra onde se realizará uma grande iniciativa.

Esta organização vai também participar na Conferência Internacional de Nairobi, de 16 a 19 de Julho, que culminará as comemorações da Década da Mulher. Já em Portugal, mas em Maio, o MDM vai promover um seminário de balanço da Década da Mulher; depois, em Outubro, será outro seminário sobre «A mulher e o poder».

Entretanto, o MDM lançou uma campanha de assinaturas, «eu dou o meu nome pela paz», parte integrante de um apelo internacional e que será entregue à Federação Internacional Democrática das Mulheres, por altura do 40.º aniversário.

Paralelamente, vai intensificar as suas acções de solidariedade, nomeadamente com o povo e as mulheres do Chile.

Medalha para Rosa Mota

A Direcção Nacional decidiu também atribuir a Distinção de Honra MDM a Rosa Mota. Trata-se de uma medalha que este movimento atribui a mulheres que se destacam em diversos campos da vida do nosso País, tendo já sido atribuído a Maria Lamas e a Virginia Moura. A Distinção de Honra MDM vai ser entregue a Rosa Mota no próximo dia 12 de Maio, no Porto.

Trabalhadores

2.º Congresso da FP Objectivos e força para a defender

Encerrado dia 20, sábado, em Lisboa, o 2.º Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública elegeu um conselho nacional de 35 membros efectivos e 4 suplentes — órgão que pela primeira vez dirigirá a Federação, dotada de novos estatutos e de um programa de acção para os próximos três anos. Iniciado sexta-feira, o Congresso teve a participação de 501 delegados (votação do programa de acção com 11 abstenções) que aprovaram um caderno reivindicativo pela defesa do qual «os trabalhadores da Função Pública (TFP) intensificarão a sua acção, recorrendo a todas as formas de luta que se mostrarem necessárias» para alcançar os objectivos traçados, em primeiro lugar no que respeita aos direitos constitucionais dos trabalhadores. Entre as moções aprovadas figura um apelo à participação nas jornadas do 25 de Abril e do Primeiro de Maio, incluindo a exigência de demissão do Governo e de uma nova política para o País.

O aumento significativo do número de dirigentes que passaram a constituir o conselho nacional em substituição do secretariado anterior justifica-se, segundo a Federação, pela «necessidade de dar resposta aos crescentes problemas do sector».

Representativo de um número de associados superior a 133 mil, distribuídos pelos cinco sindicatos actualmente inscritos na Federação (FNSTFP), o Congresso salienta no caderno reivindicativo os «reflexos» da «política desastrosa do Governo» na Função Pública, «pondo em risco milhares de empregos», impondo baixos salários, diminuindo as «funções sociais e económicas do Estado», efectuando «drásticas cortes orçamentais» em sectores indispensáveis, «degradando, paralisando e extinguindo serviços essenciais e entregando outros ao grande capital».

A política de extinção de serviços públicos, nomeadamente os de coordenação económica (Juntas Nacionais, EPAC, etc.) foi recusada pelo Congresso, que se propõe combatê-la. Tendo em conta os interesses das populações e

do País, reclamou-se uma melhor qualidade dos serviços prestados na Saúde, Educação, Segurança Social, com «a participação dos trabalhadores em todas as estruturas ou medidas de racionalização dos serviços».

O 2.º Congresso da FNSTFP, em cuja composição entraram 41,3 por cento de mulheres, reafirmou — como já aqui destacámos na semana passada — que não há trabalhadores a mais na Função Pública. Numa nota relativa à aprovação do seu programa para o próximo triénio, a Federação faz notar muito claramente que «não é aos TFP que devem ser exigidas as responsabilidades pela má gestão e administração; e muito menos podem ser as suas vítimas». Por isso, acrescenta a FNSTFP, uma das «exigências» mais ouvidas no Congresso foi a do «cumprimento do projecto constitucional, que foi mesmo considerado uma bandeira e uma trincheira de luta».

O Congresso, que se pronunciou pela não alteração da Lei da Greve e condenou a Lei de Segurança Interna — «violadora dos direitos e garantias

dos cidadãos» — defendeu o efectivo direito à negociação colectiva (alteração do decreto-lei 45-A/84) e a criação de uma secção especializada no Supremo Tribunal Administrativo para tratar dos conflitos de trabalho no âmbito da Função Pública.

Ainda no plano da defesa dos direitos dos TFP, o Congresso entende que a acção da Inspeção do Trabalho deve ser extensiva à área da Função Pública, que o pacote Almeida Santos, e especialmente o decreto dos excedentes, deve ser revogado. O Tribunal de Contas deve transformar-se num «verdadeiro tribunal», deixando de ser «um mero apêndice do Governo».

O pacote antilaboral foi motivo de uma moção de manifesto repúdio. O mesmo aconteceu com a generosidade da política deste Governo.

«Votámos neles, mas não na política que têm seguido»

A abertura foi uma característica de todo o Congresso, como ficou bem expresso nos debates. As opiniões, expressas com toda a independência, não prejudicaram a reafirmação da unidade. Vários delegados que, nas últimas eleições legislativas, votaram nos partidos do Governo, designadamente no PS, «sublinharam, como refere a Federação, que haviam votado neles, mas não na política de descalabro económico e de negação dos direitos dos trabalhadores» — política que tem sido seguida por aqueles a quem deram os seus votos.

Os congressistas (a média de idades fixava-se nos 36 anos), para além das reivindicações de ordem geral e das

linhas de rumo apontadas no programa de acção e no caderno reivindicativo, defenderam uma efectiva democratização da administração pública, para a qual acham completamente incapaz este Governo e nociva a política que tem seguido.

A Federação, segundo as directivas aprovadas pelo Congresso, bate-se por «uma administração devidamente descentralizada, pela criação de regiões administrativas em consonância com as regiões-plano, por um efectivo controlo pela Assembleia da República da actividade do Executivo e da Administração Pública». Luta ainda pela «criação de estruturas de participação de representantes dos trabalhadores da Função Pública», bem como na «gestão dos recursos humanos, condição indispensável para acatular os seus di-

reitos — individuais e colectivos — e os seus interesses profissionais».

Particular atenção mereceu também por parte do Congresso a «fuga dos quadros» da Administração Pública, devido à desmotivação, às condições salariais pouco atraentes e à situação das carreiras. Ainda nesse campo, o programa de acção propõe uma «informatização acompanhada de medidas de gestão de pessoal, que permitam a reciclagem profissional e salvaguardem a estabilidade de emprego».

O 2.º Congresso da FNSTFP, a que assistiram numerosos convidados, incluindo a CGTP, aprovou um conjunto de moções em que se destaca a defesa da Reforma Agrária, do Sector Empresarial do Estado e da paz, contra a instalação de armas nucleares no nosso país.

Juventude

Universidade Não aos novos aumentos

A Direcção Central do Ensino Superior da Juventude Comunista Portuguesa tornou público um comunicado onde, insurgindo-se contra o pacote de aumentos de preços para os estudantes universitários, apela para que lhe seja feita resistência e para que se dê mais força à exigência de imediato aumento das bolsas de estudo.

Ao salientar que «o brutal aumento das propinas que está em preparação é mais um triste exemplo da forma como o Ministério da Educação e o Governo encaram os problemas dos estudantes universitários», e que «o aumento das

propinas — para vigorar já em Outubro — faz parte de um novo pacote de aumentos para os estudantes universitários, que abrangera ainda as cantinas e residências», este organismo da JCP «considera de uma gravidade excepcional uma nova quebra de compromissos assumidos».

Para os jovens comunistas, «é de uma excepcional gravidade que o Ministério afirme que a portaria de aumento das bolsas de estudo não é praticável por não haver dinheiro para pagar os aumentos já estipulados». Daí que afirmem que este comportamento — «pro-

fundamente imoral» — só tenha um nome: «fraude!».



Café-concerto na Voz do Operário

• Carlos Paredes, Carlos Alberto Moniz e Nuno Gomes dos Santos

Carlos Paredes, Carlos Alberto Moniz e Nuno Gomes dos Santos são os artistas que, já este sábado, vão animar o café-concerto do Festival.

O espectáculo tem como objectivo a divulgação do XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes que se realiza em Moscovo na última semana de Julho e na primeira de Agosto.

Organizado pelo Grupo de Trabalho de Lisboa do Comité Regional Preparatório, este café-concerto realiza-se na Voz do Operário e as suas portas

estarão abertas a partir das 21 e 30.

Além do espectáculo, haverá diaporamas. Ainda à disposição de todos quantos quiserem aparecer funcionará um bar que será ao mesmo tempo um local de convívio e discussão.

Será pois já este sábado o primeiro café-concerto do Festival. Outros se seguirão e, para o próximo, está já prevista a actuação de um homem que canta o Alentejo e que leva esta música às suas origens norte-africanas...

Nacional

Contra o desemprego, a miséria e as terras abandonadas

Magnífica jornada de luta da Reforma Agrária

Com uma espantosa precisão cinco colunas de trabalhadores agrícolas provenientes de outras tantas ruas desembocam em simultâneo na Praça do Giraldo. São quinze horas. Largas faixas conduzidas por crianças, à frente de cada grupo, sintetizam em poucas palavras as razões do protesto: «temos fome, queremos trabalho para os nosso país».

Haviam partido na véspera de cinco concelhos do interior do distrito. Enchendo o centro histórico de Évora, o seu número ultrapassa largamente a dezena de milhar. Estampados nos rostos eram visíveis os sinais do esforço dispendido. Ainda assim sobravam forças para gritar a vontade que lhes ia de lutar e de alterar a política actual, fonte de miséria e desemprego.

hora nas restantes capitais de distrito do Alentejo, tal como já acontecera em Setúbal no dia anterior, acções idênticas davam a conhecer o descontentamento das gentes do Sul pela grave situação a que sucessivos governos conduziram a agricultura da região: um panorama desolador onde grassa o desemprego, as terras abandonadas, as dificuldades, tudo por culpa de uma ofensiva cega e feroz contra a Reforma

Mais de 35 mil trabalhadores participaram nas acções realizadas nos distritos do Sul

ram em direcção às cidades de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal registaram todas uma elevada adesão, com particular destaque para as mulheres. Nota dominante em toda a jornada constituiu também a combatividade dos participantes a revelar uma apreciável disposição em modificar o actual estado das coisas e uma enorme confiança na satisfação plena dos objectivos pelos quais lutam, pese embora as dificuldades da hora presente.

Outro traço a reter: a participação massiva de jovens na maioria das colunas, sinal evi-

himento prestado pelas populações das vilas e aldeias por onde as colunas passaram, manifestações durante as quais se viveram momentos de grande emoção e que dizem bem do apoio e da simpatia que disfrutaram a Reforma Agrária e os seus obreiros. Adesões como as que se verificaram por exemplo em Monte Trigo (aldeia onde a população veio em peso para a rua) ou em S. Manços onde mais de mil pessoas participaram no breve comício que assinalou a passagem dos manifestantes foram uma constante ao longo dos dois dias desta magnífica jornada de luta.

Agrários enchem bolsos

Mas para tanta solidariedade existiam com efeito motivos de sobra. Conforme nos afirmava Mário Silva, presidente do Sindicato Agrícola de Évora, é inaceitável que haja desemprego no distrito (mais de sete mil trabalhadores segundo os últimos dados) apenas porque existe uma política que retira as terras que estão a produzir na posse dos trabalhadores para as entregar a agrários e outros indivíduos que nada têm a ver com a agricultura e que as deixam ao completo abandono.

Só no distrito de Évora existem cerca de 220 herdades com uma área superior a 100 mil hectares que estão incultas e noutras 100 herdades existentes abandonadas há vários anos que podiam regar cerca de dois mil hectares.

Fossem estas terras postas a produzir, aplicassem os governantes outra política, hou-

dente de que a Reforma Agrária conserva vivas todas as suas potencialidades, mantém acesa a esperança num futuro melhor e constitui a alternativa capaz de garantir uma agricultura moderna e desenvolvida nos campos do Sul.

Importa ainda realçar o aco-

lhoramento que desrespeita a vontade popular, fere a legalidade, hostiliza o regime democrático.

Acolhimento caloroso

Partindo de 14 locais diferentes, as colunas de trabalhadores agrícolas que marcha-



O histórico centro de Évora acolheu uma vez mais uma jornada de luta em defesa da Reforma Agrária

multo quilómetros ao longo do qual, à sua passagem, foram dando conta dos justos objectivos que presidem à sua luta. De tal modo justa que, por onde passaram, só encontraram manifestações de solidariedade e carinho.

Sensivelmente à mesma



A presença de mulheres e de jovens constitui uma nota dominante em todas as colunas de trabalhadores



As manifestações de solidariedade e apoio à passagem das colunas de trabalhadores foram uma constante ao longo de todos os percursos. Na foto, operários da Sado Internacional no momento em que saíram aos portões da fábrica para saudar a coluna que se dirigia à cidade de Setúbal proveniente de Vendas Novas e Alcácer do Sal

vesse ele um mínimo de apoio e incentivo, segundo nos garantiriam no seu conjunto mais de 35 mil trabalhadores evidenciariam ainda, por outro lado, a vontade de lutar por outro governo e outra política. No Portugal de Abril, como nos foi insistentemente sublinhado, este Governo está a mais, está a representar um grave prejuizo

Évora tenham sido entregues mais de 800 mil contos.

Mas estas acções que mobilizaram no seu conjunto mais de 35 mil trabalhadores evidenciariam ainda, por outro lado, a vontade de lutar por outro governo e outra política. No Portugal de Abril, como nos foi insistentemente sublinhado, este Governo está a mais, está a representar um grave prejuizo

Por parte dos trabalhadores ao longo da jornada. Tais projectos, no seu entender, nada resolvem antes têm agravado substancialmente o flagelo do desemprego. Sob este pretexto o Executivo tem descaradamente entregue centenas de milhares de contos a agrários e grandes capitalistas, calculando-se que por essa via só no distrito de

para a democracia e as liberdades.

Inverter o curso desta política de desastre tornou-se um imperativo e uma exigência de cada vez mais vastos sectores do nosso povo.

Pela sua parte, ao sair as ruas nos passados dias 19 e 20, foi isso que fez o heróico proletariado rural do Alentejo e Ribatejo.



Como todas as suas companheiras, e enquanto este ciclo não for interrompido, só conseguem trabalhar «ai uns seis meses no ano». Na sua cooperativa trabalham no tomate, no tabaco, no arroz e no milho; «mas vá lá que mesmo assim este ano já começámos com a apanha da azeitona e da bolota».

«Dor de alma»

Da «UCP de Aguiar», do lugar com o mesmo nome, concelho de Viana do Alentejo, veio praticamente a unidade de produção em peso à marcha que partiu de Portel. Dos seus 360 trabalhadores poucos foram os que não puderam incorporar-se no protesto da Reforma Agrária. A explicação para uma participação tão massiva deu-a Eglantino Mendes, trabalhador rural, membro da direcção da UCP. Em sua opinião os cerca de cinco mil hectares dos 14 mil que a cooperativa já possui estão «muito ameaçados» como resultado de vários pedidos de reservas. Caso se concretizem «acontece-lhes de certeza o mesmo que às outras; é uma dor de alma:

todas as que foram devolvidas aos agrários estão abandonadas». E remata: «não estão para se ralar nem percebem nada daquilo; arranjam um tractorista, um vaqueiro e o resultado está aí: onde havia 30 postos de trabalho há hoje dois».

Esta é também a opinião de Gertrudes do Couço, da Cooperativa das Cortiçadas, concelho de Évora. Depois do tremendo esforço que os trabalhadores têm desenvolvido para desbravar terras, investir, aumentar a produção, não se pode aceitar que venham «os senhores do MAP com a GNR roubar o produto do nosso trabalho. Não está certo». Na sua cooperativa apesar de ainda «só» terem tirado 130 hectares, existe alguma expectativa dado que existem «muitas reservas perdidas». Mas também ali o Governo irá encontrar um osso duro de roer: «comprámos 70 vacas, fizemos três barragens, plantámos 40 hectares de vinha, e muitos outros melhoramentos. Temos muito amor ao nosso trabalho. Não podemos ver todo o suor lhr assim por água abaixo!».

As razões de uma luta

«Queremos dinheiro para comprar o pão, para orientar a vida; as coisas estão cada vez mais caras e a gente não tem trabalho». As palavras são da Luísa Carvalho, trabalhadora agrícola, no desemprego desde Janeiro. Tal como muitas outras a sua Cooperativa, a Torre de Coelhoos, está a braços com falta de terra. Dos nove mil hectares de terras existentes quando a cooperativa arrancou sobram hoje apenas pouco mais de mil. Os restantes foram parar às mãos de agrários, sapateiros, padeiros e até reformados: «um deles mal pode com as pernas, nunca põe os pés na herdade e prepara-se para a vender».

Tal como a sua companheira Amélia Cota que intervém na conversa, exactamente na mesma situação, também ela não recebe subsídio de desemprego já que, segundo afirma «quem é que consegue os 180 dias exigidos para se ter direito a ele?».

Luta comum

«Hoje temos trabalho mas amanhã a situação em que se encontram muitos companheiros pode muito bem bater-nos à porta se isso não mudar; por isso viemos». Esta a razão que levou Daniel Luis e António Gonçalves, da UCP «Estrela Vermelha», S. Santiago do Cacém, a integrarem-se na coluna que percorreu os quilómetros que separam Grândola de Setúbal. Conscientes do drama que atinge muitos companheiros, eles sabem da importância da unidade e da luta comum, como única forma de resolver os problemas.

Na sua cooperativa hoje

apenas sobram cerca de 260 que lhe deram vida no início. As terras, «as mais direitas e limpas», essas também já desapareceram. Agora, e cada vez com mais força, só lhes «resta lutar».

A Felisbela Carvalho, de 23 anos, é uma das muitas desempregadas agrícolas no distrito de Setúbal cujo número se eleva já, segundo elementos do Sindicato, a 3500. Há três meses nesta situação tal como as 65 mulheres da sua cooperativa, conta-nos que só nos períodos de maior trabalho

hectares ou de trabalhadores que saíram é que variam de cooperativa para cooperativa, de resto a história é semelhante. No seu caso perderam mais de mil hectares de terras e mais de cinquenta postos de trabalho.

Ainda assim a cooperativa tem sabido resistir e é com um indelével orgulho que nos fala dos 66 mil contos de investimentos efectuados desde a sua formação; dos 13 tractores actualmente existentes quando no princípio havia apenas três; das três cefeiras; da ordenha do leite, do seca-

Vida difícil

Para Olinda Alcácer, da Cooperativa de Casabres, também no desemprego tal como as restantes mulheres da sua unidade, a «vida está dura e difícil» mas não perde a confiança de que «o Governo vai abaixo». Para ela também o trabalho só aparece aquando da apanha do morango e da sementeira da batata. Fora disso a «coisa fica negra». Ainda se os agrários dessem trabalho... «mas como, se eles deixam as terras abandonadas, e quando dão, coisa que é raro, não cumprem os contratos?».

«Mudava de governo, apoiava a agricultura e logo todos os problemas se resolviam e a gente podia produzir o que anda a importar». Com esta certeza vive Rosa António, tractorista, da «Cooperativa Agrícola do Futuro», de Canha, concelho do Montijo. Desfalçada em metade da área (têm hoje cerca de

ca massiva dos trabalhadores das 44 cooperativas actualmente existentes naquele distrito deve-se à sua consciência dos perigos que encerram os despachos do MAP de 16 de Novembro de 1984 e de 10 de Dezembro do mesmo ano que abrem ao agrário a possibilidade de pedirem mais reservas e indemnizações, bem como do despacho de 24 de Janeiro do corrente ano da autoria do Barreto II o qual concede novas reservas a agrários que embora já tendo outras, desejem contudo criar gado bravo, exactamente esse que está a pensar, leitor, o já celebrado gado de características olímpicas que não dispensa a ginástica e unhas fortes».

«No desemprego desde Janeiro, com os nossos maridos a ganharem poucochinho, veja lá como é que a gente pode viver». O desabafo pertence a Gertrudes Oliveira, da UCP «A Luta é de Todos», de Mora. E prossegue: «O meu marido ganha 15 contos, só de renda da casa estamos a pagar sete contos e quinhentos; temos uma filha; é claro que temos de passar muitas dificuldades».



Olinda Alcácer



Felisbela Carvalho



Mário Silva



Luísa Maria



Eglantino Mendes



Amélia Cota



Maria Adélia



Rosa António



Ao longo do desfile os manifestantes evidenciaram sempre uma grande combatividade e uma firme disposição de modificar a actual situação de desemprego e miséria

1300 hectares) a cooperativa possui neste momento ao seu serviço apenas 16 cooperantes dos 80 que já teve. A vontade de aguentar é no entanto bastante grande. «Trabalha-se bem» diz-nos, conseguindo-se deste modo arrancar das terras boas produções como o milho híbrido (oito mil quilos por hectare) e arroz (4600 quilos/hectare).

No grupo de Canha veio também uma antiga trabalhadora agrícola que desde que regressou há três anos da RFA onde esteve doze anos imigrada, procura sem êxito onde trabalhar. «O que me tem valido tem sido alguma coisa que amaehei, de contrário não sei o que seria», confessou-nos. Quando regressou não esperava que as coisas estivessem «assim tão mal» e acha que tudo seria diferente se «a Reforma Agrária não fosse atacada e o País seguisse o caminho iniciado com o 25 de Abril».

«Ganhar poucochinho»

Para o Manuel Farrambão, jovem dirigente do Sindicato Agrícola de Setúbal, a presen-

Grande e combativa concentração do distrito

A Praça do Bocagé já muitas vezes se encheu de trabalhadores e de democratas, saudando vitórias ou elevando protestos. Muitas vezes a combatividade e a determinação reuniram em Setúbal numerosos patriotas que, alto e bom som, disseram aos governos o que pensavam. Já ali se realizaram não apenas concentrações e manifestações dos

operários e camponeses e empregados do concelho mas também iniciativas de massas vindas de todos os lugares do distrito. Nenhuma, porém, como a que levou ao largo da Câmara Municipal, na sexta-feira passada, tantos milhares de pessoas. E esta não é só a opinião do repórter que já viu muitas concentrações na Praça do Bocagé, mas também a de

muitos participantes que lho confirmaram.

Quando a primeira das marchas entrou na praça, vinda da estrada de Lisboa — eram os concelhos de Almada, do Barreiro e do Seixal que chegavam —, já a praça se encontrava cheia com os trabalhadores das empresas de Setúbal a que se juntara a população da

Jornadas Partidas

• Marcadas

As jornadas de luta entre as levadas a cabo em defesa (SEE), excederam todas as grandes áreas de Lisboa, Porto e os respectivos problemas m te aquelas onde as lutas em reflexo nas concentrações, p sações e greves. A greve de 2 100 por cento no sector do m bal; 90% em Braga; 85% no um primeiro balanço efectuado jornada do dia 18, de que extr realizadas merecem ainda des são); Cometa (95%); Cel-Can Refira-se ainda a boa participa no Fossio, em Lisboa, numa perspectiva das próximas do Sul e Ilhas, marcadas, co Porto, é de realçar a parali (STCP), principalmente por pi do movimento, para participa

Na documentação aprovada durante as acções de luta durante a campanha de esclarecimento promovida pelo movimento sindical unitário em torno das lutas em curso, foi salientado que «o Governo intensifica a ofensiva contra as empresas do sector público nacionalizado e participado (SEE) com o objectivo de conduzi-las à destruição, para entregar ao grande capital monopolista nacional e internacional as suas partes mais rendosas». Não se importando o mesmo Governo que essas empresas sejam «o suporte o motor da economia nacional», nem que pelas mesmas passem «os graves problemas do desemprego, dos salários em atraso e da degradação das condições de vida dos trabalhadores», é indispensável exigir que se ponha termo à ofensiva contra o SEE; que sejam tomadas medidas capazes de assegurar a revitalização das empresas públicas, nacionalizadas e participadas; e que sejam totalmente recusados os projectos de lei das rendas, do pacote laboral e, como refere a União dos Sindicatos de Lisboa, «de todos os demais projectos contra-revolucionários e antidemocráticos do Governo PS/PS».



Setúbal: milhares de pessoas de todas as idades manifestaram nas ruas e nas empresas a exigência de mudança que percorre o País

**participaram
ritos do Sul**



As manifestações de solidariedade e apoio à passagem das colunas de trabalhadores foram uma constante ao longo de todos os percursos. Na foto, operárias da Sado Internacional no momento em que saíram aos portões da fábrica para saudar a coluna que se dirigia à cidade de Setúbal proveniente de Vendas Novas e Alcacer do Sal

vesse ele um mínimo de apoio e incentivo e, segundo nos garantiram, o desemprego seria erradicado totalmente do Alentejo e Ribatejo.

A campanha «demagógica e mentirosa» (assim lhe chamam os trabalhadores) que o Governo tem desenvolvido em torno dos chamados «projectos piloto de combate ao desemprego» e das «campanhas de operação da azeitona» mereceram também uma denúncia cerrada por parte dos trabalhadores ao longo da jornada. Tais projectos, no seu entender, nada resolvem antes têm agravado substancialmente o flagelo do desemprego. Sob este pretexto o Executivo tem descaradamente entregue centenas de milhares de contos a agrários e grandes capitalistas, calculando-se que por essa via só no distrito de

Évora tenham sido entregues mais de 800 mil contos.

Mas estas acções que mobilizaram no seu conjunto mais de 35 mil trabalhadores evidenciaram ainda, por outro lado, a vontade de lutar por outro governo e outra política. No Portugal de Abril, como nos foi insistentemente sublinhado, este Governo está a mais, está a representar um grave prejuízo

para a democracia e as liberdades.

Inverter o curso desta política de desastre tornou-se um imperativo e uma exigência de cada vez mais vastos sectores do nosso povo.

Pela sua parte, ao sair às ruas nos passados dias 19 e 20, foi isso que fez o heróico proletariado rural do Alentejo e Ribatejo.



Como todas as suas companheiras, e enquanto este ciclo não for interrompido, só conseguem trabalhar «ai uns seis meses no ano». Na sua cooperativa trabalham no tomate, no tabaco, no arroz e no milho; «mas vá lá que mesmo assim este ano já começámos com a apanha da azeitona e da bolota».

«Dor de alma»

Da «UCP de Aguiar», do lugar com o mesmo nome, concelho de Viana do Alentejo, veio praticamente a unidade de produção em peso à marcha que partiu de Portel. Dos seus 360 trabalhadores poucos foram os que não puderam incorporar-se no protesto da Reforma Agrária. A explicação para uma participação tão massiva deu-a Eglantine Mendes, trabalhador rural, membro da direcção da UCP. Em sua opinião os cerca de cinco mil hectares dos 14 mil que a cooperativa já possuiu estão «muito ameaçados» como resultado de vários pedidos de reservas. Caso se concretizem «acontece-lhes de certeza o mesmo que às outras; é uma dor de alma:

todas as que foram devolvidas aos agrários estão abandonadas». E remata: «não estão para se ralar nem perceber nada daquilo; arranjam um tractorista, um vaqueiro e o resultado está aí: onde havia 30 postos de trabalho há hoje dois».

Esta é também a opinião de Gertrudes do Couço, da Cooperativa das Cortiçadas, concelho de Évora. Depois do tremendo esforço que os trabalhadores têm desenvolvido para desbravar terras, investir, aumentar a produção, não se pode aceitar que venham «os senhores do MAP com a GNR roubar o produto do nosso trabalho. Não está certo». Na sua cooperativa apesar de ainda «só» terem tirado 130 hectares, existe alguma expectativa dado que existem «muitas reservas pedidas». Mas também ali o Governo irá encontrar um osso duro de roer: «comprámos 70 vacas, fizemos três barragens, plantámos 40 hectares de vinha, e muitos outros melhoramentos. Temos muito amor ao nosso trabalho. Não podemos ver todo o suor ir assim por água abaixo!».

Jornadas de 18 a 20 Participação excede expectativas

● Marcada greve na UCAL

As jornadas de luta entre 18 e 20 do corrente, designadamente as levadas a cabo em defesa do sector empresarial do Estado (SEE), excederam todas as expectativas quanto à participação. As grandes áreas de Lisboa, Porto e Setúbal, onde as zonas industriais e os respectivos problemas mais se fazem sentir, foram naturalmente aquelas onde as lutas em empresas e sectores tiveram maior reflexo nas concentrações, plenários, desfiles e marchas, paralizações e greves. A greve de 24 horas na Transtejo foi participada a 100 por cento no sector do movimento. Na RN, a greve, também de 24 horas, teve uma adesão geral de 75 por cento (95% em Setúbal; 90% em Braga; 85% no Algarve; e 70% no Centro). Segundo um primeiro balanço efectuado pela DORL do PCP, respeitante à jornada do dia 18, de que extrairmos estes números, entre as greves realizadas merecem ainda destaque as da Sorefame (65% de adesão); Cometa (95%); Cel-Cat (40/50%) e Pereira & Brito (100%). Refira-se ainda a boa participação na concentração dos bancários no Rossio, em Lisboa, numa altura em que o sector se movimenta na perspectiva das próximas eleições no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, marcadas, como se sabe, para 30 do corrente. No Porto, é de realçar a paralisação nos Transportes Colectivos (STCP), principalmente por parte dos trabalhadores das oficinas e do movimento, para participarem no plenário da Boavista.

Na documentação aprovada, durante as acções de luta é durante a campanha de esclarecimento promovida pelo movimento sindical unitário em torno das lutas em curso, foi salientado que «o Governo intensifica a ofensiva contra as empresas do sector público, nacionalização e participado (SEE) com o objectivo de conduzi-las à destruição, para entregar ao grande capital monopolista nacional e internacional as suas partes mais rendosas».

Não se importando o mesmo Governo que essas empresas sejam «o suporte e o motor da economia nacional», nem que pelas mesmas passem «os graves problemas do desemprego, dos salários em atraso e da degradação das condições de vida dos trabalhadores», é indispensável exigir que se ponha termo à ofensiva contra o SEE, que se tomem medidas capazes de assegurar a revitalização das empresas públicas, nacionalizadas e participadas; e que sejam totalmente recusados os projectos de lei das rendas, do pacote laboral e, como refere a União dos Sindicatos de Lisboa, «de todos os demais projectos contra-revolucionários e antidemocráticos do Governo PS/PS».

Greve anunciada na UCAL afectará o abastecimento de leite

Se na reunião marcada para ontem, quarta-feira, a direcção da UCAL não alterar a sua atitude de intransigência (segundo a Federação Sindical do Comércio e Escritórios — FEP-CES — a direcção «pretende condicionar a revisão salarial à alteração dos horários de trabalho») a greve dos trabalhadores da UCAL, que terá início às 21 horas do próximo domingo, 28, e se prolongará por 24 horas, «irá afectar o abastecimento público de leite na segunda e terça-feira seguintes».

devido à não recolha de leite a partir das 21 horas de domingo.

Segundo a FEP-CES, a primeira a dar conhecimento público da greve, «os trabalhadores da UCAL reafirmaram em plenário que a resolução dos problemas económicos e a própria viabilização da UCAL não passam pela retirada, ou pela redução, de direitos e garantias fundamentais para os trabalhadores, mas sim pela concretização das soluções já há muito propostas por estes e pelos seus legítimos representantes e já entregues em tempo oportuno à direcção da UCAL e aos competentes órgãos do Poder».

EPAC: exigida consolidação e diversificação das suas funções

«A garantia de viabilização da EPAC — Empresa Pública de Abastecimento de Cereais —, através da consolidação e diversificação de todas as funções para as quais a empresa se encontra vocacionada e apetrechada», foi exigida pelas organizações representativas (ORTs) dos trabalhadores daquela unidade comercial nacionalizada. A posição dos trabalhadores, aprovada em encontros distritais efectuados em Coimbra, Porto e Lisboa, está «em total discordância com o projecto do ministro da Agricultura, que pretende retirar todas

Panorâmico

Numa breve panorâmica, o primeiro balanço obtido junto do PCP, no dia 18, na região da O... estiveram em luta:

Transtejo: greve de 24 horas do movimento; **Rodoviários:** greve de 24 horas, com uma adesão de 75%; **Ferrovários:** concentração do conselho de gerência, com cerca de 1000 int... **Tribuna de Luta,** no Rossio; **Em Santo Amaro** com 600 trabalhadores — um desfile até ao Largo das **Metropolitano:** plenário de 300 trabalhadores — desfilaram ao Rossio cerca de 70; **Amadrição** junto à Câmara Municipal — manifestantes — via férrea — em vinte minutos — desfile da **Venda Nova** para a Câmara — **sal** (Queluz) para a Câmara, com trabalhadores — nas greves efectuadas foi: 65% na Sorefame, 95% 40 a 50% na Cel-Cat, 100% na — participaram ainda trabalhadores **Heska, Cabos Ávila, Câmara Fiat; Oeiras:** paralisação da **Furra** — aderiram entre 20 a 30 **Vila Franca de Xira:** concentração, com perto de 400 trabalhadores pelas ruas e pela estrada

as funções da EPAC e entregar o seu património a estruturas privadas» sob o controlo da CAP. Segundo a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços (FEP-CES), representativa da maior parte dos trabalhadores da empresa, nos encontros distritais foi ainda decidido «exigir a preservação de todo o actual património da EPAC, bem como a sua plena gestão e utilização próprias». No próximo sábado efectua-se novo encontro distrital em Évora.

Os trabalhadores devem participar na reestruturação dos organismos de coordenação económica

Contra a posição do ministro da Agricultura e do seu Governo, os trabalhadores da Junta Nacional das Frutas, Instituto do Azeite e Produtos Oleaginosos, Junta Nacional dos Produtos Pecuários, Junta Nacional do Vinho e EPAC (designados em conjunto por organismos de coordenação económica) decidiram «exigir a participação das ORTs na elaboração de diplomas governamentais que visem a reestruturação e revitalização dos organismos de coordenação económica, por forma a cumprirem o papel importante no incentivo à produção e regularização do comércio, conforme o interesse nacional». O pacote preparado pelo ministro Álvaro Barreto, que se recusou a receber os representantes dos trabalhadores du-



Lisboa: os objectivos são claros; as reivindicações também



Grande e combativa concentração do distrito de Setúbal

A Praça do Bocage já muitas vezes se encheu de trabalhadores e de democratas, saudando vitórias ou elevando protestos. Muitas vezes a combatividade e a determinação reuniram em Setúbal numerosos patriotas que, alto e bom som, disseram aos governos o que pensavam. Já ali se realizaram não apenas concentrações e manifestações dos

operários e camponeses e empregados do concelho mas também iniciativas de massas vindas de todos os lugares do distrito. Nenhuma, porém, como a que levou ao largo da Câmara Municipal, na sexta-feira passada, tantos milhares de pessoas. E esta não é só a opinião do repórter que já viu muitas concentrações na Praça do Bocage, mas também a de

muitos participantes que lho confirmaram.

Quando a primeira das marchas entrou na praça, vinda da estrada de Lisboa — eram os concelhos de Almada, do Barreiro e do Seixal que chegavam —, já a praça se encontrava cheia com os trabalhadores das empresas de Setúbal a que se juntara a população da

cidade. Mas coube ainda muito mais. Numa camioneta estacionada frente à Câmara tomaram lugar, além de representantes da União dos Sindicatos de Setúbal, o Presidente da Associação dos Municípios do Distrito e Presidente da Câmara do Barreiro, camarada Helder Madeira; o representante da CGTP/Intersindical Nacional Kalidás Barreto, tendo sido

também convidado o Presidente da Câmara de Setúbal, camarada Francisco Lobo.

Já haviam começado os discursos — falou um dirigente dos trabalhadores da Reforma Agrária, Helder Madeira, Kalidás Barreto e um representante da direcção da USL —, e ainda chegavam outras marchas que desembocaram na

praça vindas dos outros concelhos. Sesimbra, Palmela, Montijo e Moita, Alcochete, a que se juntaram trabalhadores dos concelhos da Reforma Agrária, convergiram e encheram a vasta praça que transbordava de gente combativa.

No final, a resolução aprovada pelos milhares de trabalhadores e democratas e posteriormente entregue ao Gover-

nador Civil, resumiu o sentir e o pensamento dos que ali se haviam concentrado:

«A resistência, a unidade e a luta de massas continuam a ser factores determinantes e decisivos para a demissão deste Governo, por uma alternativa democrática que reponha e respeite Portugal nos caminhos de Abril».



Setúbal: milhares de pessoas de todas as idades manifestaram nas ruas e nas empresas a exigência de mudança que percorre o País

Participação excede expectativa

Greve na UCAL

20 do corrente, designadamente do sector empresarial do Estado e das participações. As zonas industriais de Setúbal, onde as zonas industriais fazem sentir, foram naturalmente as que tiveram maiores manifestações, desfilas e marchas, paralisando a produção. A greve na UCAL não passou pela retirada, ou pela redução, de direitos e garantias fundamentais para os trabalhadores, mas sim pela concretização das soluções já há muito propostas por estes e pelos seus legítimos representantes e já entregues em tempo oportuno à direcção da UCAL e aos competentes órgãos do Poder.

devido à não recolha de leite a partir das 21 horas de domingo.

Segundo a FEPACES, a primeira a dar conhecimento público da greve, «os trabalhadores da UCAL reafirmaram em plenário que a resolução dos problemas económicos e a própria viabilização da UCAL não passam pela retirada, ou pela redução, de direitos e garantias fundamentais para os trabalhadores, mas sim pela concretização das soluções já há muito propostas por estes e pelos seus legítimos representantes e já entregues em tempo oportuno à direcção da UCAL e aos competentes órgãos do Poder».

EPAC: exigida consolidação e diversificação das suas funções

«A garantia de viabilização da EPAC — Empresa Pública de Abastecimento de Cereais —, através da consolidação e diversificação de todas as funções para as quais a empresa se encontra vocacionada e apetrechada», foi exigida pelas organizações representativas (ORTs) dos trabalhadores daquela unidade comercial nacionalizada. A posição dos trabalhadores, aprovada em encontros distritais efectuados em Coimbra, Porto e Lisboa, está «em total discordância com o projecto do ministro da Agricultura, que pretende retirar todas

Greve anunciada na UCAL afectará o abastecimento de leite

Se na reunião marcada para ontem, quarta-feira, a direcção da UCAL não alterar a sua atitude de intransigência (segundo a Federação Sindical do Comércio e Escritórios — FEPACES — a direcção «pretende condicionar a revisão salarial à alteração dos horários de trabalho») a greve dos trabalhadores da UCAL, que terá início às 21 horas do próximo domingo, 28, e se prolongará por 24 horas, «irá afectar o abastecimento público de leite na segunda e terça-feira seguintes».

Panorâmica

Numa breve panorâmica, com base num primeiro balanço obtido junto da DORL do PCP, no dia 18, na região da Grande Lisboa, estiveram em luta:

Transtejo: greve de 24 horas a 100% no sector do movimento; **Rodoviária Nacional:** greve de 24 horas, com uma adesão geral de 75%; **Ferrovários:** concentração junto do edifício do conselho de gerência, com 4000 trabalhadores — cerca de 1000 integraram-se na **Tribuna de Luta**, no Rossio; **Carris:** plenário em Santo Amaro com 600 trabalhadores — seguiu-se um desfile até ao Largo das Fontainhas; **Metropolitano:** plenário com 120 trabalhadores; **CTM e CNN:** plenário com cerca de 300 trabalhadores — desfilaram da Rocha até ao Rossio cerca de 70; **Amadora:** concentração junto à Câmara Municipal — perto de 5000 manifestantes — via férrea ocupada durante uns vinte minutos — desfile das empresas da **Venda Nova** para a Câmara — desfile da **Icoal** (Queluz) para a Câmara, com cerca de 150 trabalhadores — nas greves efectuadas a adesão foi: 65% na **Sorefame**, 95% na **Cometria**, 40 a 50% na **Cel-Cat**, 100% na **Pereira & Brito** — participaram ainda trabalhadores da **Gazina**, **Heska**, **Cabos Ávila**, **Câmara Municipal** e **Fiat**; **Oelras:** paralisação da **Fundição de Oelras** — aderiram entre 20 a 30 trabalhadores; **Vila Franca de Xira:** concentração em **Alhandra**, com perto de 400 trabalhadores, que desfilaram pelas ruas e pela estrada nacional; **Cim-**

por: 60% de adesão à greve; **Mague:** plenário com 600 trabalhadores, que saíram em peso com delegação da **Centraler**, cortando o trânsito várias vezes na estrada nacional; plenário na **Centraler**, com 250 participantes e na **Câmara de Vila Franca**, com mais de 200; **Loures:** greve na **Covina** (98% de adesão) — plenário e acção de rua — distribuição de documentos; **UCAL:** plenário à porta da empresa (250 presenças); **Lisboa:** 2500 trabalhadores na **Tribuna de Luta** (Rossio) e muitos participantes que passavam na **Praça**; **concentração dos bancários**, com 450 trabalhadores no **Rossio**; **EPNC** (Empresa Pública «Notícias Capitais»); plenário nos locais de trabalho, seguido de desfile pela **Avenida da Liberdade** para o **Rossio**, com 120/150 trabalhadores; **Beato:** concentração com 150 manifestantes à porta da **CIPC**; **concentração junto à Baptista Russo** reunindo cerca de 1000 trabalhadores; **desfilas da Indep** (200 participantes), da **UTIC** (100) e **Petrogal** (50) — participaram também trabalhadores da **Baptista Russo**, **MLI**, **Bruno Junz**, **MDF**, **CTT** **Tabaqueira** e **Dialap**; **Petrogal:** plenário (Refinaria) — 170 participantes no melhor plenário dos últimos anos, **Marquês de Pombal** (30), **Tomás Ribeiro** (70); **concentração nas Fontainhas**, com 500 a 600 trabalhadores — a concentração terminou com um desfile para a sede da **Junta de Freguesia de Alcântara**; **plenários na Quimigal** (União — 80, Sol/Seide — 28), **Eugénio Severino** (70), **Lisnave** (300 trabalhadores).

as funções da EPAC e entregar o seu património a estruturas privadas» sob o controlo da CAP. Segundo a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços (FEPACES), representativa da maior parte dos trabalhadores da empresa, nos encontros distritais foi ainda decidido «exigir a preservação de todo o actual património da EPAC, bem como a sua plena gestão e utilização próprias». No próximo sábado efectua-se novo encontro distrital em Évora.

Os trabalhadores devem participar na reestruturação dos organismos de coordenação económica

Contra a posição do ministro da Agricultura e do seu Governo, os trabalhadores da **Junta Nacional das Frutas**, **Instituto do Azeite e Produtos Oleaginosos**, **Junta Nacional dos Produtos Pecuários**, **Junta Nacional do Vinho** e **EPAC** (designados em conjunto por organismos de coordenação económica) decidiram «exigir a participação das ORTs na elaboração de diplomas governamentais que visem a reestruturação e revitalização dos organismos de coordenação económica, por forma a cumprirmos o papel importante no incentivo à produção e regularização do comércio, conforme o interesse nacional». O pacote preparado pelo ministro **Álvaro Barreto**, que se recusou a receber os representantes dos trabalhadores du-

rante a jornada de luta de quinta-feira passada, é considerado, segundo a FEPACES, «ilegal, inconstitucional e antipatriótico». As ORTs, que continuam a insistir no diálogo, exigem do Governo e do ministro da Agricultura «uma clarificação urgente da situação criada» com os anunciados projectos de extinção e liquidação dos organismos de coordenação económica e da EPAC. Foram solicitadas audiências a diversos órgãos de soberania, incluindo o Presidente da República, e grupos parlamentares.

LUTAS E TAREFAS

• **Professores contra a profissionalização aprovada pelo Governo** — A Federação Nacional dos Professores (FENPROF) discorda da promulgação do decreto-lei sobre profissionalização em exercício. Recentemente, ao apresentar na Assembleia da República (Comissão de Educação, Ciência e Cultura) a posição dos professores sobre o assunto, a FENPROF discordou inteiramente do processo seguido pelo Ministério da Educação e pelo Governo, ao fazerem aprovar em Conselho de Ministros um decreto que estava a ser discutido pelos primeiros interessados — o pessoal docente. O secretário nacional da Federação, salientando «a existência de muitas críticas aquilo que se pretende impor agora aos professores», destaca que a FENPROF tenciona dirigir-se ao Presidente da República, «solicitando-lhe que, dada a gravidade de que se reveste esta matéria, considere a oportunidade de não promulgar o citado decreto-lei, sem que antes se faça a necessária discussão com os sindicatos». A Federação afirma que «o projecto de decreto-lei vai ser chamado a ratificação pela Assembleia da República».

• **Têxteis rejeitam pacote laboral** — Reunido no Porto há cerca de uma semana, o Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos do Sector Têxtil rejeitou o pacote laboral que o ministro do Trabalho pretende fazer aprovar. Depois de exortar à intensificação

CIFA Fome em Valongo

«A miséria e a fome alastram» na região de Valongo, afirma a Federação sindical do sector têxtil. Ao anunciar a deslocação a Lisboa de representantes dos trabalhadores da CIFA, fábrica abandonada pelos Mellos naquela freguesia, a Federação recorda que os salários não são pagos há dois anos e quatro meses; a dívida atinge quase um milhão de contos. A delegação da CIFA avistou-se em Lisboa com representantes dos grupos parlamentares do PCP, PSD e MDP. Segundo a Federação, no encontro do dia 17 não esteve presente o PS «por alegada falta de disponibilidade». Uma tentativa para se avisarem com o Primeiro-Ministro deparou com uma recusa, apesar de os trabalhadores terem permanecido cerca de três horas no local. Uma nota da Federação, divulgada no mesmo dia, salienta que os serviços da presidência do Conselho de Ministros alegaram que nada estava agendado nesse sentido e propuseram a marcação de uma audiência «mas sem adiantarem qualquer data». A nota da Federação dos Têxteis recorda, por último, que «é a quinta vez que os trabalhadores da CIFA se deslocam expressamente do Norte para terem como única resposta do Primeiro-Ministro a recusa de os receber, quando não os espera a polícia e a prisão, como já aconteceu».

da luta «contra as iniciativas legislativas do Governo PS/PSD», o conselho recorda que há mais de 50 mil trabalhadores a prazo no têxtil, que são mais de 60 mil os ameaçados de despedimento e que atinge os 70 por cento a percentagem das empresas candidatas ao encerramento. O projecto **Amândio de Azevedo** (PSD) é considerado «um flagrante atentado aos direitos dos trabalhadores» e ao 25 de Abril. Entre as tomadas de posição totalmente contrárias ao **pacote laboral** destaca-se a do **Sindicato dos Engenheiros Técnicos do Norte** (SETN) e a divulgada, entretanto, pelo plenário de dirigentes, delegados e activistas sindicais do distrito de Viana do Castelo, que decidiu levar a cabo uma campanha em defesa dos direitos dos trabalhadores ameaçados, agora, no que respeita à greve, ao trabalho temporário, aos despedimentos e aos contratos a prazo pelas iniciativas antilaborais da equipa governamental. Contra o projecto do Governo tomou posição também o **Sindicato dos Seguros do Norte**.

• **Despedimentos na Agência France Presse e ameaças ao emprego na Comunicação Social** — Com o protesto sindical e a adopção de formas de luta, os trabalhadores da agência de notícias **France Presse** (redacção de Lisboa) recusam o despedimento colectivo de 23 dos 27 companheiros de trabalho, cuja luta é apoiada pelos sindicatos franceses representados na sede em Paris. Instabilidade, ameaças sobre salários, sobre o emprego e repressão afectam ainda o **«Diário de Notícias»**, empresa pública (EPNC), outros jornais e a **RDP** (processos disciplinares instaurados a jornalistas da rádio constituem uma ilegalidade para o respectivo Sindicato).

• **Mulheres: eleita comissão distrital de Faro** — Na perspectiva da preparação da II Conferência Sindical da Mulher Trabalhadora e das acções meritorias a desenvolver pelo «direito ao trabalho e igualdade, por melhores condições de vida», o 1.º Encontro da **Mulher Trabalhadora do Algarve** (Faro: 14.4) elegeu uma comissão distrital de 12 elementos de que fazem parte seis empregadas de serviços, quatro operárias, uma médica e uma professora. Entre as reivindicações expressas no Encontro, organizado pela **União dos Sindicatos de Faro**, figuram a exigência de uma nova política, um novo Governo, aumento do salário mínimo nacional, a instituição de um «cabaz de compras» e esforços em defesa da paz.

• **Espanjamento nos CTT/PLP** — Os sindicatos dos Correios e dos Telefones e outras organizações representativas dos cerca de 30 mil trabalhadores daquelas empresas públicas afirmaram em conferência de imprensa, convocada pela respectiva Federação, que os gestores espanjam milhares de contos em despesas supérfluas perfeitamente evitáveis (3000 contos gastos em plantas ornamentais para o edifício Picoas e mais 200 contos mensais para manutenção das mesmas). Enquanto a qualidade dos serviços prestados se degrada, os gestores daquele edifício-sede em Lisboa «gastaram cerca de 20 mil contos na aquisição de viaturas». Há gestores com «dois e mais carros distribuídos», afirmam as organizações sindicais.

PCP



Aproveitamento dos recursos naturais

Fernando Sequeira

(...) De uma maneira muito geral diremos que os nossos recursos nacionais são de dois tipos: **humanos e materiais**. Observemos cada um deles. Desde logo comecemos pelo nosso mais importante recurso: os trabalhadores.

Sabemos também quanto este recurso tem sido esquecido, explorado, desvalorizado pela política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista. A sua participação empenhada, criadora e valorizada é condição indispensável de uma política de desenvolvimento económico, no quadro mais vasto de uma política democrática.

No que diz respeito aos **recursos materiais** eles pertencem a três grandes grupos, a saber:

- os recursos naturais, designadamente os recursos minerais, os recursos energéticos, os recursos agrícolas, os recursos florestais e os recursos pesqueiros;
- os recursos correspondentes às capacidades e infra-estruturas instaladas e inaproveitadas;
- os recursos presentes nos desperdícios resultantes da actividade produtiva e doméstica. Comecemos pelos diversos grupos de recursos naturais.

Recursos mineiros

No que respeita aos recursos mineiros o País tem, só para referirmos os mais importantes:

- importantes jazidas de minérios de ferro — pelo menos cerca de 600 milhões de toneladas em Moncorvo e cerca de 80 milhões (expressas em ferro) em Aljustrel — seguramente as mais importantes da Europa e base material de uma indústria siderúrgica integrada e independente;
- importantes jazidas de pirites complexas — seguramente mais de 200 milhões de toneladas — na faixa pirítica alentejana a mais importante da Europa — onde se estima a existência de 92 milhões de toneladas de enxofre, importante matéria-prima para a indústria química, e 6 milhões de toneladas de zinco, 2,4 milhões de toneladas de chumbo, 1,84 milhões de toneladas de cobre, 8 mil toneladas de prata, 100 de ouro, para além de outros metais também importantes bases de diversas metalurgias não ferrosas;
- importantes jazidas de minérios de alto teor de cobre das maiores do mundo — em Neves-Corvo e Graça com reservas avaliadas em milhões de toneladas que permitirão transformar Portugal no segundo produtor de cobre metalúrgico mais importante da Europa;
- importantes jazidas de minérios de tungsténio (volfrâmio e scheelite) com reservas avaliadas em pelo menos 25 mil toneladas (expressas em metal), as mais importantes da Europa, e base de uma metalurgia estratégica: a do tungsténio;
- importantes jazidas de estanho com reservas estimadas em pelo menos 15 mil toneladas (expressas em metal);
- significativas reservas de salgema — avaliadas em centenas de milhões de toneladas — em Loulé, Tavira, Torres Vedras e Rio Maior, importante matéria-prima natural para a indústria química, quando o País actualmente o importa;
- reservas imensas de rochas industriais, designadamente calcários, dolomitos, quartzos caulinos, argilas, etc., base importante para as indústrias cimenteiras, química e construção civil e obras públicas;
- importantes reservas de rochas ornamentais designadamente mármore de alta qualidade, granitos, sienitos nefelínicos na sua grande maioria exportados em bruto com muito baixo valor acrescentado nacional;
- importantes reservas de areias, designadamente areias especiais, base para a indústria do vidro e para a construção civil e obras públicas;
- significativas reservas de águas minerais e medicinais, importante recurso renovável fracamente explorado.

Recursos energéticos

No domínio dos recursos renováveis:

- recursos hídricos globais correspondentes a uma produção energética total de cerca de 46 300 GWh por ano em um hidrológico médio dos quais, pelo menos 26 mil GWh por ano estão inaproveitados.
- Do recurso inaproveitado, 20 000 GWh correspondem a empreendimentos médios de 6000 GWh e pequenos e muito pequenos empreendimentos;
- recursos muito significativos, embora de difícil quantificação, em biomassa ligada ou não à floresta. Este recurso tem actualmente uma utilização muito reduzida face às nossas potencialidades e ao défice da nossa balança energética;

— muito importantes recursos em energia solar embora mal avaliados, susceptíveis de aproveitamento intensivo, face aos nossos elevados níveis de insularidade;

— recursos geotérmicos sobretudo na Região Autónoma dos Açores, fracamente explorados. A nível do continente existem muitas manifestações particularmente junto a nascentes de águas quentes.

No domínio dos recursos não renováveis serão de destacar:

- reservas importantíssimas de minérios de urânio, principalmente no Alentejo e na Beira Alta — razoavelmente avaliadas em 8780 toneladas de urânio, das quais 580 correspondentes a concentrados de urânio armazenados e que colocam Portugal como o mais importante produtor europeu;
- reservas de carvão, avaliadas em 36,5 milhões de toneladas — correspondentes a 6 milhões de TEP que embora não muito significativas quer sob o ponto de vista quantitativo e qualitativo tem significativa importância energética, merecendo toda a atenção no domínio da pesquisa — avaliação de jazigos — particularmente na bacia carbonífera do Douro;
- no que respeita à existência de petróleo e gás natural no «on shore» e no «off shore» continental não são conhecidos oficialmente resultados positivos, mas a persistência do interesse das multinacionais poderá ser indicador de reservas com interesse económico.

Agricultura, floresta, pescas

Os recursos agrícolas naturais são no fundamental: os solos, os recursos hídricos e o clima. (...)

(...) No que respeita aos recursos florestais, o nosso País possui uma importante área florestada — cerca de 1/3 da superfície mas o aproveitamento deste importante recurso tem sido insuficiente. (...)

(...) Relativamente aos recursos pesqueiros que o País possui nas suas águas interiores (rios, lagos e sobretudo albufeiras), nas suas águas territoriais — 12 milhas — e na Zona Económica Exclusiva — 200 milhas — o que se pode desde já afirmar é que estão insuficientemente aproveitadas e que a política de recuperação capitalista também neste domínio tem sido de desastre.

Os recursos da ZEE e do mar territorial criativamente geridos, permitiriam capturas anuais da ordem das 500 mil toneladas, suficientes não só para as necessidades do consumo como também do subsector conservas.

Entretanto, por falta de medidas de protecção dos recursos e desonhecimento de muitos deles, os nossos desembarques nos últimos três anos não chegaram a alcançar os 200 mil toneladas.

Finalmente, no que respeita às águas interiores, o incremento da piscicultura nos rios e nas albufeiras das barragens pode dar uma valiosíssima contribuição para a criação de riqueza e a melhoria do nível alimentar dos portugueses em proteína animal. (...)

Três conclusões

A primeira é de que Portugal possui vastos e diversificados recursos materiais e humanos. A segunda é a de que tais recursos se encontram muito desaproveitados.

A terceira é a de que quando estão a ser explorados, raramente o são no interesse de Portugal e dos portugueses.

Sendo a existência de recursos uma condição necessária — e objectiva — para o desenvolvimento ela não é contudo uma condição suficiente. E a realidade portuguesa prova-o. Efectivamente só no quadro do regime democrático, com uma política económica de desenvolvimento é possível valorizar tais recursos. Também só é possível colocar as nossas riquezas nacionais ao serviço do povo português no quadro de uma política que salvaguarda a independência nacional. Só dois exemplos perfeitamente conhecidos:

É o domínio quase completo das nossas reservas de minérios de tungsténio — volfrâmio — pela **Beralt**, **Tin & Wolfram** ligada à grande multinacional **Anglo American Corporation** de South Africa que explora de forma rapada os coutos mineiros da Panasqueira e da Borrailha.

É a verdadeira corrida aos riquíssimos jazigos de pirites cupríferas de **Neves-Corvo** e **Graça** em verdadeiro leilão internacional.

Finalmente, o planeamento económico que harmonize os recursos disponíveis e que canalizarize os projectos e as intervenções é também condição necessária para uma correcta utilização das enormes riquezas que temos ao nosso dispor.

Também aqui o corolário lógico, o corolário inevitável: só uma nova política e um novo governo podem pôr finalmente ao serviço dos portugueses as suas riquezas, as suas energias, a sua própria força de trabalho.



Lisboa: os objectivos são claros; as reivindicações também.



Prisão de Setúbal

também convidado o Presidente da Câmara de Setúbal, camarada **Francisco Lobo**.

Já haviam começado os discursos — falou um dirigente dos trabalhadores da **Reforma Agrária**, **Hélder Madeira**, **Kalidás Barreto** e um representante da direcção da **USL** — e ainda chegavam outras marchas que desembocaram na

praça vindas dos outros concelhos. **Sesimbra**, **Palmela**, **Montijo** e **Moita**, **Alcochete**, a que se juntaram trabalhadores dos concelhos da **Reforma Agrária**, convergiram e encheram a vasta praça que transbordava de gente combativa. No final, a resolução aprovada pelos milhares de trabalhadores e democratas e posteriormente entregue ao Governador Civil, resumiu o sentir e o pensamento do que ali se haviam concentrado:

«A resistência, a unidade e a luta de massas continuam a ser factores determinantes e decisivos para a demissão deste Governo, por uma alternativa democrática que reponha e respeite Portugal nos caminhos de Abril».



Poder local

Defender e recuperar Lisboa

A cidade está doente — disse o camarada Silva Graça, vereador da APU no Encontro que teve lugar no auditório do Hotel Roma, no passado fim-de-semana, sexta-feira à noite e sábado durante o dia. Com a participação de cerca de duas centenas de quadros e outros trabalhadores, de comunistas e de muitos independentes, o Encontro fez uma muito rigorosa análise da situação existente na cidade e na região de Lisboa, nos seus mais variados sectores. Análise que permitiu um diagnóstico. E que permitiu, sobretudo, concluir que há remédios. E que o tratamento principal se chama APU.

Nunca um Encontro como este, com a profundidade que o caracterizou, foi realizado antes. E a iniciativa da APU demonstra entre outras coisas que os comunistas e os seus aliados estão não só em condições para dirigir os negócios da cidade como é necessário que o façam, para que a capital do País se não afogue no «terramoto lento» a que a gestão Abecasis tem condenado. As intervenções produzidas durante o fim-de-semana, abordando uma vastidão de temas, com a participação de arquitectos, de engenheiros, de sociólogos e historiadores, não se limitou, pois, a apontar os erros de uma administração que gere a cidade contra os interesses da população, mas a sublinhar também as soluções que, no entender da APU, podem modificar a situação e tornar a cidade agradável de viver, lutando contra a sua degradação.

Na sexta-feira, os temas em debate incidiram sobre o funcionamento e a estrutura do aparelho camarário, sendo a sessão presidida pelo engenheiro António Gonçalves. Na mesa também se encontravam os camaradas José Casanova, da Comissão Política do CC do PCP, o dirigente do MDP, Espírito Santo, Jorge cordeiro, da DORL e membro da Assembleia Municipal de Lisboa, Romão Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, Esteves, da Célula da CML e os seis vereadores da APU na Câmara, Silva Graça, Rui Godinho, Alfredo Cruz, Fernando Torres, Helena Bastos e ainda Anselmo Anibal que orientou a sessão.

Tudo como «dantes»

Concluiu-se, nesta fase do Encontro, que a nível de funcionamento e de estrutura interna, a Câmara de Lisboa continua, no essencial, como no tempo do fascismo. As alterações são de pormenor e fazem-se ao sabor dos interesses e propósitos do presidente e de quem o apoia.

Os exemplos foram abundantes e revelaram não só a gravidade de certas situações como mostraram a quem serve o permanente das mesmas ou as eventuais modificações. Assim, como foi denunciado, o Gabinete de Ordenamento Urbano, que existia ao tempo da eleição de Abecasis para a Presidência da CML — e que

se destinava a rever e actualizar o Plano da cidade e a criar as bases do planeamento municipal — foi logo liquidado e o «planeamento» passou a depender de cinco organismos diferentes, todos sob a batuta do presidente.

Um destes organismos, a COPRAD, destinado à «recuperação» das áreas degradadas, e que, na metáfora de Silva Dias, se deveria mais propriamente nomear de «criação de áreas degradadas», destinava-se afinal a promover grandes operações especulativas. Como é o caso do Alto Lumiar, onde 300 hectares de terrenos foram entregues a grandes empresas imobiliárias que, ao fim de 16 anos (!), terão de dar à CML 3000 fogos...

A este exemplo outros se somaram. E foram denunciados os compadrios existentes tanto na atribuição de casas como na própria política de pessoal, a grave situação financeira, com dívidas e compromissos que no fim deste ano se estima atingirem os 11 milhões de contos...

Lisboa... só para alguns

Como é que um aparelho assim «governa» Lisboa? A esta pergunta responderam as intervenções do segundo dia de trabalhos. E a resposta foi: «muito mal». A cidade e a região, como Silva Graça diria no final, «vivem um dos momentos mais críticos e sensíveis da sua já secular história».

Mas vamos por partes, tentando dar uma ideia do que foram as contribuições deste Encontro em curto espaço, esperando voltar a abordar estes temas. A primeira tónica a extrair dos trabalhos de sábado é que, para solucionar os problemas da região de Lisboa, eles têm de ser tratados no quadro da sua área metropolitana e não apenas no quadro da capital. Tudo o que se faz tem reflexos e os reflexos do que se faz de mau, têm os efeitos de uma bomba retardada, como foi sublinhado numa das intervenções.

No entanto, as relações do executivo camarário com os restantes edifícios limítrofes são ou inexistentes ou de uma arrogância extrema, quando importava avançar para uma solução institucional do tipo região administrativa que pudessem enquadrar os problemas e resolvê-los.

Há um Plano Director Municipal — estudado nos anos 60 e aprovado nos anos 70 —, mas já não serve. Ora o Plano tem apenas sido usado nos seus aspectos mais negativos para Lisboa e a administração Abecasis não deixa de lhe aproveitar os defeitos, resistindo a todas as ideias de o rever e actualizar.

Os mitos de Abecasis foram, aliás, desmontados. Não apenas foi denunciado o cerne da sua política — tudo para alguns poucos e nada para a população — como essa política foi desmascarada. Assim, no que toca à política de solos, reina a especulação, servida pela desmunicipalização acelerada dos terrenos municipais. E em grande! Quatro milhões de metros quadrados foram desmunicipalizados. Além disso, as chamadas permutas cedem terrenos subavaliados aos grandes proprietários em «troca» de obras sobrevalorizadas.

O Metro à solta

Para além da desmontagem dos «mitos-Abecasis» — construção de habitação, que nunca se produziu tão pouca —, outras questões foram abordadas, com destaque para o problema dos transportes, sendo a situação neste campo classificada de caos e apontadas as mais graves carências, os problemas mais intrincados, denunciadas as situações que vêm criando mais problemas em vez de os resolver.

O Metro, por exemplo, «anda à solta», como lá foi dito. E, tal como muitas outras obras, é construído segundo os interesses privados de alguns, a fim de fomentar interesses especulativos, em vez de se propor resolver problemas de trânsito. Exemplo disso é a opção pela construção do eixo Sete Rios/Luz/Benfica, que se pretende servir o célebre e tão falado «Lunaparque»; outro é o prolongamento previsto de Loures que não segue o traçado inicial para passar pelo Alto Lumiar; outro ainda é o que se projecta para as Amoreiras. Ora a questão não é, como diz a desculpa, de financiamento: o prolongamento para o Cais Sodré, considerado prioritário, custa 7 milhões de contos; as opções tomadas custam 10 milhões. E o número de passageiros envolvidos é muito menor...

Os erros, entretanto, pagam-se. E quem paga é o Zé. Depois de avançar em erros urbanísticos, a Câmara acaba por investir mais tarde avultadas somas para aliviar os problemas criados, utilizando bens públicos para viabilizar as operações dos grandes imobiliários.

A cidade degrada-se a olhos vistos e descaracteriza-se rapidamente ao longo desta gestão que segue a política dos factos consumados. Os prédios vão

caindo, os casos de obras coercivas esperam e somam já 10 mil, a demolição é rendosa, permitindo aos especuladores apadrinhados pelo executivo camarário construir na mesma área um volume muito superior que empurra para a periferia os habitantes que são substituídos pelo comércio e pelos escritórios.

Só a APU é capaz

Esta política que serve os interesses especulativos não atinge apenas as zonas velhas da cidade, alastra, e tudo lhe é submetido. Quanto ao património monumental, cultural, arqueológico e ambiental, degrada-se. As propostas da APU, de intervenção em áreas críticas de conservação integrada, que «substitua o camarelo pelo cinzel», detendo as destruições e protegendo o património, combatendo a degradação e restaurando, garantindo a existência futura e revitalizando, fixando as populações ao seu local de habitação e combatendo a segregação para a periferia.

É, pois, lá voltamos nós, uma questão política e não apenas técnica. É necessário substituir esta gestão Abecasis.

«Gestão esta», como disse o camarada Rui Godinho na sua intervenção, «da responsabilidade do CDS, PS e PSD, que atinge assim de forma bem nítida os interesses de sectores e classes que foram suporte dos resultados eleitorais destas forças políticas e que, assim, viram e vêem totalmente frustradas as promessas que têm sido feitas em sucessivos períodos eleitorais».

O camarada José Casanova, intervindo no final dos trabalhos, e depois de se ter referido longamente aos aspectos mais salientes da actual situação política, sublinhou, por seu lado:

«Deste Encontro sairemos com esta verdade confirmada e reforçada: só a APU é capaz de lutar pela resolução e resolver os problemas existentes na cidade. Pelo seu conteúdo, pela demonstração de conhecimentos sólidos e rigorosos, pela honestidade e capacidade colocadas na apreciação dos problemas, este Encontro é uma realização de uma força que inevitavelmente vencerá, que sabe isso e que se prepara desde já para, após a vitória, iniciar imediatamente o trabalho indispensável para defender e recuperar Lisboa.»

Conferência sobre o Poder Local

• O trabalho já começou

A data já foi marcada — é o dia 26 de Maio, conforme noticiámos no último número do «Avante!». O local também já se sabe que é no Pavilhão dos Desportos. Do horário apenas se sabe que é para funcionar em plenário, a partir das 9.30 da manhã e que os trabalhos abordarão uma vastidão de temas. Falamos, é claro, da próxima Conferência sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas.

Os trabalhos preparatórios, entretanto, já vão em fase adiantada, como não podia dei-

xar de ser tendo em vista o curto espaço de tempo que nos separa do dia marcado.

Foi iniciada a eleição dos cerca de mil delegados à Conferência, estão já ultimadas e entregues dezenas de textos-base sobre experiências concretas que, embora não venham a ser lidas em plenário, estão a ser aproveitadas para a elaboração das intervenções previstas.

Será brevemente entregue às organizações do Partido um anteprojecto de documento-síntese.

Prosseguir e intensificar a preparação das eleições autárquicas; fazer o balanço das realizações e da intervenção dos eleitos comunistas e da APU; debater as grandes linhas da intervenção no próximo mandato e, finalmente, alertar para a ofensiva contra o Poder Local e para a necessidade da mobilização das massas e de todos os democratas para a sua defesa, são alguns dos objectivos principais da Conferência, que se insere na vasta actividade e debate dos problemas desta frente de tra-

balho e culmina esta fase de intensa vida do Partido em torno das questões autárquicas.

Mais uma vez, e como é natural em iniciativas dos comunistas, os trabalhos preparatórios e a própria Conferência demonstrarão o estilo de trabalho do PCP, valorizando as contribuições individuais e o trabalho colectivo, analisando com profundidade os problemas na base da experiência e avançando propostas que vão ao encontro dos interesses das populações e da democracia.

Festival de Cultura no Couço

Decorre no Couço e prolonga-se até 28 do corrente, um Festival de Cultura, iniciativa realizada com a colaboração da Junta de Freguesia do Couço, a Casa do Povo e o Grupo Desportivo «Águas da Sorraia», contando com o apoio da Câmara Municipal de Coruche. O Festival começou com a abertura de uma Exposição de Artes Plásticas no Salão do Grupo Desportivo e continua no sábado com música, teatro, poesia, mimica e outras actividades culturais. No domingo, a música continua com uma rancho folclórico, declamação de poesia de Florbela Espanca e música popular.

Montemor-o-Novo

De 19 de Abril a 3 de Maio estará patente na Biblioteca Municipal de Montemor-o-Novo a exposição «Arquitectura Romana» em Portugal. A câmara de Montemor continua a promover actividades culturais e desportivas. Durante o período da Páscoa prosseguiram, dentro do perímetro do Castelo as explorações arqueológicas. Em S. Geraldo e no Ciborro iniciaram-se entretanto as aulas de ginástica administradas por um técnico desportivo da Câmara Municipal.

Almada

Promovido pelo Centro Cultural de Almada, teve recentemente lugar na Escola Emídio Navarro, um colóquio com o escritor Manuel da Fonseca, em que participaram mais de uma centena de jovens e professores. Esta iniciativa inseriu-se no programa de Formação-Divulgação Cultural nas Escolas Secundárias do Concelho de Almada. Realizou-se também um colóquio sobre bibliotecas, esteve patente uma exposição de livros e, no passado dia 20, o programa continuou com a apresentação de uma peça de Gil Vicente pelo Grupo de Teatro da Escola Secundária do Larangeiro. Cursos de iniciação à Fotografia e de Iniciação ao Teatro e outros começaram também, promovidos pelo Centro Cultural de Almada.

Lei das Rondas

No próximo sábado, às 21 e 30, realiza-se na Sociedade do Murtal, uma sessão pública sobre a Lei das Rondas de Casa. A sessão é organizada pela Comissão de Moradores do Murtal, pela Sociedade do Murtal e conta com a colaboração da Associação dos Inquilinos Lisbonenses.

PCP**Évora, 4 e 5 de Maio**

A vida, as aspirações e a luta dos três distritos alentejanos na 1.ª Assembleia Regional do PCP

«Com o PCP mais forte, desenvolver o Alentejo no caminho de Abril» é o lema dumha iniciativa de grande envergadura que está a ser aguardada e preparada com entusiasmo nos três distritos alentejanos: Portalegre, Évora e Beja. A data: o fim-de-semana de 4 e 5 de Maio. E o local: os pavilhões do Rossio de São Brás, na cidade do Templo de Diana. Basta dizer que se trata da 1.ª Assembleia da Organização Regional do Alentejo do Partido Comunista Português.

O início dos trabalhos está marcado para as 9 e 30 do dia 4 (sábado), prolongando-se pelo dia fora e retomando o debate no domingo de manhã. Nesse dia decorrerá na parte da tarde um comício de encerramento com intervenção do secretário-geral do Partido, camarada Álvaro Cunhal, que também participará nos trabalhos da Assembleia. Refira-se desde já que, no quadro da sua actividade preparatória (ainda em curso), está prevista a eleição de 1000 delegados no conjunto das três organizações distritais que compõem a ORA. Também estarão presentes cerca de 500 convidados.

São objectivos da Assembleia — uma das poucas de âmbito regional que ainda não se realizaram —, efectuar um balanço significativo do trabalho e das lutas travadas ao longo dos últimos onze anos na região alentejana, prestar contas à organização e eleger a nova Direcção Regional do PCP, órgão que dirigirá o Partido na região até à próxima Assembleia.

Como sublinha um comunicado recente da actual DORA do PCP, divulgado em Évora, «a Organização Regional do Alentejo é, na região, a força política mais influente no plano político e maioritária no plano eleitoral. A Assembleia da ORA é uma tribuna da Reforma

Agrária e do Poder Local democrático, de liberdade, do Portugal democrático e independente».

Na mesma nota informa-se que, reunido no passado dia 21, o plenário da DORA do PCP aprovou o projecto de resolução política a apresentar à Assembleia. Este documento está dividido em oito capítulos e trata, entre outros aspectos, da caracterização dos três distritos alentejanos, dá um balanço das transformações alcançadas e do avanço para a Reforma Agrária, do trabalho sindical, do Poder Local e das lutas de massas. De salientar também o conjunto de propostas para o desenvolvimento regional, demonstração da profunda ligação dos comunistas às realidades, problemas e anseios das populações e das localidades, no quadro de uma acção patriótica, de empenhamento vivo no estudo e na análise do que se passa e do que se pode fazer para melhorar a vida e construir um futuro melhor.

As questões da vida partidária, com incidência nos aspectos organizativos, política de quadros e de fundos, por exemplo, estão igualmente contempladas no referido documento.

Voltando ao comunicado da DORA sobre a realização da Assembleia, saliente-se que a grande reunião de Évora será



marcada pela preocupação quanto ao fortalecimento do Partido, reforço da sua ligação às massas, defesa da Reforma Agrária, do Poder Local democrático e das outras conquistas de Abril, e intensificação da luta popular por uma nova política e um novo Governo que se identifiquem com o espírito de Abril, da democracia, das liberdades e do progresso do nosso País.

Um último apontamento (na próxima semana divulgaremos mais aspectos sobre a realização da iniciativa) para o tom de festa e de alegria nas ruas de Évora, que se perspectiva para domingo tarde, antes do comício, com o desfile de grupos corais da Praça Joaquim António de Aguiar (Jardim das Canas) para os pavilhões do Rossio de São Brás, passando pelo centro da cidade.

Porto

Reunião da DORP apela para uma comemoração condigna do 10 de Junho

Uma breve referência às autárquicas — 1985 e a denúncia do carácter reaccionário de uma iniciativa marcada para as proximidades do 10 de Junho, intitulada «os portugueses e o Mundo», são duas das mensagens do comunicado em que a Direcção Regional do Porto do PCP divulga as conclusões de uma recente reunião realizada para debate da situação política e para definição das linhas fundamentais do trabalho da ORP. As conclusões desta reunião recordam, também, as conclusões da última reunião do Comité Central do Partido, «inteiramente confirmadas pelos acontecimentos das últimas semanas».

Alargar a APU

A DORP concluiu que se criaram condições para um acentuado alargamento da APU, correspondente, por um lado, ao aumento do prestígio, da influência e da capacidade alcançados nos últimos anos e, por outro lado, devido à falência da acção política do PS e do PSD. Enquanto é visível o esboramento do PS nos vários concelhos do distrito e o PSD se descaracteriza e perde espaço, a APU congrega cada vez mais o apoio dos democra-

tas sinceros, dos trabalhadores e das populações.

São já numerosos os casos de elementos que pertenceram ao PS ou ao PSD ou até ao CDS, eleitos ou não em autárquias locais, que se dispõem a exprimir o seu apoio à APU e a participar nas listas APU. Não é hoje possível delimitar à partida o espaço de influência eleitoral da APU. Aos militantes do PCP cabe tomar nas suas mãos o alargamento da APU, combatendo a estreiteza, o sectarismo e a rotina.

«os portugueses e o Mundo» anunciada para as proximidades do dia 10 de Junho.

Confundir no 10 de Junho

Estão hoje claros os aspectos essenciais do desenvolvimento desta iniciativa, independentemente de terem sido estas ou não os seus traços ou ideias iniciais ou as intenções de alguns (raros) dos seus promotores.

A participação esmagadora de destacados fascistas, do grande patronato e dos homens de mão da reacção, o papel dirigente que assumem homens destacados do anterior regime fascista, a associação crescente dos opressores do nosso povo e o seu carácter reaccionário, fechado, elitista e revuista, são traços que se vêm destacando. A iniciativa «os portugueses e o Mundo» aparece hoje visando objecti-

vos concretos pouco claros, mas seguramente procurando promover concepções nacional-fascistas, no quadro da recuperação do poder dos monopólios e dos latifundiários. Uma tal iniciativa nada tem a ver com as tradições e a luta do nosso povo, com as suas tradições culturais, com os ideais de progresso, liberdade e democracia, com Portugal.

A DORP do PCP alerta os trabalhadores, os democratas, o povo do distrito para o carácter desta iniciativa (à qual não faltam nem faltarão avultados apoios materiais dos grandes grupos financeiros e do Governo) e para a tentativa, também já hoje clara, para confundir e até fundir estas comemorações com as comemorações oficiais do 10 de Junho.

A DORP do PCP apela ao povo do distrito para, na esteira das profundas tradições democráticas e culturais do Povo português, comemorar condignamente o 10 de Junho.

Fogueteiro (Seixal) Uma mão-cheia de bons motivos para ir à Festa da Primavera

Especialmente para os residentes da Margem Sul, aqui deixamos o nosso conselho de amigo: não se comprometa para o fim-de-semana de 3, 4 e 5 de Maio. Depois da jornada do Dia do Trabalhador, a festa, a luta e o convívio marcam encontro, no concelho do Seixal, na ex-fábrica Eio, no Fogueteiro, para mais uma edição da Festa da Primavera, iniciativa conjunta das C. Concelhias do PCP e da JCP.

A actuação, bem ao vivo, de um músico chamado Rão Kyao (quem não ouviu já esse belo trabalho intitulado «Estrada da Luz»? era só por si motivo de sobra para uma visita à Festa. Mas o programa não fica por aí. Ora, vejamos: além das exposições, do artesanato e das actividades desportivas, haverá diversões, espaços de convívio, quermesses, bares, restaurantes e coisas do género, com berbigão, moscatel, ginja, dobradilha e outros petiscos, espectáculos variados, com des-

taque para grande parte dos grupos corais e de folclore do concelho.

Rão Kyao actuará logo na

recebemos, entretanto, um apelo que diz assim: «amigo compra já a tua ES (entra sempre)».



primeira noite da Festa, dia 3 (sexta-feira), às 21 horas. Um pouco por todo o concelho, os bilhetes de ingresso estão à venda.

Comício com Carlos Brito

Como toda a gente sabe, as festas e os convívios organizados pelos comunistas têm



sempre presente a vida, os problemas e as realidades. Daí a necessidade de falar de política, essa coisa que «alguns» pretendem emburhar como algo que já não interessa... Ainda por cima quando se fala da má política em que pretendem continuar a mergulhar o País. E se aborda a alternativa. A Festa da Primavera será também um espaço político de esclarecimento. Carlos Brito, da Comissão Política e presidente do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República, lá estará para participar e para esclarecer (domingo às 18 horas).

PCP

4.ª Assembleia dos comunistas de Almada — repercussão em todo o concelho

Esta Assembleia tem repercussão em toda a actividade que se realiza no concelho. As suas conclusões e o cumprimento delas interessam a toda a população de Almada — as palavras são do dirigente comunista Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política do PCP, e exprimem, com rapidez, o profundo significado de uma iniciativa que reuniu no último fim-de-semana 411 delegados e cerca de 800 convidados. Blanqui Teixeira falava no comício de encerramento da 4.ª Assembleia da Organização Concelhia de Almada do PCP, realizada no vasto salão da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense (SFUAP), sob o lema «em unidade e luta reforçar o Partido, prosseguir Abril».

Efectuado já ao princípio da noite de domingo, numa atmosfera de combatividade e entusiasmo, o comício culminou em debate dinâmico que registou 64 intervenções, nos dois dias de trabalhos. Para além das questões orgânicas, de funcionamento, do trabalho e da vida do Partido, as intervenções passaram em revista todas as áreas mais significativas da actividade do concelho, numa demonstração vinculada de ligação aos problemas e às realidades: dos problemas laborais à situação das empresas (com destaque para as grandes unidades industriais que funcionam em Almada, caso do sector naval), das acções do Poder Local democrático aos anseios da juventude, passando por um vasto leque de temas de actualidade, caso da situação dos diferentes sectores económicos (construção civil, comércio, têxteis, metalurgia e metalomecânica, cortiças, etc.) e dos serviços (saúde, ensino, etc.), além do movimento sindical, lutas de massas, organização popular e movimento unitário (das comissões de moradores ao movimento cooperativo, passando pelos pequenos e médios empresários, mulheres, deficientes, etc.). Num ano de eleições, as batalhas eleitorais previstas mereceram igualmente uma preocupação especial da Assembleia.

Os delegados aprovaram o relatório elaborado pela Comissão Concelhia cessante, docu-

mento que dinamizou intensa e viva discussão durante as quatro semanas de acções preparatórias da Assembleia, tendo chegado à comissão de redacção 528 propostas de alteração e aditamento, acrescidas de cerca de 30 outras no decorrer da própria Assembleia. Deste total de propostas, foram aceites 462. Todos os capítulos do documento foram, assim, enriquecidos de forma muito significativa, tendo a organização concelhia de Almada demonstrado vivo interesse e participação em todo o processo que acompanhou a preparação e realização da Assembleia.

Além do relatório foi aprovado um outro documento com os objectivos de reforço e melhoramento da organização para este ano de 1985. Desse conjunto de objectivos, destaca-se a título de exemplo o recrutamento de 250 novos militantes até Dezembro.

Foram ainda aprovadas moções, designadamente sobre o Ano Internacional da Juventude, o 40.º aniversário da vitória sobre o nazifascismo o, 25 de Abril/79 de Maio e em condenação firme do escândalo dos salários em atraso, situação dramática que atinge, como é abido, um número muito elevado de famílias neste concelho da margem Sul.

A eleição da Comissão Concelhia foi um dos pontos altos da Assembleia. O rejuvenescimento da sua composição foi preocupação tida em conta. A nova CC é constituída por 51

elementos (28 operários, 14 empregados e 9 quadros técnicos e intelectuais), dos quais 12 são mulheres, (23,5 por cento do total) e a média geral de idades é de apenas 38 anos.

Intervenção de Blanqui Teixeira

Um belo espectáculo musical antecedeu, então, o comício de encerramento da Assembleia. Sobre o seu significado e alguns aspectos da realidade concelhia, por um lado, e sobre a situação política actual, um vasto auditório ouviu o camarada Blanqui Teixeira. Referindo-se numa passagem da sua intervenção às eleições autárquicas que se aproximam (recorde-se, como frisou a Assembleia, que os comunistas de Almada, além do reforço geral da Aliança Povo Unido, têm como importante objectivo a vitória na única das 5 freguesias sem gestão APU — a Costa de Caparica), Blanqui Teixeira declarou:

«Tais eleições, que irão ter, sem dúvida, uma grande importância para a defesa do Poder Local, para a defesa dos interesses das populações, para a defesa da democracia, devem ser um motivo forte para duas ordens de questões. Por um lado, a constituição de listas de candidatos e a preparação da campanha eleitoral devem motivar um esforço no sentido de melhorar e fortalecer a organização do Partido, quer através das organizações de freguesia e locais, da sua estruturação, da sua vida política, do seu alargamento, quer através das células de empresa, que devem ser chamadas a uma participação activa para o aumento da influência do Partido nas autarquias.

«Por outro lado, as eleições autárquicas devem ser forte motivo para que todos os membros do Partido, todos os que apoiam a Aliança Povo



Unido, contactem com aqueles que trabalham, vivem ou convivem juntamente para, de uma forma cuidadosa, eliminar preconceitos, esclarecer dúvidas, mobilizar para uma acção conjunta em defesa dos interesses locais e nacionais.

«E dizemos de uma forma cuidadosa porque, por exemplo, podemos encontrar pesso-

as que, por desconhecimento, por falta de contacto conosco, no fim de contas, até acreditam no chorrilho de calúnias e mentiras que em particular membros do PS lançam contra as autarquias do distrito de Setúbal. E não podemos reagir de uma forma zangada. Temos de ajudar a compreender porque é que elementos do PS, para tapar a desastrosa política deste

partido, recorrem a tais processos, e temos de ajudar a esclarecer qual é a verdade, qual é a política do PCP e da APU na direcção das autarquias, quais têm sido os esforços dos eleitos da APU para atrair os eleitos de outras formações para uma luta comum em defesa dos interesses locais e alguns resultados positivos que têm sido obtidos.»

Iniciativa de âmbito distrital

Saúde: as conclusões do encontro de Lisboa

«Abrir à população organizada a participação activa na planificação, gestão e controlo dos seus serviços de saúde, para o que se torna necessário rever o actual regulamento dos centros de saúde», foi uma das principais conclusões do Encontro Distrital de Saúde de Lisboa do PCP, que recentemente se realizou num hotel da capital.

O encontro, em que participaram numerosos especialistas, técnicos, trabalhadores de saúde e pessoas ligadas ao sector, militantes ou não do Partido, foi promovido pela DORL com a intenção de se fazer o levantamento das principais carências na saúde regional, de promover as propostas de solução apontadas pelo PCP e de sensibilizar os técnicos de saúde e a população organizada para o trabalho em comum neste campo.

Um debate participado e vivo concluiu ser necessária a criação de 31 novos centros de saúde (15 em Lisboa e 16 nos outros concelhos), ao mesmo tempo que se deve pôr progressivamente a funcionar o atendimento permanente nos

Centros de Saúde já existentes, dotando-os dos necessários meios humanos e materiais, bem como a abertura de novas valências — quer as irremediavelmente encerradas, quer as ignoradas por incompetência.

Neste encontro, foi ainda sublinhada a necessidade de se concluir rapidamente e pôr a funcionar o hospital Distrital do Barreiro, de se ampliar o hospital Egas Moniz e abrir um serviço de urgência que sirva as freguesias limítrofes e parte do concelho de Loures, de se beneficiar e ampliar o hospital Pulido Valente e de se construir dois novos hospitais distritais em Loures e Amadora-Sintra, bem como de se iniciar o estudo para a construção do Hospital Distrital de Almada.

Os participantes no encontro, que constataram ser Loures um dos concelhos mais carenciados, concluíram pela obrigatoriedade da aplicação do Formulário Nacional de Medicamentos em todos os serviços públicos de saúde do distrito.

Também a criação progressiva de 10 laboratórios de análises

clínicas no distrito — adequadamente equipados e com pleno rendimento, de modo a corresponderem às necessidades dos utentes dos cuidados primários de saúde — e a instalação de meios básicos de radiodiagnóstico em todos os Centros de Saúde foram exigidos pelos participantes neste encontro.

Ao mesmo tempo que sublinhou a necessidade de se encetar estudos para a instalação de farmácias nos Centros de Saúde e de aquisição pela ARS de parte significativa das especialidades farmacêuticas necessárias aos esquemas de comparticipação (a 50% percento), o Encontro Distrital de Saúde de Lisboa do PCP pugnou pelo alargamento ao período da tarde das consultas externas dos hospitais.

Entre outros, intervieram neste encontro Zita Seabra, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, e João Camilo, médico e membro da Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP, a quem coube a intervenção de abertura.

Campanha para a Vitória! PARA O PARTIDO COMPRA E OBRAS ANTE COM ABRIL

Reforçar e ampliar o êxito!

• Ultrapassados os 60 mil contos

Semana a semana, a campanha da Vitória — em curso na Organização Regional de Lisboa —, vinca posições, prossegue um vasto e diversificado conjunto de iniciativas, reforça os resultados financeiros. Objectivo: a compra e as obras de restauro e adaptação do velho edifício da Avenida da Liberdade. Obras que exigem uma verba importante, se tivermos em conta não só as dimensões do antigo Hotel Vitória, como das necessidades de melhoramento que se impõem ao longo dos seus andares, tanto no interior como no exterior.



A campanha segue e soma. Nas organizações e sectores da ORL, nos Centros de Trabalho, nas células de empresa e de bairro, em todos os organismos, embora com níveis de acção diferenciados, a campanha está viva e merece especial carinho dos militantes.

Além do conjunto de iniciativas próprias das organizações, além das abordagens e das diferentes acções que dão corpo à campanha, a venda de nova rifa deve mobilizar importantes esforços. A sua divulgação e venda não se afiguram muito difíceis, se tivermos em conta o valor dos brindes a sortear por ocasião do Santo António: um automóvel, uma viagem à URSS para duas pessoas e um minicomputador.

Por outro lado, não será exagero voltarmos a destacar a exposição-venda de artes plásticas patente ao público até 3 de Maio na Casa do Alentejo,

em Lisboa, onde já depois de instalado o centame têm surgido numerosos contributos e ofertas de trabalhos. Tanto pela presença de público, como pelo volume de vendas, como ainda pelo espaço cultural assim criado, podemos garantir que a expo-venda do Vitória é um êxito, construído pela solidariedade de artistas e outros cidadãos, que ofereceram diversos trabalhos.

Assim vai a campanha

Aqui deixamos, entretanto, o resultado do último balanço da campanha, datado de 18 de Abril, onde se regista uma verba já superior a 60 mil contos. Um êxito que os comunistas da Organização Regional de Lisboa vão reforçar e ampliar nos próximos dias.

Alenquer	213 132\$00
Arruda dos Vinhos	86 928\$00
Azambuja	125 155\$00
Cadaval	29 343\$00
Mafrá	220 183\$00
Lourinhã	54 293\$00
Sobral	157 178\$00
Torres Vedras	403 466\$00
Amadora	2 464 659\$50
Cascais	1 908 535\$50
Carnaxide	1 290 213\$00
Oeiras	589 977\$50
Sintra	1 282 482\$00
Queluz	1 477 762\$50
Loures - Ocid.	2 590 376\$50
Loures - Ori.	3 149 345\$50
V. F. de Xira	3 782 120\$70

C. L. L.	17 176 248\$20
Bancários	2 394 115\$00
Seguros	1 000 415\$00
Sec. Público	1 493 632\$50
Transportes	3 963 436\$00
Função Pública	1 631 436\$00
Saúde	2 837 412\$00
Informação	558 860\$00
Intelectual	3 418 882\$50
Sec. Sindical	1 019 192\$00
SIP/DORL	533 673\$00
Livraria Vitória	38 859\$50
C. T. Vitória	200 813\$00
JCP	13 000\$00
DORL	4 512 538\$50
TOTAIS	60 617 663\$90

Concelhia do Cartaxo

Com a participação de 65 delegados e 80 convidados, decorreu recentemente a 2.ª Assembleia da Organização Concelhia dos comunistas do Cartaxo (distrito de Santarém). Raimundo Cabral, da Comissão Política do Partido, foi também um dos participantes na Assembleia, considerada, tanto pela sua actividade preparatória, como pela própria realização, um contributo significativo para o reforço do Partido e para o melhoramento da actividade política.

Os aspectos mais salientes do trabalho dos militantes co-

munistas foram focados em 18 intervenções de vários organismos e sectores. Por seu turno, o relatório-resolução aprovado aponta orientações para a acção nas diversas frentes. Uma maior ligação às massas, a dinamização da luta e uma maior participação de todos os militantes na actividade do Partido são linhas bem definidas no documento principal da Assembleia.

Mas, como já referimos, além da realização da iniciativa (que teve lugar na Quinta das Pratas e que incluiu um almoço-conívio com cerca de 200

pessoas), a sua fase preparatória teve especial significado na vida da organização concelhia, que engloba as seguintes freguesias: V. Chã de Ourique, Vale da Pinta, Valada, Pontevel, Lapa, Ereira e Cartaxo. Com efeito, dum total de 60 reuniões preparatórias, foram efectuadas 48. E numa delas aderiram ao PCP seis novos militantes. Quase todas as freguesias do concelho foram contactadas para recolha das quotizações em atraso e para o lançamento de novos organismos e reacção de outros.

Amadora: o ponto da situação

No passado fim-de-semana reuniu a Comissão Concelhia da Amadora do PCP. Ao analisar a situação política e social que se vive no concelho, este organismo do Partido constatou, por um lado o agravamento das condições de vida e de trabalho e, por outro, a luta dos trabalhadores e da população contra a ofensiva anti-democrática do governo PS/PSD.

Este organismo do PCP constatou o «agravamento da ofensiva geral contra os direi-

tos e liberdades, a degradação das condições de vida e trabalho, o agravamento da situação económica das empresas e do País, em consequência da intensificação da ofensiva política levada a cabo pelo Governo PS/PSD e que também é levada à prática pelo patronato reaccionário e administrações a seu mando».

Além do mais, «no plano das autarquias e dos problemas da população da Amadora, reflecte-se igualmente a po-

lítica gravosa do Governo e das forças que o compõem». No entanto, a Comissão Concelhia da Amadora do PCP salienta que, «contra esta ofensiva, se levanta a classe operária, os trabalhadores e a população laboriosa do concelho, destacando-se a poderosa luta e resistência dos trabalhadores da Sorefame, Cometna, Bertrand, Pereira & Brito, Cel-Cat, Cabos Ávila, Gazina, da Interlex e de muitas outras empresas, numa luta comum contra a ofensiva reaccionária».

As mentiras PS em Setúbal

A propósito do recente Encontro Distrital de Setúbal do PS, o plenário de quadros do concelho de Grândola do PCP salienta que as conclusões de tal encontro assumem um carácter fascizante e reaccionário», face às calúnias aí dirigidas contra as forças democráticas do distrito.

Em comunicado à imprensa,

os participantes na reunião de quadros sublinham ter decidido «manifestar o mais vivo repúdio pelo teor» das conclusões do referido encontro do PS, «nas quais são atingidas todas as câmaras APU do distrito de Setúbal e, portanto, também a de Grândola».

Finalmente, a reunião de quadros decidiu «exigir, quer

da Federação Distrital do PS, quer do Governador Civil, quer do ministro Almeida Santos, a fundamentação e as provas das citadas ilegalidades nas 13 câmaras, designadamente na de Grândola, já que o vereador do PS nesta autarquia informa não subscrever as citadas informações e não ter estado presente no referido encontro».

O PCP na A. Regional dos Açores

A propósito da situação que se vive no Concelho do Nordeste, nos Açores, o representante do PCP na Assembleia Regional desta região autónoma apresentou diversos requerimentos ao Governo Regional.

Tendo constatado a situação que se vive no hospital deste concelho, Decq Mota pergunta ao Governo Regional que medidas pensa tomar para pôr cobro à falta de clínicos gerais, de enfermeiros e de técnicos de raio X, uma vez que este hospital se debate com uma

grande falta de pessoal. No seu requerimento, o deputado do PCP sublinha também a falta de qualquer apoio laboratorial e pergunta a quem de direito quais as medidas que estão a ser tomadas.

Ainda a propósito do Concelho do Nordeste, e a propósito do início das obras do futuro Centro de Saúde, o deputado comunista salienta a má localização das futuras instalações — contiguas ao quartel dos bombeiros, à escola preparatória e à sala de cinema. Por

isso, pergunta ao Governo Regional, quais os critérios que presidiram à escolha do terreno.

Ainda na Assembleia Regional dos Açores, o PCP apresentou um voto de congratulação pela passagem de mais um aniversário do 25 de Abril. Levou também à votação um voto de saudação aos trabalhadores por ocasião do 1.º de Maio. Esta última moção foi aprovada com a abstenção do PSD.

Organização Regional do PCP lembra: O Algarve não pode viver só do turismo!

• Há que desenvolver os recursos produtivos

Um comentário oportuno à situação económica do distrito, «enquadrando» com realismo o sector turístico no conjunto das actividades da região, nomeadamente a agricultura e as pescas, a situação social e os problemas do desemprego e da repressão patronal, as lutas dos trabalhadores e as jornadas do 25 de Abril e do 1.º de Maio preencheram o debate da recente reunião da DORAL (Direcção da Organização Regional do Algarve) do PCP, efectuada na capital algarvia. Das conclusões do plenário, que destacam também a necessidade de reforçar o PCP, registamos em seguida alguns apontamentos mais significativos.

Degradação acentuada da situação económica

A degradação da vida económica do distrito tem vindo a acelerar-se com inevitáveis consequências no plano social. Tal como o PCP preveniu, a anunciada adesão à CEE está a levantar, no Algarve, novas e legítimas preocupações e receios acerca dos prejuízos que a curto e médio prazo recairão sobre a eco-

nomia local, designadamente, na agricultura, pescas, conservas e comércio.

Os resultados positivos obtidos pelo bom ano turístico não podem ser utilizados como elementos mistificadores tendentes a esconder e a escamotear os factores de crise que tocam em profundidade a vida económica da região. Para além do mais, é negativo pensar-se que o Algarve possa ou deva viver só do turismo não desenvolvendo os seus recursos produtivos.

A confirmar esta situação, é patente a crise que envolve a agricultura quer a de sequeiro, quer a frutícola e hortícola. A falta de apoios para suportar os prejuízos provocados pelas intempéries, juntam-se os aumentos constantes e brutais dos factores da produção, a impossibilidade de acesso ao crédito e as dificuldades no escoamento dos produtos, situação agravada pela profunda retracção que se verifica no

mercado interno.

Agrava-se a situação nas pescas, pela obstrução à renovação da frota, sobretudo artesanal, pela diminuição das capturas, pelo aumento dos combustíveis, factores a que se podem justamente acrescentar a

pela magreza das obras públicas em curso.

E de acelerada agonia a situação particularmente difícil da indústria conservadora, cuja situação de crise se arrasta há anos.

Floresce em contrapartida a economia paralela, a

tre praticada pelos contínuos governos de direita e agravada pela actual coligação PS/PSD.

É uma realidade hoje sentida brutalmente por camadas cada vez mais largas da população da região. Realidade que atinge o dia-a-dia de cada um pela degradação das condições de vida, pela incerteza do posto de trabalho, pelos salários e subsídios que não são pagos, pelo desemprego que se alarga, pela ausência de perspectivas estáveis de acesso a qualquer profissão.

A degradação da situação económica na região é acompanhada pelo aumento da exploração dos trabalhadores e por contínuas ameaças do patronato a direitos e liberdades conquistadas. Perseguição a dirigentes sindicais, obstáculos à acção sindical nas empresas, despedimentos arbitrários e sem justa causa, tornam-se instrumentos largamente utilizados pelo patronato para procurar impedir a luta por melhores condições de vida e trabalho.

«Os resultados positivos obtidos pelo bom ano turístico não podem ser utilizados como elementos mistificadores tendentes a esconder e a escamotear os factores de crise que tocam em profundidade a vida económica da região. Para além do mais, é negativo pensar-se que o Algarve possa ou deva viver só do turismo não desenvolvendo os seus recursos produtivos» — sublinha a Direcção Regional do PCP

acção repressiva do Governo, através das autoridades marítimas, com base no reavivar de legislação envelhecida e desadequada.

A construção civil continua em claro processo de retracção por ausência de investimentos no sector e

fuga ao lisco e a obrigações para com o Estado e os direitos dos trabalhadores.

É toda uma situação que não é nova, que persiste e se agrava diariamente, situação profundamente associada à política de desas-

1.º de Maio

Comemorar o 1.º de Maio é fazer da festa e dia dos trabalhadores um dia da luta necessária para que rapidamente este Governo seja desistuído. A DORAL do PCP apela para a participação massiva dos trabalhadores nas comemorações organizadas pela USF-CGTP/IN, em Faro, Portimão, Lagos, Silves e V. Real de Santo António.

As listas da APU — espaço de unidade

Analisando a preparação das eleições para as autarquias, a DORAL do PCP concluiu que serão confirmadas as maiorias que a APU detém e que estão criadas condições para conquistar novas maiorias em Câmaras e Juntas de Freguesia na região, bem como para atingir globalmente um expressivo resultado eleitoral.

Pelo trabalho já realizado, pelo prestígio conquistado e pelas perspectivas que se apontam, a APU está hoje em condições de reunir nas suas listas um vasto e importante número de cidadãos sem partido, assim como aqueles que tendo sido eleitos, eleitores ou candidatos de outras forças, designadamente do PS, deles se afastaram.

Tal situação confere às listas da APU uma situação ímpar de espaço de grande unidade política e social, que extravasa largamente as «frentes» do PCP e do MDP/ODE que juridicamente compõem a APU.

É nesta importante direcção que todo o trabalho se está a desenvolver.

Internacional

ÁFRICA DO SUL

Duas medidas demagógicas e uma provocação

O governo racista da África do Sul desencadeou na semana passada uma nova campanha demagógica com o objectivo óbvio de desviar as atenções internas e externas da gravíssima situação que se vive no país e de conseguir impedir, ou no mínimo protelar, a tomada de sanções económicas, políticas e diplomáticas contra o seu regime por parte da comunidade internacional.

Primeiro o governo de Pretória anunciou a revogação de duas leis do *apartheid* que proibiam as relações sexuais e os casamentos inter-raciais. Em seguida, e na mesma linha de «boa vontade», o ministro dos Negócios Estrangeiros, Pik Botha, divulgou a decisão unilateral de retirar todas as tropas do exército racista do sul de Angola. Finalmente, anuncia para breve a criação de um governo de transição para a Namíbia, sem a participação da SWAPO.

A fazer fé nas afirmações copiosamente divulgadas pela imprensa, tais medidas seriam a prova do sincero empenhamento da África do Sul na reforma do *apartheid*, na resolução pacífica da questão da Namíbia e na criação de condições para a retirada das forças internacionalistas cubanas de Angola.

No ênfase posto no anúncio das ditas quase poderiam ter escapado alguns «ses», não fora a pronta reacção dos mais variados países e organizações internacionais.

Como por exemplo o facto do racismo e do *apartheid* serem mundialmente condenados e repudiados, não bastando «reformas» que o tornem aceitável porque nada há nele passível de ser aceite pela comunidade internacional.

Como a retirada de Angola, chegar pelo menos com um ano de atraso, pois a tal estava o governo de Pretória obrigado desde a assinatura do compromisso de Lusaka, em 1984.

Qu ainda no que toca à Na-

míbia, a formação do referido «governo de transição» não passar do retomar de velhos planos racistas, à revelia de todas as decisões da ONU e em particular da resolução 435/78 do Conselho de Segurança, única plataforma internacionalmente aceite para a independência da Namíbia ilegalmente ocupada pela África do Sul.

Um tiro pela culatra

Se é verdade que as manobras de Pretória não podem ser separadas da luta de massas que se trava no país e, no caso da Angola e da Namíbia, da firmeza com que o problema da ocupação tem sido enfrentado, representando nesse sentido uma vitória sobre o *apartheid*, não é menos verdade de que importa mais do que nunca estar alerta para evitar cair nas malhas da rede confusionalista com que se governa o governo sul-africano.

A pronta resposta do Movimento dos Não-Alinhados, da Organização de Unidade Africana, da Organização das Nações Unidas, de governos da Europa e inclusive dos Estados Unidos recusando a «solução» sul-africana para a Namíbia, representa um verdadeiro tiro pela culatra para Pretória.

Nem os EUA nem a Inglaterra, tradicionais aliados dos racistas sul-africanos, puderam deixar de condenar a iniciativa, forçada pelas pressões internas dos respectivos países,



As manifestações de protesto contra o apartheid multiplicam-se nos mais diversos países, tendo o apelo de liberdade para Mandela o significado de um símbolo — a liberdade para o povo sul-africano

onde as manifestações anti-*apartheid* se sucedem.

Mas o mesmo não sucede quanto às outras medidas, a que não faltou o dedo norte-americano. A menos que a presença de Chester Crocker na África do Sul, na ocasião em que elas foram anunciadas, seja pura coincidência...

Seja como for, importa reter como o secretário de estado norte-americano, George Shultz, se apressou a declarar à imprensa a sua alegria com as medidas anunciadas por Pretória, aproveitando a oportunidade para as apresentar como frutos da chamada política de «envolvimento construtivo» dos EUA. O que lhe deu ensejo para manifestar a inutilidade de aplicação de sanções económicas à África do Sul, o que de resto os Estados Unidos sempre se recusaram fazer.

Idêntica posição foi tomada pela Grã-Bretanha.

Se se tiver agora em conta que tudo isto surge numa altura em que a situação sul-africana se tornou tão explosiva que representantes de mais de

três dezenas de multinacionais norte-americanas e inglesas, reunidos em Londres, acordaram um conjunto de medidas que visam pressionar o governo de Pretória e obrigá-lo a abrandar as leis do *apartheid* e à progressiva liberalização da sociedade sul-africana, difícil será deixar de concluir existirem neste conjunto «coincidências» a mais.

Finalmente, recorda-se como os EUA sempre defenderam que a saída da África do Sul de Angola deveria estar ligada à retirada das tropas cubanas. A conclusão é óbvia, mas para que não restassem quaisquer dúvidas, um dia depois da retirada das tropas de ocupação do sul de Angola, o chefe de Estado Maior das Forças Armadas sul-africanas declarou que as suas tropas ficariam preparadas para, em qualquer altura, voltar ao interior das fronteiras angolanas.

Para quem começou por se afirmar tão cheio de «boas intenções», o governo de Pretória deixou muitas pistas das suas verdadeiras intenções.

Economia capitalista

O problema é não ter saída

A reunião do FMI, realizada há dias em Washington, reflecte problemas e preocupações evidentes, muito embora naturalmente condicionadas por uma perspectiva capitalista, ou seja, apontando para caminhos que ou são meramente ilusórios ou não passam de becos sem saída. A verdade é que — apesar de terem passado apenas alguns escassos meses — já vão bem longe os tempos em que Reagan fez dos resultados de uma parcial recuperação económica, ligada aos próprios ciclos da crise económica do capital, uma boa arma na sua demagógica campanha eleitoralista.

Vale a pena referirmos aqui alguns aspectos da realidade da economia capitalista hoje. Aspectos limitados, mas que já nos dão uma ideia dos problemas e contradições — insolúveis — em que se debate, atingindo brutalmente os trabalhadores dos países capitalistas desenvolvidos e mais ainda dos países subdesenvolvidos.

• «Se os Estados Unidos, como os outros países, tivessem que equilibrar o seu comércio externo, o seu crescimento, em 1984, teria sido mais próximo dos 0% que dos 6%». Não é a opinião de um economista marxista. É a opinião de um articulista francês que, simultaneamente, fala de «milagre» e de «êxito» da economia norte-americana (naturalmente quando o retrocesso ainda não era evidente). Uma opinião que, entretanto, nos dá já a imagem da fragilidade de raiz de tais ultrapassados «êxitos». É uma face da questão.

Uma outra, que não é menos importante, é a dos reflexos sociais de tal fase da evolução económica nos EUA. Sem dúvida que transitoriamente ter-se-á verificado um relativo alargamento do mercado interno, o que significa que sectores das classes médias terão beneficiado de um aumento no poder de compra. Mas o que os números dizem fala por si: em 1953, a parte de mais valia que cabia aos operários era de 25 — hoje é de 1/4; mesmo com a redução do desemprego verificada no período de recuperação cíclica, os seus níveis mantiveram-se muito acima da maioria dos períodos de crise do pós-guerra; a percentagem de negros que vive hoje abaixo do nível da pobreza é três vezes maior que a dos brancos. A fase de recuperação não beneficiou a massa de trabalhadores. Mas alimentou-se também da sua maior exploração.

• Presentemente (tal como no período de relativa recupera-

ção, aliás) assiste-se a falências em série, em particular em dois sectores: banca e agricultura. O que não é naturalmente sinal de saúde económica. E que na verdade traduz também um processo de concentração.

Na banca, na sequência de um desenvolvimento que se arrasta pelos anos 80, está prevista a falência de mais de 60 por cento dos bancos até à próxima década. É a opinião de especialistas norte-americanos citados pela revista oeste-alemã «Der Spiegel».

Na agricultura, fala-se da crise mais grave desde os anos 30. Desde 79, as receitas baixaram de 29%. Há regiões onde a percentagem de empresas agrícolas que entram em falência é francamente superior a 20%. Entretanto, as ajudas — decrescentes — da parte do governo, beneficiam de forma muito clara apenas as maiores empresas agrícolas — 70% vai para 10% das explorações. O que tenderá a acentuar ainda o processo de concentração e o número de falências, com os consequentes custos sociais.

• Os índices mais recentes levam a tempear o optimismo oficial sobre as perspectivas de crescimento em 1985 — comenta «La Vie Française» — o número de encomendas às empresas industriais americanas diminuiu de 0,7% em Dezembro. A baixa de encomendas civis de bens de equipamento, nesse mesmo mês (-6%), anulou a alta verificada em Novembro (mais 6,3%). O crescimento americano para 1985 é provavelmente muito mais frágil do que é previsto pelas estatísticas.

Os factos vieram a confirmar esta fragilidade, aliás desde sempre salientada, nomeadamente por economistas norte-americanos, face ao peso imenso e crescente dos défices dos EUA.

De referir que a imprensa da RFA comenta a quebra do dólar como sintoma das crescen-

tes dúvidas entre os investidores no que se refere à saúde da economia norte-americana.

Mas há aqui um elemento que importa realçar: as oscilações no dólar ou nas taxas de juro, podem reflectir, e reflectem, quer problemas económicos muito reais, quer políticas económicas esboçadas na luta entre grandes monopólios e multinacionais dos diversos países capitalistas.

Entretanto, em qualquer dos casos, quem paga o preço de leão destas oscilações, independentemente da sua origem, são os trabalhadores dos próprios países capitalistas desenvolvidos, são os povos do mundo em vias de desenvolvimento.

Dois factos, apenas:

- Segundo uma subcomissão do Congresso norte-americano calcula-se que a super-elevação do dólar «custou» dois milhões de postos de trabalho nos EUA desde 1980, ao «favorecer a importação de produtos estrangeiros e ao prejudicar as exportações».

— Quando aos países em vias de desenvolvimento, dramaticamente endividados, a subida do dólar representa o agravamento das dívidas e a sua descida uma quebra no valor das exportações.

Factos evidentes que não nos devem levar a ignorar um outro não menos importante: a política económica inerente ao capital não alimenta só de lucros os maiores monopólios à custa da exploração do resto do mundo. É também uma política sem saída. Não por acaso fracassaram de facto todos as cimeiras económicas dos «grandes». Como não são por

A iniciativa privada no Afeganistão

O governo do Afeganistão decidiu reforçar o apoio à iniciativa privada, designadamente através da criação de empresas de capital misto em que o Estado participa com 40 por cento, e da concessão de empréstimos a empresas com isenção de impostos durante os primeiros cinco anos. A medida, segundo as autoridades de Cabul, destina-se a aumentar a exportação. Nos últimos nove meses foram já canalizados cerca de mil milhões de afeghanis a título de empréstimo para estes dois tipos de investimento, enquanto os créditos privados ascenderam a 500 milhões de afeghanis.

Unesco versus EUA

O diferendo entre a Unesco e os EUA — que abandonou aquela organização no final do ano passado — continua a provocar vivas reacções entre os países membros. A semana passada, o director-geral da organização, Amadou M'bow, afirmou ao jornal japonês «Mainichi Shimbun» que a Unesco rejeita as exigências dos EUA, que pretendem obter poderes exclusivos, continuando a agir de acordo com a vontade da maioria dos seus membros.

M'bow recordou que todos os membros da Unesco dispõem de direitos iguais, pelo que aquele organismo da ONU jamais preterirá os interesses dos países em vias de desenvolvimento em favor dos EUA e dos seus aliados, pese embora as dificuldades provocadas pela suspensão do contributo económico norte-americano.

Filipinas contra central atómica

De acordo com uma sondagem divulgada pela agência noticiosa filipina «PNA», a maioria esmagadora dos habitantes da província de Bataan, nas Filipinas, está contra a entrada em funcionamento de uma central atómica construída no seu território pela companhia norte-americana «Westinghouse».

«Guerra das estrelas» e guerra de posições

No seu primeiro relatório sobre o programa de militarização do Espaço, apresentado ao congresso norte-americano, o Pentágono defende, obviamente, a aceleração de um processo que entretanto ainda vai sendo apresentado como se de questão pouco relevante se tratasse, pois está em fase de investigação... Entretanto, na CEE, a questão também se coloca na ordem do dia, e o presidente da Comissão Europeia, ex-ministro francês das Finanças, propõe uma variante à contestada participação da Europa capitalista no projecto militarista norte-americano: o alargamento, para fins militares, do programa científico «Eureka». Estes factos testemunham, simultaneamente, da aposta na corrida aos armamentos por parte do mundo capitalista, e das contradições que nesse mesmo plano se agudizam.

São conhecidas as diversificadas formas com que os Estados Unidos levam os seus parceiros da Europa capitalista

e do Japão a financiar programas armamentistas do Pentágono. Das pressões político-económicas nas cimeiras dos «grandes» onde vai prevalecendo a solidariedade de classe, a formas mais subtis de captação de capitais, através das elevadas taxas de juro. Mais — é igualmente conhecido que tais programas do Pentágono se baseiam em grande medida na utilização da Europa como campo de batalha nos planos de Washington de destruição do socialismo.

Ou seja, de bom ou mau grado, o capital europeu, e as suas estruturas de poder, têm aceite não só oferecer o seu dinheiro a projectos militaristas elaborados no Pentágono, mas o próprio território dos seus países, e a sobrevivência dos seus povos.

Com a «guerra das estrelas» entrou-se entretanto num outro degrau deste processo. É o director do Instituto Real de Estudos Internacionais — britânico — quem o afirma: «O programa da «guerra das estrelas» é um problema com base no qual podem surgir as maiores divergências de sempre no seio da Aliança Atlântica». E as contradições estalarão.

A proposta do presidente da Comissão Europeia é apenas um dos indícios da — justificada — falta de confiança em relação à Casa Branca, que já

provou à saciedade admitir o sacrifício de toda a Europa capitalista, se com isso conseguisse readquirir a sonhada hegemonia mundial, só possível com a liquidação da comunidade socialista.

Nos vários governos da NATO surgiram posições ambíguas e contraditórias e é o ministro dos Negócios Estrangeiros de um governo claramente conservador — o britânico — que vem a público levantar questões importantes, como, por exemplo: «é necessário fazer com que o desenvolvimento da técnica e da tecnologia não ultrapasse as decisões políticas»; e ainda: «a perspectiva do desenvolvimento dos novos meios de defesa não irá provocar o sucessivo aumento do nível dos sistemas nucleares ofensivos destinados a neutralizá-los?».

Numa sucessão de declarações contraditórias, o chanceler Helmut Kohl foi agora ao Bundestag (Parlamento da RFA) defender a necessidade política do projecto de militarização do Espaço. Também Reagan defendeu as armas cósmicas como forma de «colocar as populações do mundo livre ao abrigo de uma espécie de escudo».

Trata-se de Paz, de facto? Sabemos que não, e a esse respeito as questões colocadas pelo ministro conservador britânico — para mais vindas de quem vem — tornam-se particularmente oportunas. Mais, a vida já lhes deu a resposta adequada, tal como a falsa argumentação do chanceler oeste-alemão.

Primeiro, os promotores da «guerra das estrelas», projecto apresentado como defensivo, não apontam para qualquer perspectiva de redução dos potenciais armamentistas atómicos. Basta lembrar aqui a — difícil — aprovação pelo Senado e Congresso norte-americano das verbas destinadas ao MX.

Segundo, já estão em curso estudos sobre armas capazes de penetrar a pretendida defesa. E isso passa-se nos Estados Unidos. Segundo o jornal londrino «Observer», a Direcção de mísseis balísticos realiza na base aérea de Norton, na Califórnia, um programa secreto de elaboração de «meios de penetração» no próprio sistema da defesa antimísseis que ainda não está ultimado!

É evidente que o que está em causa é mesmo uma escalada na corrida aos armamentos, no esforço de obter uma superioridade significativa — ainda que transitória — que pudesse abrir portas à liquidação militar do socialismo, mesmo que ao preço da liquidação dos países e povos da Europa (nos planos dos estrategistas norte-americanos) e, a rigor, segundo todos os estudos científicos, ao preço da liquidação do planeta.

O engodo político em relação à Europa capitalista é que a simples existência de um superior «chicote» atómico, levada à autodestruição política do socialismo. O engodo económico também existe. No que respecta à «guerra das estrelas» propõe-se aos grandes monopólios da Europa capitalista contratos da ordem dos 26 mil milhões de dólares.

Assim se entende a necessidade política do apoio aos projectos do Pentágono. Mas também o acentuar de contradições tanto mais fundas quanto o movimento de massas pela paz é uma realidade insubstituível. O capital europeu balança entre a solidariedade de classe e o realismo político. Entre a política de força de épocas ultrapassadas e uma mentalidade mais conforme a uma fase histórica em que o que está em causa já não é apenas a sobrevivência de uma classe (condenada). Mas a do planeta.

Delegação soviética na RFA

O parlamento da Alemanha Federal, «Bundestag», aceitou o convite para visitar oficialmente a União Soviética, em data a determinar, retribuindo deste modo a visita dum delegação do Soviete Supremo da URSS à RFA.

O convite foi formulado pelo chefe da delegação soviética, Mikhail Ziminine, que ao ser recebido pelo presidente do Bundestag salientou a importância dos parlamentos não apenas na vida interna dos respectivos países, mas também na política externa dos seus Estados.

Na ocasião, Ziminine alertou para que os parlamentos e os governos de todos os Estados, grandes ou pequenos, devam mobilizar os seus esforços para afastar o perigo da guerra e pela consolidação da paz, porque o que está em jogo é o direito supremo da humanidade, o direito à vida.

Também o presidente do Bundestag, Philipp Jenninger, referiu a importância de visitas como aquela, pela oportunidade que oferecem para a troca de pontos de vista sobre questões como o desenvolvimento das relações não só entre a Alemanha Federal e a União Soviética, como entre o ocidente e o leste.



Sessão da Unicef

O secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, afirmou no seu discurso de abertura da sessão da Unicef que as iniciativas desta organização figuram entre as mais importantes realizações da ONU nos 40 anos da sua existência não obstante, como sublinhou, a situação da humanidade e particularmente das crianças causar sérias preocupações na medida em que grande número continua a morrer de fome.

A actual sessão do Fundo das Nações Unidas para a Infância tem como principais temas de debate a garantia da saúde e as condições normais de vida da população infantil.



acaso as «guerras» na CEE. E as pessimistas conclusões da reunião do FMI, que fala mesmo dos perigos de uma «profunda recessão».

Vietname retira do Kampuchea

O ministro dos Negócios Estrangeiros do Vietname, Nguyen Co Thach, afirmou em entrevista ao jornal norte-americano «Boston Globe» que o Vietname retirou já do Kampuchea, desde 1982, um terço dos seus voluntários, desmentindo ao mesmo tempo certas notícias veiculadas pela imprensa ocidental de que os voluntários vietnamitas retirados estariam a ser substituídos por outros.

Segundo o ministro vietnamita, a retirada continuará à medida que a situação no Kampuchea se for consolidando, de acordo com as resoluções da Cimeira de Viena, onde se reuniram representantes do Vietname, do Laos e do Kampuchea. Como sublinhou, o desmantelamento dos bandos do Pol Pot como força militar e política é condição «sine qua non» para a total retirada dos voluntários vietnamitas, uma vez que os bandos «kmers» prosseguem, a partir da Tailândia, os seus ataques terroristas contra o povo kampucheano.

Feira do livro em Moscovo

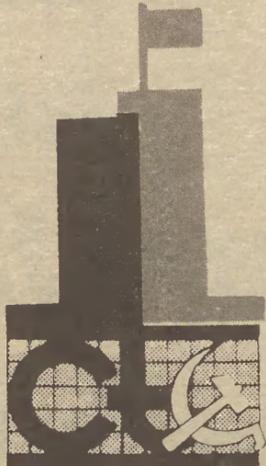
Estão já inscritas na feira internacional do livro, a realizar em Moscovo no próximo mês de Setembro, mais de duas mil editoras estrangeiras. O interesse dos editores de outros países por este fórum, segundo o vice-presidente da agência soviética para os direitos de autor, deve-se ao facto de a URSS ser considerado o país onde se editam mais livros. Um em cada cinco livros lançados no mercado mundial é soviético.

Suplemento /

Avante!

Ano 53 - Série VII
N.º 591
25 de Abril de 1985
Suplemento n.º 155
Não pode ser vendido
separadamente

**Novo Centro
do PCP
em Setúbal
Concretizar
o sonho
responder
às necessidades**

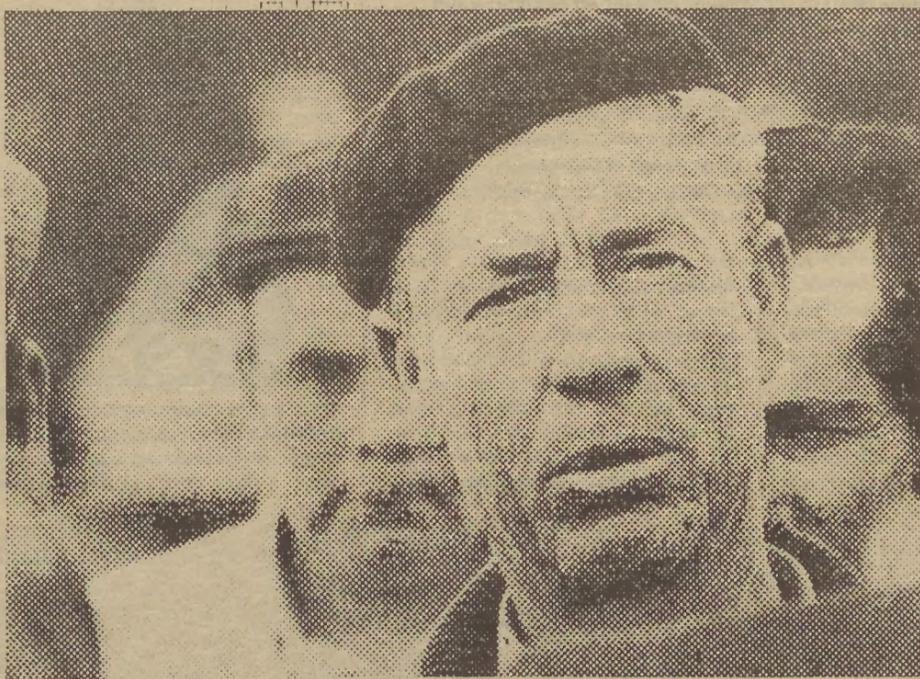


Págs. 2/3



**CEE
e pacote legislativo
estrangulam
agricultura**

Pág. 4



**O GOVERNO
CONTRA
A LIBERDADE
SINDICAL**

Pág. 5

**PERU
Um futuro
ainda incerto**

Pág. 6

a Talhe de FOICE

A CEE e a Dona Branca

O ministro da Agricultura, sr. Álvaro Barreto, esteve no domingo nas termas de Monfortinho para falar aos delegados reunidos no segundo encontro nacional de jovens agricultores.

Na sua intervenção, fez um anúncio que a diligente comunicação social ao serviço do governo divulgou em parangonas (veja-se, por exemplo, o «Correio da Manhã» de segunda-feira): a **agricultura portuguesa vai receber nos próximos dez anos 500 milhões de contos da CEE**. Mais ainda: tal ajuda seria a fundo perdido, isto, é seria uma dádiva da Comunidade pela qual Portugal nada teria que reembolsar.

O caso é exemplar da sórdida manobra de mistificação a que procede o governo PS/PPD: o esclarecimento desta parte é elucidativo quanto ao todo.

1. o Em nenhum documento ou intervenção oficial sobre a adesão se refere a existência de nenhum donativo naquele montante;

2. o Foi divulgado que a CEE concederá a Portugal um subsídio para a agricultura de cerca de 8 milhões de contos ano por um prazo de 10 anos, isto é, **cerca de 80 milhões de contos**;

3. o Como foi denunciado pelos deputados comunistas durante o debate parlamentar sobre a adesão, este subsídio não é um puro apoio: **destina-se a «compensar as previsíveis incidências da assunção da política agrícola comum sobre a balança de pagamentos» portuguesa**.

Quer isto dizer que não se trata de uma verba destinada a melhorar a situação que existe: é uma verba a usar para compensar os **prejuízos** que a própria CEE admite que Portugal e a sua agricultura **como existem** irão ter com a adesão. Não é, assim, para que tenhamos lucro; é para compensar os prejuízos que vamos ter;

4. o A concessão de verbas a partir deste subsídio envolve dois condicionamentos importantes. Primeiro, cada subsídio só será atribuído após aprovação **pela CEE** do projecto a que se destina: torna-se assim evidente que a decisão terá essencialmente em conta os **interesses do Mercado Comum** e não especificamente **os portugueses**.

Em segundo lugar, a concessão de um subsídio para um projecto envolverá a mobilização para o mesmo projecto de idêntica quantidade obtida em Portugal. Concretamente: se for necessário investir 20 mil contos num projecto de reconversão de uma exploração agrícola, **se houver acordo da CEE** esta poderá entrar com 10 000 contos, mas os outros 10 000 terão que ser investidos por Portugal;

5. o Mas, em qualquer dos casos, isto refere-se apenas a 8 milhões de contos por ano. Onde vai o sr. Barreto buscar os restantes 420 milhões de contos?

O sr. Barreto não diz. Mas pode concluir-se que se refere a uma verba eventual que poderá sair do FEOGA (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola), um fundo comunitário que se destina a, eventualmente, assegurar preços ao produtor de determinados produtos agrícolas objecto de flutuações no mercado.

Sucedem porém que tal fundo e a sua actividade fazem parte das estruturas habituais da Comunidade: a concessão **eventual** de créditos seus a Portugal **não se prende com problemas criados pela adesão, não se destina a resolvê-los, nem constitui investimentos, mas sempre puras compensações**.

Mas, mais importante, a atribuição de eventuais subsídios do FEOGA **nunca é feita a fundo perdido**. As suas verbas fazem parte do orçamento global da CEE e, como é óbvio, **saem na medida em que entram**. Ou seja, para que Portugal tenha eventualmente acesso a tais créditos tem de ser um **membro contribuinte** para o orçamento da CEE. Para que receba — tem de pagar.

E aqui, como é evidente, o que interessa saber é o **saldo** entre o que, **em dinheiro**, teremos de pagar para o orçamento da CEE e o que dele venhamos a receber.

Ora sucede que o governo PS/PSD (e no debate parlamentar o ministro Ernâni Lopes afirmou-o claramente) **se recusou terminantemente a divulgar os dados orçamentais**. Falam e falam dos subsídios que vamos receber, mas ocultam deliberadamente as consequências da adesão para a nossa economia e, até, quanto é que **directamente vamos ter de pagar**.

O sr. Barreto adquire assim a dimensão da Dona Branca. Ao princípio e ao paleio — é só vantagens; depois, acabam uns nas Mónicas e outros sem as economias.

■ R. C.

■ José Paulo Oliveira

Novo Centro do PCP em Setúbal

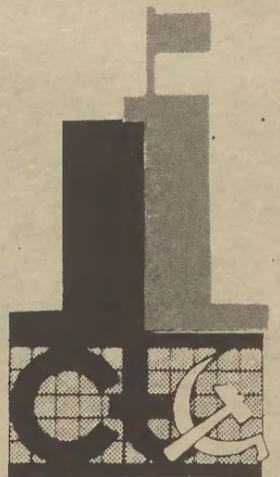
Concretizar o sonho responder às necessidades

Numa das principais artérias da capital do Sado — a Av. 5 de Outubro —, uma velha casa, bem conhecida dos setubalenses, onde desde 1975 tem funcionado um Centro de Trabalho do PCP, dará lugar num futuro próximo a um edifício moderno, de linhas simples, funcionais e com o devido enquadramento urbanístico. Mais importante do que as características arquitectónicas (o estudo está a ser feito por especialistas na matéria) é o facto **político** de que esse novo imóvel vai resultar da vontade e da determinação dum poderoso colectivo fortemente enraizado no povo, nos trabalhadores, na sua vida e nas suas aspirações: a Organização Regional de Setúbal (ORS) do PCP.

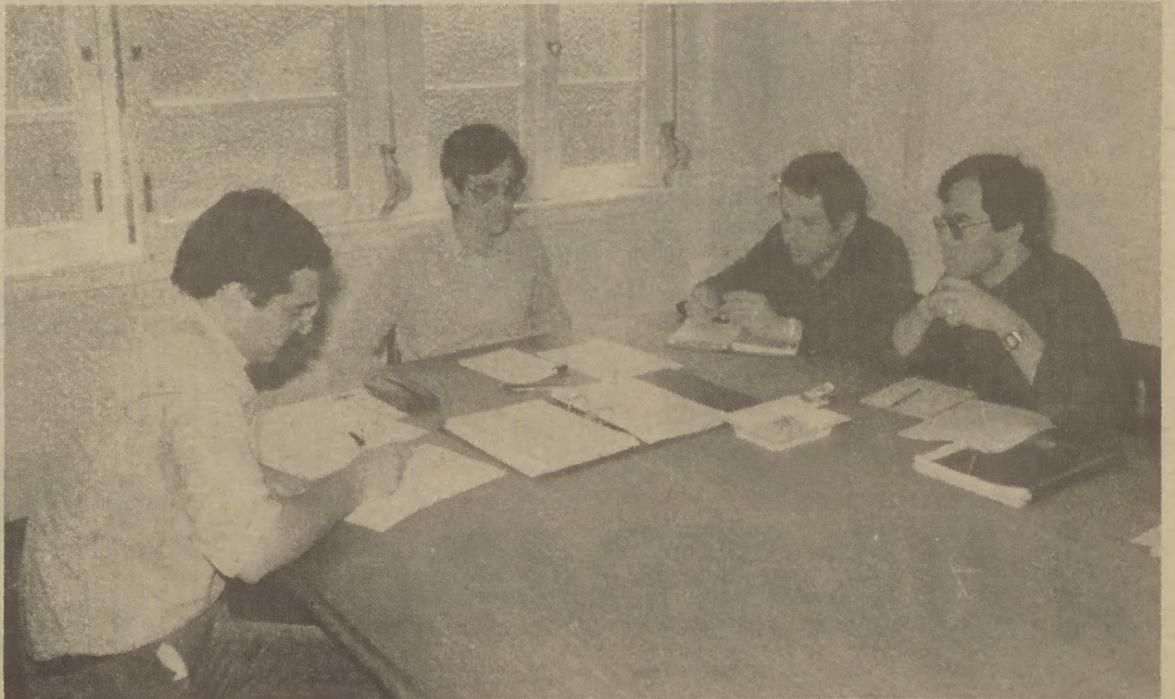
Desde há muito que os 35 mil militantes comunistas daquela Organização têm sentido a necessidade dum novo Centro Regional, com capacidade de resposta às exigências, às crescentes responsabilidades e ao trabalho político e organizativo dum colectivo desta envergadura, que se expande por 13 concelhos — todos APU. De **Almada a Sines**, passando pelo

Selxal, Sesimbra, Barreiro, Moita, Montijo, Alcochete, Palmela, Setúbal, Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém.

Tendo em conta a importância dos CTs na acção do Partido, a concretização do velho sonho dos comunistas da região de Setúbal será, sem dúvida, mais um contributo para o reforço e para o funcionamento do Partido.

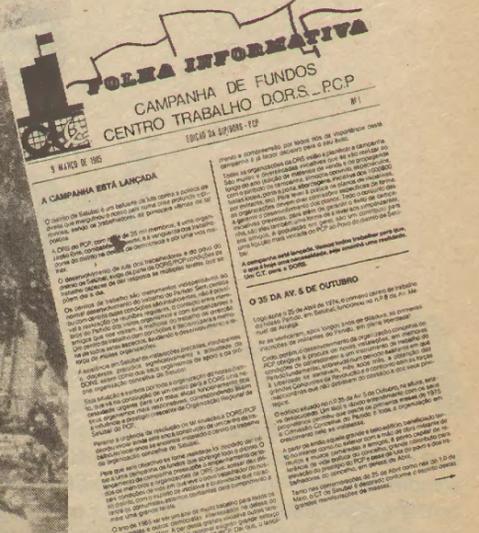


Além de aspiração, repetimos, é uma **necessidade**, comprovada, nomeadamente, pelo estado em que se encontra a casa da Av. 5 de Outubro,



Como foi salientado no encontro com o «Avante!» o trabalho de informação em torno da campanha é considerado de extraordinária importância pelos camaradas de Setúbal. Seja a divulgação do cartaz ou dos diversos materiais (isqueiros, porta-chaves, etc), seja a afixação de gráficos sobre a evolução da campanha, passando pela «folha informativa» (edição da SIP/DORS) e, já agora, pelo próprio acompanhamento do «Avante!» — tudo isto serão contributos de grande significado para o êxito da campanha

No n.º 35 da Av. 5 de Outubro surgirá brevemente um novo e moderno edifício, em substituição da velha casa onde desde 75 funciona um CT do Partido. As obras — começando pela demolição desta casa — terão início ainda este ano. Entretanto, no quadro da campanha em curso para o novo CT cabe um papel fundamental ao trabalho de divulgação, informação e propaganda no qual se insere a publicação regular, pela SIP/DORS, da «folha informativa»



apesar dos múltiplos esforços de conservação realizados pelo Partido, a exiguidade das suas instalações (trata-se de um CT concelhio que alberga iniciativas e reuniões de âmbito distrital) e pela dispersão de instalações da organização na cidade.

Os objectivos estão definidos. A campanha está lançada. E foi esse o motivo de um recente encontro do «Avante!» com três camaradas que têm responsabilidades na grande iniciativa: Teodósio, Dias e Zé Luís. De muita coisa se falou à volta da mesa. E, regra geral, com o entusiasmo de quem «está por dentro» dos acontecimentos. Mas do muito que se convervou deixemos, por agora, um apunhado rápido, com os aspectos mais significativos duma campanha bem à altura da força política que a vai «resolver». Sempre e sempre com a solidariedade das populações.

«Temos consciência»

O «pontapé» de saída pertenceu ao camarada Teodósio, membro do Comité Central:

Iniciada há cerca de dois meses, o arranque dinâmico da campanha deu-se praticamente agora, assumindo desde já uma expressão significativa na actividade do Partido. Estão definidas uma meta geral e as metas concelhias, aprovadas e desdobradas pelos diversos organismos e sectores. Existem planos de iniciativas para a campanha, que, saliente-se, tem uma estrutura orgânica adequada tanto ao nível da coordenação, como ao nível do acompanhamento. Todo este trabalho iniciará de forma mais acentuada nos concelhos com metas maiores a atingir, ou seja Almada, Barreiro, Seixal e Setúbal.

E noutra passagem das suas declarações, afirmou o camarada Teodósio: Temos consciência da grave situação social que se vive no distrito, onde são cerca de 20 mil os trabalhadores com salários em atraso. Temos consciência destes e de outros graves problemas, como o desemprego, e as dificuldades em que se encontram muitas famílias. Mas temos também consciência do grande prestígio do PCP no distrito de Setúbal. Um prestígio consolidado na população e nos trabalhadores e que, já que estamos a falar de um Centro de Trabalho do Partido, recorde-se que foi esse prestígio que esteve na base dos êxitos alcançados com as campanhas para os novos CTs de Almada e mais tarde do Barreiro.

Arranque das obras

Com as verbas conseguidas numa campanha que arrancou em 1977, a organização adquiriu o velho edifício da Av. 5 de Outubro. Tentando contrariar a degradação da casa, os mili-

tantes comunistas foram realizando alguns trabalhos de recuperação e manutenção. Mesmo assim, o edifício está em mau estado, apresentando fendas em tectos e paredes.

Como sublinhou o camarada Dias, embora este CT seja da Concelhia, a verdade é que acolhe no seu dia-a-dia acções de apoio distrital do Partido e mesmo reuniões distritais, prejudicando assim a actividade concelhia, uma vez que são escassas as instalações que possui.

Por outro lado, recordou o camarada José Luís, a dispersão de instalações do Partido por vários locais da cidade ocasiona despesas e afecta o trabalho partidário.

Daí o projecto de reunir no futuro CT, além da Concelhia, a Direcção Regional do Partido e os seus diversos serviços de apoio, incluindo a SIP e também a Direcção Distrital da JCP.

O início das obras — esclarece o camarada Teodósio — não está ainda definido, mas pode desde já revelar-se que o seu arranque (ou seja: a demolição da velha casa) ocorrerá ainda este ano.

O projecto para a construção do novo edifício está ainda em estudo, prevendo-se algo de simples, moderno e funcional, aproveitando a área que é pertença do Partido no n.º 35 da Av. 5 de Outubro.

Espírito de iniciativa

Toda a gente sabe que uma campanha feita por comunistas é uma campanha de trabalho e de iniciativa. No caso da campanha em marcha na região de Setúbal, as coisas são sim-

ples: todos os concelhos dedicarão o seu esforço e as suas iniciativas para o avanço da campanha. E é o espírito criador, é o espírito de iniciativa que tem sempre uma palavra muito especial a dizer. Uma boa base de trabalho será a troca de informações e de experiências entre as organizações. Daí também a necessidade de promover as reuniões da campanha. Está tudo previsto!

Mas de iniciativas, fala com à vontade o camarada Dias: Além das acções a promover nos diferentes concelhos (festas locais, pequenas e grandes iniciativas, almoços-convívio, etc.), o executivo da campanha avança desde já com duas importantes acções: a campanha dos mil escudos por militante e as abordagens. Enquanto esta última iniciativa é já bem conhecida de todo o Partido (fazem-se levantamentos de pessoas a contactar e depois pede-se a sua colaboração), já os 1000 escudos por militante exigem uma breve explicação.

Existe um cartão em 10 quadradinhos. Cada quadradinho leva um selo equivalente a 100\$00. Com os 10 selos, o cartão está completo e o seu possuidor receberá uma bela e especial lembrança da campanha: um emblema de qualidade.

Sobre o trabalho de informação e propaganda em torno da campanha, de que nos falou o camarada Zé Luís, e ainda sobre outras questões abordadas no encontro com o «Avante!», bem como sobre os apontamentos que entretanto nos chegam à nossa Redacção, avançaremos nas próximas semanas o acompanhamento à importante iniciativa dos comunistas do distrito de Setúbal. ■

As abordagens

Privilegiar a iniciativa das abordagens é um factor determinante para o êxito da campanha de fundos da DORS.

É contactar camaradas nossos, amigos e simpatizantes, e gente que, embora não esteja abertamente conosco, reconhece a força e a importância que o nosso Partido tem na defesa da democracia, dos interesses nacionais e do nosso povo em geral. Por isso eles contribuem para o Partido. É levar a campanha para fora do Partido, sendo um elo de ligação com as pessoas que agradecem o facto de serem lembradas pelo Partido.

Esta iniciativa faz parte integrante da campanha e está inserida em todos os planos concelhios e distrital.

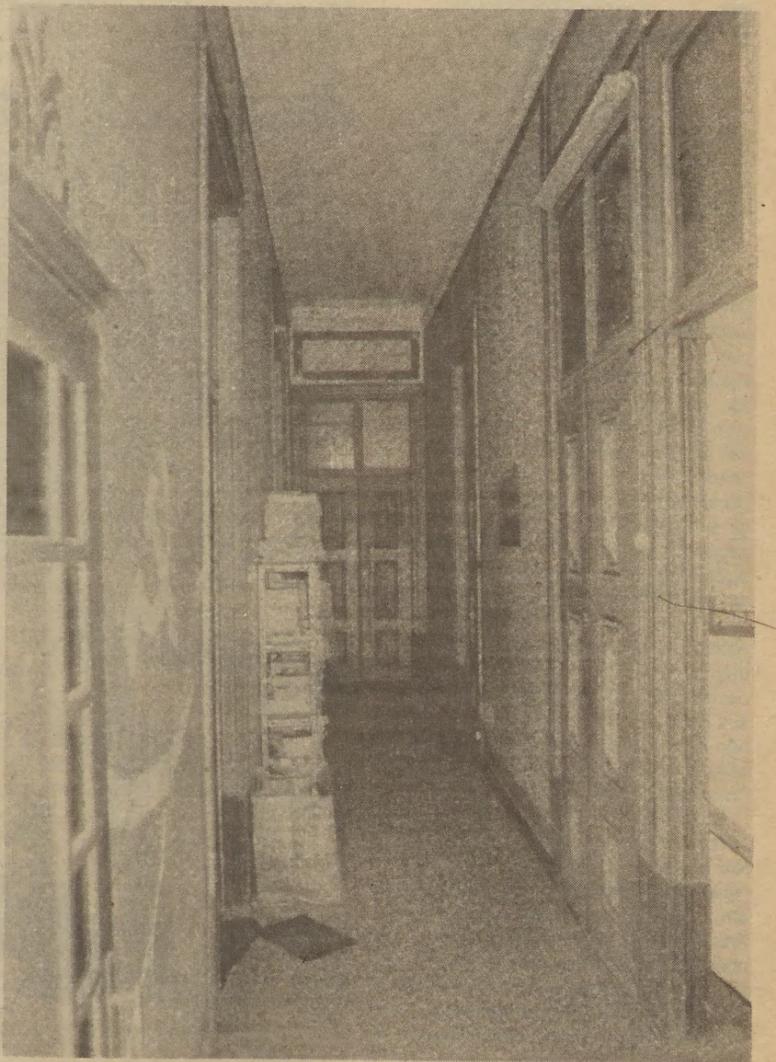
Em todos os concelhos, estão a ser feitos levantamentos e listagens de pessoas a contactar.

É necessário concluir rapidamente este levantamento e passá-lo à prática. Daqui lançamos um repto a todas as organizações, no sentido de concluírem as abordagens até Junho deste ano.

(Folha informativa da campanha, n.º 1)

Imaginação!

É certo e sabido: uma campanha feita por comunistas é uma campanha de imaginação e criatividade. No distrito de Setúbal, a campanha para a construção do novo Centro de Trabalho da DORS não foge a essa «regra». Bem pelo contrário. Embora as iniciativas e a própria dinamização das tarefas tenham agora arrancado a sério, registam-se desde já casos significativos que demonstram a tal pitada de imaginação dentro do esforço e do trabalho. Um exemplo: nalguns concelhos há grupos de camaradas que vão ao cartão e ao papelão, que depois se vende, juntando-se bons contributos financeiros para a campanha. A recolha daqueles materiais é, precedido, nalguns casos por pedidos a estabelecimentos e a particulares. Outros exemplos — como o caso do espectáculo itinerante (?) ou a venda de produtos agrícolas — aqui poderíamos apontar. Atenção às próximas edições do «Avante!»



Que ninguém tenha dúvidas: a Organização Regional de Setúbal necessita mesmo de um novo Centro de Trabalho. A velha casa da Av. 5 de Outubro — onde em princípio devia funcionar apenas a Concelhia — acolhe no seu dia-a-dia intensa actividade de âmbito regional, num vaivém constante de reuniões e de encontros, de trabalho e de acção. À exiguidade das instalações, junta-se a degradação do velho edifício (propriedade do Partido), apesar dos múltiplos esforços de conservação empreendidos pelos militantes comunistas

CEE e pacote legislativo estrangulam agricultura

A braços com um sem número de problemas que vão tornando a vida cada vez mais difícil e insegura, os agricultores portugueses encaram com crescente apreensão o seu futuro e o das suas famílias. As razões não são para menos e estão à vista: o chamado «pacote agrícola» que o Governo tem na forja e a tão anunciada integração na CEE constituem factos que comprovam estar-se em presença de uma ofensiva sem precedentes contra a agricultura, plano este que a concretizar-se trará como consequências o estrangulamento da produção agrícola e uma redução acentuada do número de agricultores e das suas explorações.

Por este objectivo tem o Governo PS/PSD norteado a sua acção destruidora (vejam-se as medidas que nos últimos anos têm feito a vida negra à agricultura: preços exorbitantes dos factores de produção, cortes de créditos, importações desnecessárias, ausência de apoios quer técnicos quer financeiros, preços sem garantia, dificuldades de escoamento, encerramento de feiras de gado, atrasos ou mesmo não pagamento de subsídios e indemnizações, etc., etc.), aplicando fria e meticulosamente uma orientação que — pese embora os estragos e prejuízos já produzidos — só não foi mais longe devido à resistência e à luta firme e corajosa dos homens do campo.

Pacote agrícola

Mas quais são então as várias componentes desse plano apostado na destruição da lavoura? Detenhamo-nos apenas sobre algumas dessas medidas, designadamente as que se inserem na ofensiva legislativa em curso.

Começemos pela lei do arrendamento rural. Com este novo projecto o Executivo liderado por Mário Soares desfere de uma assentada um duro golpe na estabilidade, na garantia de trabalho e de subsistência de milhares de rendeiros. Como? Começa logo com o estabelecimento do contrato por um ano para os rendeiros a que chamam autónomos, isto é, que exploram a terra apenas com o recurso da sua família. Fácil é adivinhar a insegurança de uma família nestas condições, sujeita à vontade e ao arbitrio de um senhorio que pode, quando muito bem entende, não renovar o contrato. A lei prevê também um contrato por dez anos mas apenas para os grandes rendeiros (que têm por sua conta assalariados rurais) o que não deixa de ser uma reveladora disposição que atesta a marca de classe de quem fez a lei.

O projecto do Governo mantém também a parceria agrícola quando as leis anteriores apontavam para a sua liquidação, retomando deste modo a situação existente antes do 25 de Abril. Por outro lado, acaba com as comissões concelhias de arrendamento rural, organismos para os quais os rendeiros sempre nomearam os seus representantes, posição bem diferente daquela que assumiram os senhorios, os juizes e autarquias que nunca mexeram uma palha.

E a lei do arrendamento florestal? Sintetizando os seus objectivos refira-se que este diploma visa criar facilidades à indústria de celulose, permitindo a destruição de muitos solos

agrícolas e a plantação de eucaliptos por todo o País como fonte de aprovisionamento das celuloses.

Paraíso de agrários

E a lei do emparcelamento rural? A pretexto de resolver a questão dos minifúndios esta lei pretende, resumida-



mente, dar os terrenos aos grandes proprietários, concentrando a terra em grandes capitalistas, não respeitando



assim os interesses e a vida de rendeiros e pequenos e médios agricultores.



E como qualificar uma lei, como a da caça, que não tem outro intuito que não seja recriar as coutadas, transformar o Alentejo numa imensa reserva, paraíso de agrários, óptima para turistas e caçadores ricos satisfazerem caprichos e prazeres e dar uns tiros às lebres, bem ao estilo e à maneira do tempo do Tomás e do seu cortejo de fascistas?

Não se ficam, por aqui, todavia, os planos do Governo. Desenvolvendo uma ofensiva em toda a linha está também nos seus horizontes a liquidação dos organismos de coordenação económica e de empresas públicas como a EPAC, JNPP, JNV, JNF, IAPO, entre outras, desmantelando deste modo todo o processo de comercialização para o colocar nas mãos de grandes comerciantes, industriais e importadores.

A este respeito saliente-se, pela sua exemplaridade, o plano existente para os matadouros que, a pretexto das condições higieno-sanitárias, prevê o encerramento de mais de uma centena em todo o País e a sua substituição por apenas um ou dois em cada distrito, administrados por grandes empresas capitalistas nas quais pontificam indivíduos, segundo consta à boca cheia, que estão bem colocados na Junta Nacional dos Produtos Pecuários (JNPP) ou que são familiares de membros do Governo.

Asfixiar a lavoura

Para além do projecto de lei-roubo dos baldios já entrado na Assembleia da República e de questões, entre outras, como as feiras de gado, e o seu contrabando e a liberalização das importações, um último aspecto importa deixar aqui referido. Trata-se da portaria do leite que elimina a exclusividade na recolha do leite por parte do movimento cooperativo nas suas zonas, medida que no entender dos produtores abre as portas aos industriais e significa o desmantelamento do movimento cooperativo leiteiro.

Tais são, em suma, alguns dos propósitos que o Executivo de Mário Soares tem em marcha com o objectivo de promover a concentração capitalista da terra e o estabelecimento a breve prazo do completo domínio da lavoura nacional por parte dos grandes monopólios da CEE.

Tais planos, a irem por diante, significariam a curto prazo a asfixia da agricultura, a submissão dos interesses da economia e do País à vontade de grandes comerciantes e industriais, quer a montante quer a juzante do sector.

Ora é justamente isso que com a sua luta os agricultores, um pouco por todo o País, procuram impedir. Atentos, crescentemente consciencializados, num movimento que cresce e ganha apoios e influência, organizados nas suas estruturas representativas, os homens da lavoura saberão estar à altura das suas responsabilidades contribuindo, pelo seu lado, para impedir o desastre da agricultura e a completa ruína do País. ■

■ João Amaral

O Governo contra a liberdade sindical

Impedindo há quase dois anos a publicação dos Estatutos do Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, os ministros da Defesa Nacional e do Trabalho negam frontalmente a liberdade sindical garantida pela Constituição e pela Lei e desrespeitam as decisões e pareceres de altas instâncias nacionais e internacionais.

O processo de constituição do Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas conheceu dois significativos desenvolvimentos: por um lado, o **Comité para a Liberdade Sindical da OIT** apreciou a queixa apresentada pelo Sindicato, reconheceu aos trabalhadores o direito de constituírem, sem autorização prévia, as organizações da sua escolha (de acordo e em cumprimento da Convenção n.º 87) e recomendou ao Governo português a adopção das medidas necessárias para que o Sindicato queixoso possa exercer normalmente as suas actividades; por outro lado, o **Provedor de Justiça** recomendou ao Governo que deve proceder, sem mais delongas, à publicação dos Estatutos do Sindicato.

Estas vozes juntam-se ao que tinha sido claramente dito pela **Procuradoria-Geral da República** (que no parecer 193/83 afirma que «nem a Constituição nem a Lei levantam qualquer obstáculo à possibilidade de constituição de associações sindicais que representem exclusivamente estes trabalhadores»), pelo **Tribunal Constitucional** (Acórdão n.º 31/84, em cujos considerandos se escreve que a estes trabalhadores terá de «ser assegurada a liberdade sindical»), e pela **Comissão de Assuntos Constitucionais da Assembleia da República** (Parecer de 14.7.79, segundo o qual «a liberdade sindical não depende da existência de legislação que contemple especial ou especificamente a respectiva sindicalização»).

O Governo contra a Constituição e a Lei

Esta significativa unanimidade de opiniões exprime que estes trabalhadores gozam da liberdade sindical. Mas não só: exprime ainda que o **Governo não tem poderes para impedir a constituição do Sindicato por acto discricionário e administrativo.**

Por um lado, as normas relativas à liberdade sindical integram-se no Capítulo da Constituição relativas aos Direitos, Liberdades e Garantias, sendo por isso de aplicação directa, vinculativas para todas as entidades públicas e privadas e só podendo ser restringidas por lei nos casos expressamente previstos na Constituição e nunca em termos que diminuam a extensão e o alcance de conteúdo essencial dos preceitos constitucionais que a garantem.

Por outro lado, a constituição de associações sindicais, não está (nem pode estar, num Estado de direito democrático) subordinada a autorização prévia das entidades governamentais ou administrativas. **Esse era o sistema do regime fascista e na prática**

significou a pura e simples negação do direito de associação!

O Sindicato teve a sua assembleia constituinte de 14 a 17 de Junho de 1983; foi registado no Ministério do Trabalho em 24 de Junho e foi publicada a lista dos respectivos corpos gerentes. Nenhuma irregularidade formal foi constatada: nada mais restava ao Ministério do Trabalho que não fosse a **imediate publicação dos estatutos!**

Os trabalhadores em questão não são militares ou agentes militarizados. Nenhuma lei restringe especificamente os seus direitos fundamentais. Não se lhes aplica obviamente o Artigo

270.º da Constituição (que permite restrições à liberdade sindical dos militares e agentes militarizados).

O Ministério do Trabalho não tem poderes para apreciar administrativamente a legalidade das associações sindicais. O MT sabe isso de forma tão clara que não questionou (pelo contrário, homologou!) o Parecer n.º 192/83 da Procuradoria-Geral da República, elaborado a propósito do caso do Sindicato dos Quadros Bancários e onde se afirma que o Governo não verifica ou aprecia o fundo das questões que envolvem a constituição das associações sindicais, mas tão-só as regras formais do DL n.º 215-B/75!

Os despachos de Mota Pinto

A publicação dos Estatutos do Sindicato veio a ser impedida por despa-

cal) ou são estrangeiras, ou são privadas (com predominância para os explosivos) ou foram subtraídas à competência das Forças Armadas (como é o caso da empresa pública INDEP, constituída a partir de dois ex-estabelecimentos fabris, a Fábrica Militar de Braço de Prata e a Fábrica Nacional de Munições de Armas Ligeiras e hoje dependente não das Forças Armadas mas do Ministério da Defesa Nacional).

Depois, muitas actividades significativas que fornecem material às Forças Armadas situam-se fora do âmbito do controlo militar. Basta pensar no material de comunicações, nos derivados do petróleo, ou mesmo na produção e comercialização do trigo...

Finalmente, multiplicam-se os exemplos de estabelecimentos fabris que produzem para o mercado: é o

lhadores, facto que é por si demonstrativo que não existe nenhuma relação lógica predeterminada entre a coesão e a operacionalidade das Forças Armadas e as restrições dos direitos e liberdades destes trabalhadores.

O Governo que inconstitucional e ilegalmente tem impedido a constituição do Sindicato é o mesmo que propôs uma infamante lei de segurança interna ou uma brutal lei de liberalização dos despedimentos. E é o mesmo que argumentando aqui com a independência das Forças Armadas, apresentou na Assembleia um repressivo Estatuto da Condição Militar e que cozinha uma Lei Orgânica do Ministério



cho do ministro da Defesa Nacional de 8 de Agosto de 1983. O Ministério do Trabalho solicita à Procuradoria-Geral da República que se pronuncie inequivocamente pela publicação, mas o MDN interfere novamente no processo e pelo Despacho de 6 de Setembro de 1984 volta a «proibir» o acto de publicação dos Estatutos.

O argumento é curto: os Estabelecimentos Fabris são órgãos de apoio logístico das Forças Armadas, pelo que a constituição do Sindicato conduziria a «contrariar a unidade da cadeia do comando».

O argumento é curto... e pobre! O facto é que os Estabelecimentos Fabris não trabalham só para as Forças Armadas nem estas dependem deles, exclusiva ou mesmo predominantemente.

Desde logo, as indústrias de armamento e explosivos que fornecem as Forças Armadas (e será desnecessário sublinhar a sua importância logísti-

caso das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento que em 1983, produziram «para fora» 29,1% da sua produção, das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico que facturaram a clientes estrangeiros mais de 30% e do Laboratório Militar que fornece a rede hospitalar nacional e exporta para os novos países africanos.

Assim, com números e realidades, se desfez um equívoco e uma mistificação.

Primeiro que tudo, repor a legalidade!

O Direito Comparado permite tirar uma conclusão: na generalidade dos países os trabalhadores civis das Forças Armadas não estão sujeitos a nenhuma legislação especial, aplicando-se-lhes os regimes legais e estatutários comuns à generalidade dos traba-

da Defesa Nacional destinada a reamar a mais despudorada governamentalização das Forças Armadas.

Em todas estas propostas, como na actuação contra o Sindicato, o Governo revela simultaneamente a intenção de limitar os direitos dos cidadãos e de manipular as instituições.

Esse é o caminho do confronto, que gera os conflitos. Os membros do Governo que retêm a publicação dos estatutos violam regras básicas da democracia e são réus de crimes de responsabilidade política.

Animam e apoiam atitudes e acções repressivas, como a que foi tomada pelo administrador do Arsenal do Alfeite ao suspender toda a Comissão de Trabalhadores.

Tais atitudes não podem conduzir a relações de trabalho adequadas a motivar, estimular e empenhar quem nelas trabalha.

São 11000 trabalhadores que reclamam justiça. São uma força poderosa, distribuída pelo Arsenal (3000), Cordoaria (400), Laboratório Militar (500), OGFE (1800), OGMA (2500), OGME (400) e Manutenção Militar (2500). Representam no seu conjunto um significativo potencial económico, de valor público e nacional. As empresas necessitam de investimentos, reorganização, planeamento adequado. **São empresas que contam com a força não regateada dos trabalhadores. Como estes contam com a reposição completa da legalidade.**

..A curto prazo! ■

PERU

Um futuro ainda incerto



A vitória de Alan Garcia, dirigente da Aliança Popular para a Revolução Americana (APRA), nas eleições presidenciais realizadas no passado dia 14 no Peru, é reconhecida tanto a nível interno como externo como a expressão do profundo desejo de mudança política do povo peruano.

Desejo de mudança que começa por ser a recusa e condenação da política governamental seguida desde 1980 pela coligação de direita «Acção Popular», de Belaunde Terry, mas que visa objectivos bem mais difíceis de alcançar. O desenvolvimento de uma verdadeira democracia, a resolução dos graves problemas económicos do país, a pacificação interna, a não submissão aos interesses estrangeiros.

As primeiras declarações de Alan Garcia ao ser dada como certa a sua eleição, foram de apaziguamento; afirmou-se disposto a ser o «presidente de todos os peruanos», prometeu formar um «governo nacionalista, democrático e popular que promova a esperança e não o confronto», garantiu a tomada de medidas para a reactivação da economia, avançou com a promessa de desenvolver esforços para conseguir um tratado de não agressão na América Latina.

Uma mão-cheia de boas intenções ensombradas no entanto pela política até agora seguida pela APRA, enquanto força de oposição, conhecida pelas suas oscilações desde posições progressistas até posições de direita.

Como é sabido, a segunda força mais votada nas recentes eleições peruanas foi a Esquerda Unida, coligação que para além do Partido Comunista Peruano integra o Partido Socialista Revolucionário, a Unidade Democrática Popular e a União de Esquerda Revolucionária. Recolhendo cerca de 23 por cento dos votos, a Esquerda Unida colocou-se como segunda força política nacional, pelo que as soluções a encontrar para o futuro do país passam inevitavelmente pela sua participação.

Mas as relações existentes entre a APRA (social-democrata) e a Esquerda Unida estão longe de ser as melhores.

Em Outubro de 1984, num manifesto ao povo peruano, a Esquerda Unida contrapõe o seu projecto claro de transformações profundas e revolucionárias baseadas na organização e mobilização popular e nacional, ao apresentado pela APRA.

A direcção actual do APRA — afirmava o manifesto — propôs ao país uma praticamente reedição da política da segunda fase do governo militar, mantendo um marcado anti-comunismo, negando-se a assumir medidas fundamentais para resolver os problemas do país, medidas que afectassem os interesses da banca internacional, dos que hoje controlam os nossos principais recursos naturais e dos poderosos banqueiros nacionais. Mais, não tem uma posição clara face ao gravíssimo processo de militarização fascizante e à necessidade de dar início a um julgamento político dos responsáveis pela destruição e corrupção actuais.

Longe de qualquer sectarismo, sublinhava ainda o referido manifesto, a Esquerda Unida ressalva como parte da história popular a luta que travaram as massas aprietas e os seus mártires. Mas é evidente que não são aqueles os tempos da direcção actual; empenhada em che-

verá tomar posse em 28 de Julho, tem na história recente do país exemplos cujas lições poderão ser determinantes para a sua própria sobrevivência futura.

Recorda-se, numa breve retrospectiva, que quando o primeiro governo de Belaunde Terry se formou, em 1963, com o apoio da média burguesia, das forças progressistas e de esquerda, muitas foram as promessas

ção por parte dos Estados Unidos ao serem exercidas represálias económicas e tentada uma agressão por parte da ditadura de Pinochet.

Pese embora os importantes progressos então registados, as debilidades políticas e ideológicas do governo de Velasco, uma certa ingenuidade na procura de uma «terceira via» de desenvolvimento onde floresciam as teses do «não-partido», agravadas por concepções económicas erróneas e

tar isentas de impostos; os salários reais reduziram-se drasticamente devido à desvalorização ininterrupta da moeda (129% em 1983), à inflação (126%) e à limitação dos aumentos salariais; liberalizaram-se os despedimentos e restringiu-se o direito à greve.

A unidade necessária

Os resultados desta política traduzem-se hoje na mais grave crise económica e social que o Peru jamais conheceu: só no primeiro semestre de 1983 o Produto Interno Bruto (PIB) baixou 13%; a dívida externa que em 1980 era de 9400 milhões de dólares passou para 13 000 milhões em 1983, o que representa 80% do PIB; o défice orçamental ultrapassou os 1500 milhões de dólares em 1983; o desemprego, segundo dados oficiais, afectava já naquele ano 12% da população activa e o subemprego mais de 52% da população.

As mais recentes negociações com o Fundo Monetário Internacional contribuíram para agravar ainda mais esta situação. O repúdio popular, traduzido em amplas acções de massas, greves, paralisações, protestos de ordem variada, teve a primeira expressão eleitoral em Novembro de 1983, nas eleições autárquicas. A APRA e a Esquerda Unida obtiveram então, a nível nacional, respectivamente, 34% e 31% dos votos, contra apenas 5% do Partido Popular Cristão e 11% da Acção Popular no governo.

O município de Lima, capital do Peru, foi ganho pela Esquerda Unida, tendo sido eleito governador da cidade Alfonso Barrantes, o segundo candidato mais votado nas eleições presidenciais do passado dia 14.

Esta é a situação, em traços largos, que o governo que tomar posse em Julho terá de enfrentar.

Como afirmou em finais do ano passado um representante do Partido Comunista do Peru, Cesar Jimenez, os interesses do povo peruano exigem das forças democráticas a elaboração e aplicação de uma política realista e um entendimento de projecção histórica entre a Esquerda Unida e a APRA, apelando para as forças progressistas no seio desta última. Entre os pontos de possível entendimento figuram a defesa da paz e da soberania nacional, o aprofundamento da Reforma Agrária, o reforço do sector estatal e autogestionário da economia, o alargamento dos direitos dos trabalhadores, a melhoria do nível de vida do povo, o estímulo da industrialização do país, a nacionalização de alguns sectores decisivos da economia, a defesa das liberdades democráticas, a reactivação do Pacto Andino, etc.. As divergências ideológicas não devem impedir que se instaure um regime progressista para proceder a transformações profundamente ansiadas pelo povo. Aqueles que atraírem esta exigência histórica assumirão uma gravíssima responsabilidade, favorecendo a oligarquia e o imperialismo. ■



O povo peruano votou pelo regresso à democracia e pelo desenvolvimento socialista, uma aspiração há muito sentida pelos trabalhadores

gar ao Palácio em 1985, a direcção aprista concilia-se com o governo, mantém uma política de silêncio face ao processo de militarização e tem um programa que mal se diferencia do de Moralez Bermudez (ex-ditador que frustrou o processo revolucionário dirigido pelo general Velasco Alvarado, entre 1968 e 1975).

A Esquerda Unida afirmava então não haver lugar para a união de governo dado não existir união programática mas que havia lugar para a exigência da unidade concreta na acção contra o regime e a sua política.

Realizadas as eleições, inflingida uma estrondosa derrota ao governo da «Acção Popular» de Belaunde Terry, os problemas continuam todos por resolver. E ninguém acredita que a APRA possa (e tenha vontade política para) sozinha lhes fazer frente.

As lições do passado

O novo governo peruano, que de-

iniciais. A aliança formada pela Acção Popular e a Democracia Cristã falava então em nacionalizar o petróleo, fazer a reforma agrária, incentivar a industrialização, melhorar a situação dos trabalhadores, combater a corrupção e defender a soberania nacional.

A esperança não durou muito tempo. Aliando-se à direita, o governo de Belaunde Terry cedo se viu confrontado com a revolta popular, acabando por ser afastado por um golpe militar revolucionário encabeçado pelo general Velasco, em 1968.

O governo de Velasco (1968 a 1975) figura na história do Peru como um período áureo, em que muitas das promessas anteriores foram levadas à prática. O petróleo, bem como os principais sectores da economia foram nacionalizados; procedeu-se à entrega de 10 500 000 hectares de terra aos trabalhadores agrícolas; elaboraram-se avançadas leis de trabalho; desenvolveu-se uma política externa anti-imperialista, não alinhada, de defesa da paz, que provocou forte reac-

pela desconfiança da classe operária organizada, impediram o poder de se consolidar e permitiram a abertura de brechas que acabariam por conduzir ao seu derrube. Foi em Agosto de 1975, num golpe militar sangrento dirigido pelo general Morales Bermudes.

Os dez anos que se seguiram ficaram marcados por um retrocesso em todas as frentes, desde o sector económico aos das liberdades e garantias dos cidadãos. Tanto Bermudes como o segundo governo de Belaunde Terry se empenharam na destruição das reformas empreendidas até 1975, reabrindo as portas da economia peruana ao capital estrangeiro, em particular norte-americano.

As empresas do Estado foram aruinadas para justificar a sua venda; deixou de haver restrições ao capital estrangeiro, quer no investimento quer na transferência de lucros; os bancos estrangeiros foram autorizados; o controlo dos preços dos principais bens de consumo foi revogado e eliminados os subsídios que lhes eram atribuídos; as empresas privadas passaram a es-

aTV

Palavras obscuras! Intenções claras...

No domínio da informação, a semana foi claramente dominada pela emissão do **Actual**, moderada por Margarida Marante.

No fim, percebeu-se claramente por que os responsáveis da RTP não gostam de incluir nos seus programas pessoas e organizações que não estejam em sintonia com as posições do Governo.

São uns desmancha-prazeres, os outros estão muito bem a conversar em família, a desbobinar seus mamíferos considerandos, a sorrir o inefável de suas manhas pestilentas — e lá vem outro estranho à confraria, a dizer que o rei vai nu. E lá se vai todo o encanto do chazinho e do salão...

Imaginem só. Sabem porquê o dr. Amândio, também conhecido no meio por «ministro do trabalho» (palavra de honra, não há direito chamarem nomes destes a certas pessoas!) sabem porquê deseja ele «flexibilizar» as leis do trabalho? Ou seja: facilitar os despedimentos? Não puxem pela cabeça. Ele pensa assim criar novos postos de trabalho...

Até conta que uma vez, estava ele em Veneza, de certo deliciado com a passeata romântica de gôndola pelo Grande Canal, e ouviu dizer que os Estados Unidos despediam sem qualquer formalidade e atribuíam à liberalização a relativa retoma dos últimos tempos.

Mas a chaticice é que estava lá um representante legítimo dos trabalhadores, estava lá o deputado e dirigente sindical Manuel Lopes.

E Manuel Lopes perguntou: quais foram essas vantagens da «flexibilização» no Brasil? E no México? E no Chile?...

São uns chatos estes trabalhadores. Estragam sempre o arranjinho dos ministros que aprendem coisas tão engraçadas nos seus românticos passeios a Veneza, a Estrasburgo, a Bruxelas, ao American Club...

E depois vem o Couto da «amarela». Ele é pelo diálogo, pela negociação, pelo acordo «laborol», «pelo contrato» social». Não pensasse pois o senhor ministro... Ó Torres Couto, por quem é!... Mas a verdade é que no Conselho de Concertação Social... Ó Torres Couto!, como já tive ocasião de lhe dizer... Ó senhor Ministro!... Ó Torres Couto... Sim, senhor Ministro... Repare Ó Torres Couto... Ó senhor Ministro... Ó Torres Couto...

... E pelo meio das delicadezas, das mesuras, dos salamaleques dos «parceiros», rompe o gume discordante da voz de Manuel Lopes...

Que se deixassem de histórias. No projecto do Governo o que estava mal não era este ou aquele artigo que servia de cavalo de batalha à colaboração dialogante com torcidos e tremidos do mobiliário ugetista. O que estava mal era o princípio em que assentava o projecto: era a intenção de transformar os trabalhadores em cidadãos de segunda; de lhes quebrar a espinha, a organização, a dignidade reconquistada; é falso que as leis existentes sejam entraves ao progresso — é entrave, sim, às preocupações das forças internas e externas que pretendem, também aqui, destruir o espírito do 25 de Abril.

O ministro do Trabalho não gostou de ouvir estas coisas. Ficou muito zangado e disse que não respondia ao representante da CGTP. E continuou nas calmas a discreto amenamente com o Couto sobre a questão «laborol».

São uns pândegos estes amândios, estes coutos & companhia limitada, cócô, reineta e facada.

Um diz, o outro, com variantes para inglês ver, entra no jogo. Não dizem que querem demolir o estatuto social do trabalhador para destruir a classe operária: usam máscara que vão renovando conforme os tempos...

Por exemplo: o ministro reconhece agora que os contratos a prazo são uma peste, que praticamente não se trabalha que não seja nessas condições. No entanto, quando foram implantados também se disse que eram óptimos, vinham abrir postos de trabalho, facilitavam o mercado da mão-de-obra, etc., etc., e além disso constituíam medidas de excepção...

As palavras do Governo continuam a ser obscuras. Mas as suas intenções já são bem claras...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Reagan: A cara verdadeira do imperialismo

O Presidente dos Estados Unidos da América está em vésperas de uma visita à Europa, visita que inclui passagem por Lisboa em 8 e 9 de Maio. A visita coincide com o 40.º aniversário da derrota do nazi-fascismo, conseguida à custa de terríveis sacrifícios dos povos europeus. A recusa inicial de Reagan de incluir no seu programa de estadia na RFA uma visita ao campo de concentração de Dachau, ao mesmo tempo que aceitava inclinar-se perante as campas dos SS em Bitburg, mostra-nos a cara verdadeira do imperialismo.

Reagan na Europa: o Nazismo existiu?

• «(...) O Presidente norte-americano recusou a proposta do chanceler alemão para visitar o campo de concentração-museu de Dachau, optando por uma deslocação ao cemitério militar alemão de Bitburg.

A reacção internacional não se fez esperar. O desejo (e desajeitado) gesto de reconciliação tornou-se logo ofensa, insulto, insensibilidade. E não foram só as comunidades judaicas, e não foi só Israel, quem manifestou o seu protesto. Na França, nos EUA, na própria Alemanha Federal, todos quantos conheciam a epopeia dos resistentes, quaisquer que eles fossem, se insurgiram contra a dupla falta de tacto que era a homenagem a soldados entre os quais estariam inevitavelmente membros dos SS, e o virar de costas aos locais do holocausto de seis milhões de judeus. A «concliação» não pode significar, não deve significar, esquecimento ou indiferença. E o mais elementar respeito pelo imenso sofrimento do povo judeu, e a mais elementar afirmação de defesa dos direitos do homem à sua integridade, à sua religião e à sua liberdade, e o mais elementar respeito pela memória dos *maquisards* e da sua intransigente luta contra a barbárie nazi exigiam que, a 6 de Maio, o Presidente dos EUA não só não recusasse uma visita a Dachau, mas também não prestasse homenagem a torcionários dos SS. Há crimes que a morte não apaga.

Ao que dizem os noticiários, Reagan terá já reconsiderado a sua decisão, encontrando desculpa num mal-entendido dos organizadores da viagem e mostrando-se receptivo a incluir no programa um campo de concentração. Mas Bitburg também.

(...) Não se cimentam amizades com equívocos. E os alemães de hoje, eles próprios, não pretendem ocultar a hedion-

dez de um passado por que não podem ser responsabilizados. Recusar a homenagem aos SS e a todos os que assumiram a barbárie nazi é a melhor forma de exorcizar os pesadelos de uma era que não será pedagógico esquecer.

(«Diário de Notícias», 22 de Abril)

• «Cinquenta e três senadores norte-americanos criticaram os planos do Presidente Ronald Reagan de visitar um cemitério militar alemão onde estão sepultados soldados nazis e exortaram-no a encontrar "um gesto de reconciliação mais apropriado".

Os senadores notaram que muitos dos sepultados no cemitério foram mortos durante a batalha de Bulge, em 1944, um ataque alemão que provocou mais de 81 mil baixas entre as forças norte-americanas, entre as quais 19 mil mortos.

Devido à violência da batalha de Bulge, às atrocidades que encerrou e à participação maciça dos SS, pensamos que uma visita a Bitburg por parte de um presidente americano seria muito infeliz.»

(«Diário de Notícias», 19 de Abril)

Contra a Nicarágua: 35 mil mercenários made in USA

• «Num relatório secreto para o Congresso, o presidente Reagan, salientando os seus propósitos de ajuda aos rebeldes que combatem o regime sandinista, declara-se disposto a ajudar a aumentar os efectivos das guerrilhas dos actuais 16 mil homens para cerca de 35 mil, e a intensificar a sua actividade combatente de modo a forçar o governo de Manágua a ceder às exigências dos Estados Unidos.

O documento, altamente secreto, mas do qual conseguiram saber-se alguns exer-

tos, admite ainda que "a aplicação directa da força militar norte-americana" contra a Nicarágua é possível "se outras alternativas políticas falharem".

(«o jornal», 19 de Abril)

Lages: Lex americana

• «Os trabalhadores de nacionalidade portuguesa, em serviço na Base Aérea das Lages, pretendem que a Assembleia da República não ratifique o Acordo Laboral recentemente negociado entre as Administrações portuguesa e americana, devendo iniciarem-se novas negociações.

Para o efeito estiveram esta semana em Lisboa representantes dos sindicatos que representam aqueles trabalhadores. A delegação sindical foi recebida por diversos grupos parlamentares que se mostraram sensíveis às razões dos trabalhadores. Aliás, a Assembleia Regional dos Açores aprovou por unanimidade, no passado dia 15 de Março, uma moção solicitando a não ratificação do acordo "sem que sejam suprimidas algumas disposições nele contidas e alteradas e esclarecidas outras".

Os representantes dos cerca de 1500 trabalhadores portugueses da Base das Lages que se deslocaram a Lisboa promoveram uma conferência de imprensa em que historicaram as negociações para a obtenção do acordo e explicaram as razões da não aceitação do seu conteúdo.

E, assim, esclareceram que já em 1983 os sindicatos representativos (Sindicatos dos Transportes, Turismo e Outros Serviços e dos Profissionais das Indústrias de Alimentação e Bebidas de Angra do Heroísmo) manifestaram a sua preocupação pelo modo como os governos central e regional conduziam as negociações. "O Governo português", afirmaram os sindicalistas, "tem demonstrado estar mais interessado nas contrapartidas bélicas e monetárias que na defesa dos portugueses que ali trabalham ou em assegurar a soberania portuguesa que tinha por obrigação garantir".

A delegação dos trabalhadores da Base referiu ainda na conferência de imprensa que em consequência de toda a movimentação desencadeada contra o acordo as autoridades militares que já haviam iniciado a sua aplicação foram forçadas a suspendê-lo.

O novo acordo, obtido após negociações que se arrastaram por mais de seis anos, viola a legislação geral do trabalho português e alguns dos mais elementares direitos dos trabalhadores. E, deste modo, não reconhece o direito à contratação colectiva, não reconhece os sindicatos como parte legítima nas negociações, impede o exercício da acção sindical e esvazia de conteúdo os direitos das comissões de trabalhadores.

No que respeita ao contrato individual de trabalho, referiram os mesmos sindicalistas que o novo acordo permite os despedimentos sem justa causa e sem controlo, restringe o direito a férias e o regime legal de faltas, pretende regulamentar a vida privada dos trabalhadores e limita o recurso aos tribunais portugueses para apreciar os casos disciplinares.

(«o jornal», 19 de Abril)

Têxteis: amigos amigos negócios à parte

• «Um projecto a discutir em breve pelo Congresso norte-americano poderá impor a Portugal uma autolimitação das exportações têxteis para aquele mercado, confirmou o "Expresso" junto da Embaixada portuguesa em Washington. O projecto não visa directamente os nossos têxteis, mas sim um conjunto de países exportadores ao qual estamos incluídos.

"Por enquanto é alarmismo falar na fixação de quotas", disseram fontes da Embaixada a propósito desta frente proteccionista que meios governamentais portugueses classificam como "muito negativa em termos políticos, agora que o País está a seis meses de aderir à CEE".»

(«Expresso», 20 de Abril)

Karl Marx

AS LUTAS de classes EM FRANÇA



Pela primeira vez a explicação de todo um período da história Francesa do ponto de vista materialista.

E a elaboração, com base na experiência prática da luta de massas, das teses mais importantes da tática revolucionária do proletariado.

edições **Avante!**
BIBLIOTECA DO MARXISMO LENINISMO

Gazetilha

por *Ignotus Sum*

De Abril falemos sempre, camaradas.
Abril, país da esperança e da emoção
nome que tem raiz no coração
refrigério das duas caminhadas

Madrugada que a novas madrugadas
por esse mundo fora deu a mão.
Abril, Abril senha de irmão a irmão
cravos estrelas sonhos às braçadas.

E canta em cada canto, em cada peito,
quase um gesto infantil de amor-perfeito
a perfeita pureza do renovo.

Abril, nome do amor que não se abate
Abril, nome da luz e do combate
Abril de todo o tempo, Abril do povo.



Desde as primeiras horas houve quem
quisesse a liberdade amordaçar
quem pretendesse à véspera tornar
e ganhar outra vez perdido bem.

No arraial liberto houve também
quem se instalasse, quem soubesse esperar,
quem aguentasse a onda popular
até à hora de saltar do trem.

Quem aguardasse a oportunidade
de apunhalar bem fundo a liberdade
e com várias ajudas importantes

com as manhas subtis de novo ardil,
ferisse a esperança, maltratasse Abril
quisesse um tempo igual ao que era dantes.



Jamais Abril correu tamanho perigo
como o perigo que hoje o ameaça.
Perfila-se nas sombras a mordação
que o passado arrogante traz consigo.

Querem fazer de Portugal mendigo
mão estendida à porta da ricaça.
De lar em lar a fome negra passa
enquanto o grande agrário rouba o trigo.

Agora faz-se o que não fez a AD.
Apoderam-se os lobos da TV
e tira quem mais pode da panela.

A Direita corrompe, suja, mama.
A Direita conspira, espuma, clama,
e o Soares, por fim, é o homem dela.



Abril, porém, não é menino brando
Temperou-se no lume da fornalha
foi travando batalha após batalha
à luta com a luta ripostando.

Tem mais razão Abril, mais força, quando
o sustentam as mãos de quem trabalha
e faz com os seus corpos a muralha
que está heróis e mártires lembrando.

A rua é toda nossa. Irmão a irmão
somos o mar, somos a multidão
que fez, no Carmo, Portugal liberto.

Abril com os nossos braços se mantém.
Abril com o amor do povo é que está bem
COM A RAZÃO DO POVO É QUE ESTÁ CERTO!

Pontos Cardeais

Soares & Freitas

Quem acertou mesmo foi o pasquim «O Dia». Por estar decerto bem informado do que se passa à direita da política, enfronhado no meandro tenebroso das decisões que tentam levar à Presidência o candidato melhor colocado para servir os interesses da direita em Portugal. Com o título-manchete de sábado passado, «O Dia» diz tudo: «Freitas do Amaral decide candidatar-se com Soares». É que é mesmo disso que se trata e «O Dia» percebeu logo. Freitas não vai candidatar-se «contra» Soares, vai candidatar-se «com» ele.

Há mais de um ano, quando o PCP alertou para a manobra que hoje começa a tomar forma, os comunistas alertavam para o facto de Soares pretender entrar na corrida para Belém como candidato de toda a direita. Mesmo que, para tal, aparecesse outra candidatura — a do CDS, a de Freitas, por exemplo — que pudesse iludir uns tantos. Na primeira volta, Soares faria o discurso de democrata, «empurrando» para fora da carroça o seu parceiro mais «conotado» com a extrema-direita. Depois, em eventual segunda volta, este lhe daria o apoio, acrescentando no mesmo saco das ilusões, os votos mais reaccionários. Soares com Freitas, eis as receitas do nacional-soarismo. Da manobra, o «Expresso» também se deu conta, escrevendo que Mário Soares, no dizer de alguns, «não verá com desagrado uma candidatura que poderá complicar ainda mais o processo de escolha de um candidato da área à sua direita»... De facto, Freitas não é para ganhar. É só para ajudar.

Água nos bicos

Se um pau pudesse ter mais de dois bicos, com certeza que seria escolhido para emblema da UGT pelos seus dirigentes mais sociais-democratas. Como tem só dois, no máximo, a UGT usa-o à mesma, como ferramenta. Mas atenção, nestas coisas de dois bicos, só um deles funciona... Vem isto ao caso porque a UGT resolveu jogar com o segundo bico — aquele que não pica —, para se «distanciar» do seu bem-amado Governo. Dois dirigentes da central das mãozinhas vieram a público manifestar-se contra... o pacote laboral. Num dos casos, o de Oliveira e Costa, deputado do PPD e dirigente da UGT, é o anúncio, por este, de que a UGT vai pedir ao Presidente da República o veto para o pacote laboral assinado pelo ministro do PPD Amândio de Azevedo. No outro caso, o deputado do PS e dirigente da UGT, Torres Couto, «admite» uma «greve nacional» convocada pela... UGT, em protesto contra o tal pacote que será superiormente assinado pelo «camarada-doutor-senhor-Primeiro-Ministro» Mário Soares. Isto traz mesmo água... nos bicos.

O século XXI

Quando o presente se torna chato e a realidade cheira mal, não há nada como uma viagensinha ao futuro, quanto mais distante melhor. Já a isso o Primeiro-Ministro tentou habituar o povo português. Quem se não lembra do Portugal dos «anos 80?» Ou da afirmação soarista de que ele próprio, Mário, era um socialista do século XXI? Ou, ainda, daquela em que o presidente do conselho prometia aos portugueses um «país completamente diferente» dentro de cinco anos? Reina assim o futurismo. Pressurosa, a comunicação social estatizada, e o director-geral-da-Comunicação-Social-em-azert, Cáceres Monteiro, o

tal que mandou vir o Toffler para falar da «terceira vaga» que irá provavelmente afogar os portugueses que entretanto ainda não tiverem morrido de fome, continuam na senda das conferências de «Primavera». O velho palácio Fóz, que já abrigou o SNI e agora volta a cheirar ao mesmo, tinha marcada para ontem uma nova iniciativa de futuro. Tratava-se, nada mais nada menos, que debater «a sociedade política no século XXI».

Com todos a fugirem para a frente.

Diálogo

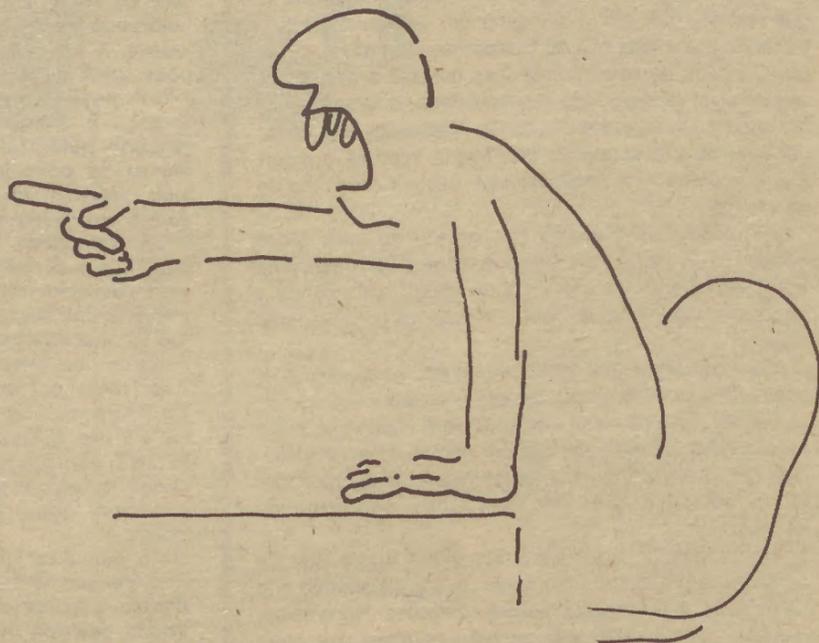
Rui Machete (citado pelo «Povo Livre») — «A História não é

pródiga em oferecer muitas oportunidades como aquela que hoje se apresenta aos portugueses. Saibamos aproveitá-la, saibamos dela extrair todas as potencialidades (...) — Esta conversa é a propósito da anunciada adesão à CEE.

Lucas Pires (também a propósito da «adesão») em declarações à Rádio Renascença, insiste na revisão «imediate» da Constituição. Porque, lá na dele, não deve haver «uma revisão constitucional de facto concedida pela CEE»...

«Diálogo» esclarecedor. Eles lá se entendem. É só aproveitar a CEE depois, outro quer uma questão, como diria Soares, de «timing». Um quer aproveitá-la quanto antes.

CONSIDERE-SE
FLEXIBILIZADO!!



Palau